



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



EDIVANIA FRUTUOSO DA SILVA

ENTRE ELAS: FIGURAÇÃO DA HOMOAFETIVIDADE FEMININA NA VELHICE
EM AMORA DE NATÁLIA BORGES POLESSO

MANAUS
2026

EDIVANIA FRUTUOSO DA SILVA

ENTRE ELAS: FIGURAÇÃO DA HOMOAFETIVIDADE FEMININA NA VELHICE
EM AMORA DE NATÁLIA BORGES POLESSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Estudos Literários, sob orientação do Prof. Dr. Gabriel Arcanjo Santos de Albuquerque

MANAUS
2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586e Silva, Edivania Frutuoso da
Entre elas: figuração da homoafetividade feminina na velhice em Amora
de Natália Borges Polesso. / Edivania Frutuoso da Silva. - 2026.
115 f. ; 31 cm.

Orientador(a): Gabriel Arcanjo Santos de Albuquerque .
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
de Pós-Graduação em Letras, Manaus - AM, 2026.

1. Literatura brasileira contemporânea. 2. Homoafetividade feminina. 3.
Velhice. 4. Estudos de gênero. 5. Natália Borges Polesso. I. Albuquerque,
Gabriel Arcanjo Santos de. II. Universidade Federal do Amazonas.
Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título

EDIVANIA FRUTUOSO DA SILVA

ENTRE ELAS: FIGURAÇÃO DA HOMOAFETIVIDADE FEMININA NA VELHICE
EM AMORA DE NATÁLIA BORGES POLESSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Estudos Literários, sob a orientação do Prof. Dr. Gabriel Arcanjo Santos de Albuquerque.

Aprovado em 05 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gabriel Arcanjo Santos de Albuquerque (UFAM)

Prof. Dra. Elen Karla Sousa da Silva (UFAM)

Profa. Dra. Virgínia Maria Vasconcelos Leal (UnB)

Aos que são alicerce da minha história, dedico este trabalho com profunda gratidão. À minha mãe, Maria (in memoriam), que deve estar orgulhosa neste momento. A minha avó, Vitória, minha segunda mãe que me ajudou a ser quem sou e a chegar aonde cheguei.

A vocês duas, minha eterna gratidão.

À Natália, por lançar luz sobre afetividades que muitos insistem em silenciar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser meu sustento nos dias de fraqueza e dúvida. Quando pensei em desistir (e houve esse momento), como há em toda travessia, foi a fé que me segurou pelas mãos e me lembrou de que o cansaço também é lugar de repouso, não apenas de fim. A fé é o que há de mais potente quando duvidamos de nós mesmos.

Ao meu orientador, Gabriel Albuquerque, a gratidão que se escreve devagar, com a calma de quem sabe o quanto deve. Pela paciência que nunca se esgotou, pelo incentivo constante e pela confiança que ele depositou em mim antes mesmo que eu aprendesse a confiar plenamente no meu próprio trabalho. Foi ele quem me apresentou a *Amora*, obra que até então eu não conhecia, e esse encontro entre mim e aquelas mulheres idosas, entre mim e a literatura que as acolhe, transformou-se no chão desta pesquisa. Suas aulas não ensinaram apenas conceitos; mas também um modo de olhar, de perguntar, de demorar-se no texto. Sua orientação foi e sempre será essencial.

À banca examinadora, nas pessoas das Professoras Doutoras Elen Karla Sousa da Silva e Virgínia Maria Vasconcelos Leal, meu mais sincero reconhecimento. Agradeço não apenas pela leitura atenta e generosa, mas pelo profissionalismo e pelo carinho com que receberam esta pesquisa como se, ao examiná-la, também a acolhessem.

Às professoras Adriana Aguiar e Elen Karla, que muito me ensinaram na disciplina que ministraram durante o mestrado, deixo o registro de que cada aula foi um fio a mais na tessitura deste trabalho.

À Lorena Tavares, presença que se fez casa nos dias incertos. Agradeço por ter sido mão estendida em cada momento em que precisei. Sua constância me ensinou que companheirismo também é um verbo que se conjuga no silêncio.

A Waldimiro César, o melhor dos amigos nesta caminhada: sua força foi meu esteio, sua ajuda, meu alívio, sua amizade, o melhor dos portos. Com ele, aprendi que o trabalho acadêmico também se faz com afeto.

A todos vocês, minha mais profunda gratidão.

"Nossos silêncios finalmente se quebram em linguagens que o mundo é forçado a ouvir" (Lorde, 1980, p. 20).

"Porque há o direito ao grito. Então, eu grito!"

(Lispector, 1977, p. 13).

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo examinar, a partir da leitura dos contos “Marília Acorda”, “As Tias” e “Vó, a Senhora é Lésbica?”, integrantes da obra *Amora* (2015), de Natália Borges Polezzo, a multiplicidade das figurações de mulheres lésbicas na velhice, com ênfase nas relações afetivas e familiares, bem como nas dinâmicas psicoemocionais desses relacionamentos. Para tanto, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: identificar os processos de memória e resistência em “Marília Acorda”; verificar os traços de debate a respeito de casamento homoafetivo e proteção patrimonial em “As Tias”; e analisar os conflitos intergeracionais implícitos entre Clarissa e sua neta Joana em “Vó, a Senhora é Lésbica?”. Os resultados evidenciam, no conto “Marília Acorda”, a sobrevivência do amor ao isolamento social e à demência senil, reinventado nos gestos mínimos de cuidado; em “As Tias”, a não aceitação velada de um casal lésbico no âmbito familiar, a resistência de um amor silenciado por seis décadas e a urgência de questões patrimoniais como garantia de segurança na velhice, expondo as feridas de um ordenamento jurídico que por muito tempo recusou reconhecer o vínculo conjugal entre pessoas do mesmo gênero; e, em “Vó, a Senhora é Lésbica?”, as diferenças geracionais nas representações do amor e do desejo, revelando que a serenidade da avó contrasta com o conflito interno da neta, e que a verdadeira maturidade homoafetiva talvez resida menos na nomeação pública do desejo e mais na conquista de uma paz íntima que a velhice pode proporcionar. A análise dos dados levantados pela pesquisa apontou para o fato de que os três contos, em suas singularidades, subvertem as representações tradicionais do corpo envelhecido e da sexualidade feminina, reivindicando para as mulheres idosas um lugar legítimo de existência afetiva plena, memória e desejo. O percurso metodológico estruturou-se com base na pesquisa e revisão bibliográfica, conforme preconizam Prodanov e Freitas (2013), e na crítica literária ancorada, prioritariamente, nas perspectivas de autoras fundamentais como Beauvoir (1970), Lorde (1980), Goldenberg (2015) e Navarro-Swain (2004), cujas reflexões sobre gênero, envelhecimento, memória e representação do corpo constituem o eixo central da análise; secundariamente, mobilizaram-se contribuições de autores como Benjamin (1936), Candido (2004), Piglia (2004) e Seligmann-Silva (2003), que auxiliam na compreensão da literatura como sistema articulado de formas e sentidos, atento à dimensão estética e à inserção social do texto, sem, contudo, ocupar o centro do diálogo teórico, que permanece ancorado no pensamento feminino.

Palavras-Chave: literatura brasileira contemporânea; homoafetividade feminina; velhice; estudos de gênero; Natália Borges Polezzo.

ABSTRACT

This research aims to examine, through the reading of the short stories "Marília Acorda" (Marília Wakes Up), "As Tias" (The Aunts), and "Vó, a Senhora é Lésbica?" (Grandma, Are You a Lesbian?), which are part of the work *Amora* (2015) by Natália Borges Polesso, the multiplicity of figurations of lesbian women in old age, with an emphasis on affective and family relationships, as well as on the psycho-emotional dynamics of these relationships. To this end, the following specific objectives are outlined: to identify the processes of memory and resistance in "Marília Acorda"; to verify the traces of debate regarding same-sex marriage and property protection in "As Tias"; and to analyze the implicit intergenerational conflicts between Clarissa and her granddaughter Joana in "Vó, a Senhora é Lésbica?". The findings reveal that, in "Marília Acorda", love survives social isolation and senile dementia, reinventing itself through the smallest gestures of care; in "As Tias", the veiled non-acceptance of a lesbian couple within the family, the resistance of a love silenced for six decades, and the urgency of property-related issues as a guarantee of security in old age expose the wounds of a legal system that for a long time refused to recognize conjugal bonds between people of the same gender; and, in "Vó, a Senhora é Lésbica?", the generational differences in representations of love and desire reveal that the grandmother's serenity contrasts with the granddaughter's internal conflict, suggesting that true homoaffective maturity may reside less in the public naming of desire and more in the achievement of an intimate peace that old age can provide. The analysis of the data gathered by the research indicated that the three stories, each in their own singularity, subvert traditional representations of the aging body and female sexuality, reclaiming for elderly women a legitimate place of full affective existence, memory, and desire. The methodological framework was based on research and bibliographic review, as advocated by Prodanov and Freitas (2013), and on literary criticism anchored primarily in the perspectives of foundational female theorists such as Beauvoir (1970), Lorde (1980), Goldenberg (2015), and Navarro-Swain (2004), whose reflections on gender, aging, memory, and representation of the body constitute the central axis of the analysis; secondarily, contributions from authors such as Benjamin (1936), Candido (2004), Piglia (2004), and Seligmann-Silva (2003) were mobilized, which assist in understanding literature as an articulated system of forms and meanings, attentive both to the aesthetic dimension and to the social insertion of the text, without, however, occupying the center of the theoretical dialogue, which remains anchored in feminist thought.

Keywords: Contemporary Brazilian literature; Female homoaffectivity; Old age; Gender studies; Natália Borges Polesso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - LESBIANIDADE E LITERATURA: LUTA E IDENTIDADE	15
1.1 Natália Borges Polezzo e a Trajetória de Amora	18
1.2 Homoafetividade Feminina e Figuração Literária: uma luta política.....	20
CAPÍTULO II: HOMOAFETIVIDADE FEMININA, ENVELHECIMENTO E	
MEMÓRIA EM “MARILIA ACORDA”	30
2.1 Tempo e Afetividade.....	31
2.2 O muro e a velhice no conto: narrativa simbólica da vida	34
2.3 Memória como resistência.....	42
CAPÍTULO III: AFETOS OCULTOS: O NÃO DITO NO SILENCIAMENTO	
FAMILIAR EM “AS TIAS”.....	51
3.1 Nas entrelinhas do silêncio: a aceitação velada em “As Tias”	53
3.2 Literatura e direitos patrimoniais de casais LGBTQIAPN+	65
CAPÍTULO IV: O CONFLITO GERACIONAL COMO ESPELHO DE	
ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA EM “VÓ, A SENHORA É LÉSBICA?”	
.....	75
4.1 As diferenças que a pergunta revela: homoafetividade feminina e o	
diálogo geracional em "vó, a senhora é lésbica?"	78
4.2 Joana e Clarissa: estranhamento e maturidade na percepção de si.....	86
4.3 A diferença geracional na temporalidade dos afetos: vó, a senhora é lésbica?	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	106

INTRODUÇÃO

Como elemento em perspectiva epistemológica, as figurações da homoafetividade feminina na velhice, a partir de três contos do livro *Amora*, (2015), de Natália Borges Polezzo, é o ponto-chave para discussões analíticas acerca de representações da sexualidade e dos afetos femininos em instâncias mais plurais, conferindo a elas lugar de proeminência em debates acadêmicos e sociais. Em “Marília Acorda”, “As Tias” e “Vó, a Senhora é Lésbica?”, que compõem a obra, a homoafetividade feminina na velhice é figurada como um elemento de resistência silenciosa e de redescoberta afetiva.

Em “Marília Acorda”, a protagonista desperta não apenas para um novo dia, mas para a possibilidade de reconhecer, tardiamente, o desejo que há muito habitava sua relação com a esposa; já em “As Tias”, a convivência discreta entre duas mulheres mais velhas é retratada com uma naturalidade que prescinde de justificativas ou revelações explícitas, sugerindo uma intimidade consolidada pelo tempo. Por sua vez, “Vó, a Senhora é Lésbica?” parte do olhar curioso e desconcertado de uma neta para expor a complexidade de se nomear um afeto que, vivido na discrição da velhice, desafia as categorias identitárias contemporâneas. Em todos esses contos, a homoafetividade surge não como um marco de ruptura ruidosa, mas como um tecido afetivo que se constitui na sutileza dos gestos cotidianos, na cumplicidade construída ao longo de décadas e na possibilidade de o afeto entre mulheres encontrar, na velhice, um tempo próprio de florescimento.

Essas narrativas subvertem as representações tradicionais do corpo envelhecido e da sexualidade feminina ao desassociar a velhice do imaginário da assexualidade, da fragilidade e da irrelevância afetiva. Enquanto discursos hegemônicos tendem a situar o corpo da mulher idosa como um território esvaziado de desejo ou objeto de uma invisibilidade socialmente legitimada, Polezzo o recoloca no centro da experiência amorosa e erótica, ainda que sob os contornos da discrição e da memória. Em lugar do declínio, os contos evidenciam uma potência afetiva que se reinventa: o corpo envelhecido não é negado, mas integrado a uma temporalidade em que o desejo se manifesta de maneira menos espetacularizada e mais incorporada à tessitura relacional do cotidiano. Desse modo, a obra desloca a sexualidade feminina do imperativo da juventude e do desempenho reprodutivo, inscrevendo-a em uma ética da cumplicidade e do afeto que se fortalece com o tempo, e, ao fazê-lo, reivindica para as mulheres idosas,

especialmente para aquelas cujo amor se constrói fora das normas heteronormativas, um lugar legítimo de existência afetiva plena.

No transcorrer do tempo, a existência das mulheres sempre foi marcada por um contexto de muitas lutas desde a Antiguidade. O corpo feminino consistiu na primeira moeda de troca, em transações comerciais, quando ainda nem existia o dinheiro. Escravizadas para fins de trabalho doméstico, atividade braçal em lavouras e exploração sexual, as mulheres travaram exaustivas lutas por liberdade, pela própria voz, como também por direitos mais igualitários frente ao sexo oposto. Em suma, lutaram por um lugar no mundo que constituísse um espaço de autonomia e legitimidade para provar seu valor, sua inteligência e sua capacidade de efetuar qualquer atividade que desejasse realizar. Esses são apenas alguns exemplos de como a resistência, na existência feminina, é uma batalha que vem sendo galgada, com vitórias paulatinamente conquistadas, ao longo da história, num processo lento e contínuo e que, mesmo agora, no século XXI, ainda está longe de seu final.

Em um país como o Brasil, que ainda preserva fortes traços patriarcais, as mulheres continuam lutando por sua sobrevivência, pelo direito de estar viva. Afinal, quando se fala em feminicídio, os números se mostram alarmantes. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de feminicídios (casos consumados), aumentou 4,7% em relação a 2024. Isso representa um registro de 1.568 mulheres vítimas de feminicídio em 2025, uma média aproximada de cerca de 4 mulheres assassinadas por dia por razões de gênero. Isso em se tratando somente dos casos consumados, pois se levarmos em conta também as tentativas de feminicídio esse número se agrava ainda mais. De acordo com a Agência Brasil, somando os casos consumados mais as tentativas temos um registro de 6.904 casos em 2025. Desses, 2.149 foram mortes e 4.755 foram tentativas, representando um aumento de 34% em relação a 2024¹

O Brasil ainda é um dos países que mais mata mulheres, gays e pessoas transgênero. No entanto, quando essa pauta é contextualizada na contemporaneidade, à luta feminina é acrescentado mais um detalhe interessante: as mulheres não lutam apenas para viver, elas lutam para poder envelhecer. A sociedade atual é caracterizada pela supervalorização do novo, em que juventude é sinônimo de produção e proatividade,

¹ Fonte: BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Retrato dos Feminicídios no Brasil: 2021-2025*. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/131-das-vitimas-de-feminicidio-possuiam-medida-protetiva-diz-pesquisa/>. Acesso em: 28 mar. 2026, às 20:47 h .

pensamento profundamente arraigado aos processos de colonização sofridos pelas Américas, de perfil fortemente capitalista. Tudo que é considerado velho é ultrapassado, não detendo qualquer tipo de valor, utilidade ou reconhecimento. Essa premissa é, também, aplicada a pessoas, principalmente às do gênero feminino, cuja cobrança por uma eterna jovialidade é ainda mais violenta do que a sofrida pelos homens.

Nessa conjuntura, o corpo que envelhece perde o valor, já que não produz mais e que, por essa razão, pode ou deve ser descartado. Portanto, viver em uma sociedade onde envelhecer é praticamente um crime ou um pecado, leva as mulheres a recorrerem cada vez mais a práticas de rejuvenescimento extremamente invasivas, desde procedimentos estéticos superficiais até cirurgias agressivas e arriscadas, que podem até culminar na morte da paciente. Para algumas mulheres, envelhecer se tornou sinônimo de escravidão desse mercado da beleza e da eterna juventude. Entretanto, para várias outras, o envelhecimento representou a libertação desse padrão de beleza exigido, bem como das amarras impostas pela sociedade, em relação à categorização comportamental por gênero.

Caradec (2011) afirma que são poucos os estudiosos que têm demonstrado interesse pelo corpo idoso. Nesse contexto, a abordagem temática consistiu, na maioria das vezes, em questionar o olhar da sociedade sobre os corpos que envelhecem, ou seja, quem está no centro da discussão não é a figura da pessoa idosa, mas o olhar da sociedade sobre ela, como é compreendida, assimilada e/ou tipificada não importando como esta se sente, se percebe e se adapta a um ditame social que parece dizer o tempo todo à pessoa velha que não há lugar para ela no espaço coletivo. Para as mulheres, esta situação é ainda mais potente diante da desigualdade de gênero propagada pelo patriarcado que rege a convivência em grupo, na qual estão inseridas. Goldenberg (2011) destaca que, para a grande maioria delas, sua identidade está alicerçada na vida familiar, nos papéis de esposa e mãe, o que a relega ao papel de cuidar e educar os filhos.

No que concerne à compreensão da figuração social do envelhecimento da mulher, aqui especificamente da mulher lésbica, como também da representação das suas relações interpessoais, é necessário um olhar atento ao conceito de homoafetividade, neologismo que abrange afetos entre pessoas do mesmo gênero, sem se limitar ao erótico ou ao sexual, podendo ser amor romântico, união, camaradagem ou casamento. É usado em áreas como Sociologia, Direito e Psicologia.

Como instrumento conceitual, o termo homoafetividade decorre de pesquisas acerca do comportamento entre pessoas do mesmo sexo, no início do Século XXI. Em destaque, encontra-se a conjectura da jurista e ativista brasileira pelos direitos

homoafetivos Maria Berenice Dias (2011), cujo pioneirismo propiciou a aplicação da palavra no contexto do direito da família, replicando-a, posteriormente, em outras áreas do conhecimento. Uma das suas principais prioridades objetivou a dissipação de estigmas relacionados a pessoas que cultivam uma ligação amorosa duradoura, estável, com alguém do mesmo sexo ou gênero. Entretanto, na etimologia de Língua Inglesa, o neologismo “homoaffectional” já era utilizado antes de ser cunhada, no Brasil.

Apesar das semelhanças, as abordagens propostas pelos termos “homoafetividade” e “homossocialização” são caracterizadas pela diferença entre seus escopos. O primeiro é utilizado para observar a dinâmica dos relacionamentos de cunho emocional, amoroso, entre indivíduos do mesmo sexo ou gênero. Já o segundo propõe uma compreensão epistemológica das interações sociais entre pessoas de orientação sexual ou identidade de gênero semelhantes. Contudo, a homoafetividade abarca, também, as ligações no âmbito privado, íntimo, que dois homens ou duas mulheres podem estabelecer. Em termos diferentes, a homossocialização pode ser, também, compreendida como categoria semântica que descreve fatores como afeto, fraternidade e sororidade, que podem ser sentidos por indivíduos de gênero similar.

Nesse espectro, as ações homoafetivas ou de socialização entre duas pessoas podem incluir demonstrações emotivas como dar as mãos, carícias, abraços e beijos, em ambientes públicos ou privados. O sentido erótico, nesse caso, não é relevante, independente da orientação sexual de participantes. Isto é, vivenciar comportamentos homoafetivos ou de homossocialização, seja quem os pratica hétero, homo ou bissexual, é perfeitamente possível, dependendo do grau de tolerância ou do ambiente coletivo do qual faz parte.

No que tange à análise e entendimento da homoafetividade feminina como categoria de estudo, é válido destacar que existem formas diversas de remeter-se a relações entre mulheres: relação homossexual, lesbianidade, relação homoerótica, relação homoafetiva etc. Todavia, essas delimitações não detêm carga semântica similar, como se fossem sinônimas. Sua aplicação discursiva varia conforme a utilização no campo teórico, podendo adquirir diferentes sentidos ou conotações, dependendo do significado que podem carregar. No presente trabalho, optou-se pela expressão “homoafetividade feminina” ou “relação homoafetiva”, pois se entende, aqui, que pela etimologia da palavra “homoafetividade” é a forma mais apropriada de referir-se às relações vivenciadas, nos contos a serem analisados.

O amor ocupa um espaço significativo no eixo temático dos contos, embora a ideia de conjugalidade entre duas mulheres não seja o lugar principal da estrutura narrativa de *Amora*. Não são retratadas apenas relações conjugais nessa obra, são relações de mulheres lésbicas em todos os aspectos de suas vidas: relações de trabalho, entre amigas, entre mãe e filhos, enfim, relações humanas que se desenvolvem no contato e no convívio de pessoas comuns e suas famílias. Do ponto de vista linguisticamente alusivo, o título também é bastante curioso, pois oferece ao leitor/leitora uma espécie de brincadeira ou trocadilho entre as palavras “amor” e “amora” trazendo na dedicatória do livro “amora” como feminino de “amor”, “Aos amores e às amoras”. A analogia da autora às frutas continua por todo o livro ao dividi-lo em duas partes: “Grandes e sumarentas” (onde estão os contos maiores e mais densos) e “Pequenas e ácidas” (onde ficam os menores contos).

Serão analisados, neste estudo, três contos da obra, unidos pela representação de relações homoafetivas femininas na velhice. O primeiro, "Marília Acorda", apresenta um casal de mulheres com mais de setenta anos que enfrenta os efeitos do envelhecimento, como a perda da memória, a redução da mobilidade e a constante presença da morte. Enquanto Marília manifesta os primeiros sinais de demência senil, sua companheira, narradora do conto, lida com as limitações físicas impostas pela idade. Isoladas socialmente, encontram uma na outra o único amparo diante da velhice e da finitude.

No segundo conto, "As Tias", Leci e Alvina vivem uma relação homoafetiva construída ao longo de sessenta anos. Após deixarem um convento ainda jovens, passam a compartilhar a vida com discrição, até que um AVC sofrido por Alvina evidencia a vulnerabilidade de sua união diante da ausência de reconhecimento legal e familiar. A dificuldade de Leci em se fazer presente junto à companheira no hospital leva o casal a formalizar a união estável, buscando assegurar direitos civis e proteção patrimonial.

Por fim, "Vó, a senhora é lésbica?" apresenta Clarissa, professora aposentada que mantém um relacionamento com Carolina e convive diariamente com os netos. O enredo se desenvolve quando um deles questiona o significado da palavra "lésbica", desencadeando reflexões sobre sexualidade, silêncio e pertencimento. Narrado por Joana, neta de Clarissa, também lésbica, o conto articula diferentes temporalidades e memórias, entrelaçando a história da avó, sua própria experiência afetiva e a descrição de uma tapeçaria, compondo uma narrativa fragmentada que evidencia os conflitos entre identidade, família e visibilidade.

No que concerne aos procedimentos metodológicos que orientam este estudo, o plano de desenvolvimento estrutura-se de forma linear e gradativa, alicerçando-se,

inicialmente, na pesquisa e na revisão bibliográfica, conforme preconizam Prodanov e Freitas (2013), que destacam a importância da sistematização do conhecimento prévio para a consolidação do aporte teórico e para a delimitação consistente do objeto de análise. Essa etapa fundamenta-se no escopo temático delineado pelos contos "Marília Acorda", "As Tias" e "Vó, a Senhora é Lésbica?", todos integrantes da obra *Amora* (2015), de Natália Borges Polezzo, os quais constituem o *corpus* sob observação.

A esse processo de levantamento e organização bibliográfica, soma-se a abordagem da crítica literária, ancorada nas perspectivas de Antonio Candido (2004) e Ricardo Piglia (2004) que, sob diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas, permitem compreender a literatura como sistema articulado de formas e sentidos, atento tanto à dimensão estética quanto à inserção social do texto, sem reduzir a análise a meros reflexos extraliterários. Enquanto Candido concebe a literatura como um sistema sociologicamente estruturado por autores, obras e público que se consolidam em uma tradição nacional, Piglia a entende como um espaço experimental e subversivo, no qual o texto literário permanentemente reescreve e desestabiliza os próprios sistemas de poder e sentido que o cercam. Como aporte teórico destinado à sustentação dos eixos analíticos requeridos pelo escopo do estudo, mobilizam-se obras de Beauvoir (1970), Benjamin (1936), Goldenberg (2015), Lorde (1980), Navarro-Swain (2004), Seligmann-Silva (2003), entre outros, cujas reflexões dialogam com as questões de gênero, envelhecimento, memória e representação do corpo que emergem da obra.

Dessa articulação entre procedimentos metodológicos e crítica literária, delineia-se a estrutura do presente trabalho, que se desdobrará em três capítulos analíticos subsequentes: o primeiro dedicado à leitura de "Marília Acorda", o segundo voltado para "As Tias" e o terceiro centrado em "Vó, a Senhora é Lésbica?", nos quais as categorias teóricas aqui estabelecidas serão mobilizadas para examinar, em cada narrativa, as figurações da homoafetividade feminina na velhice e os modos como subvertem as representações tradicionais do corpo envelhecido e da sexualidade feminina.

CAPÍTULO I - LESBIANIDADE E LITERATURA: LUTA E IDENTIDADE

No que concerne à homoafetividade feminina, de suas subjetividades, figurações e identidades, Tania Navarro-Swain, autora reconhecida nos estudos feministas e de sexualidade, propõe em *O que é lesbianismo?* (2004) e no artigo *Feminismo e*

lesbianismo: a identidade em questão (1999) uma reflexão aprofundada acerca do lesbianismo como categoria identitária, prática social e epistêmica, desafiando a naturalização da heterossexualidade e do binarismo de sexo/gênero. Ambos os textos dialogam entre si, complementando visões teóricas e políticas, ainda que com distinções de ênfase e foco psicossocial.

Na primeira obra, Navarro-Swain inicia com uma advertência provocadora: “Quem estiver vestido no cimento de suas certezas, não mergulhe nestas águas.” (Navarro-Swain, 2004, p. 9). Essa elucubração resume adequadamente a postura crítica do texto: uma busca pelo deslocamento de paradigmas impostos pelo senso comum, bem como o questionamento das essências e a visibilização daquilo que foi silenciado histórica, social e epistemologicamente. Quanto à segunda, a autora (1999) a divide em seções que tratam de historiografia, representações culturais e perfis identitários. Desvela, também, como o lesbianismo foi apagado ou estigmatizado na história e nas representações literárias, culturais ou científicas contribuindo para fixar imagens e estereótipos que impõem uma divisão social, de caráter binário e hierárquico, de dois sexos, o que pressupõe a heterossexualidade como padrão universalizante do comportamento coletivo.

Nesse âmbito discursivo, o artigo *Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão* amplia essa discussão, focalizando a conjectura teórica no entrelaçamento entre feminismo contemporâneo e lesbianismo, com atenção particular às tensões que emergem quando se exerce a pretensão de definir a identidade lésbica, assim como sua pluralidade. Essa conjectura frisa sua percepção de que o lesbianismo pode ser visto como uma prática política radical, quase utópica, de contestação ao patriarcado que:

[...] de uma forma muito geral e com a pertinência que podem conter as generalizações, o lesbianismo aparece no movimento feminista como a radicalização extrema na recusa de um mundo patriarcal, propondo o separatismo na vida social, a criação de espaços de onde os valores masculinos seriam extirpados, uma utopia moderna onde a violência e o poder não teriam lugar de existência ou expansão” (Navarro-Swain 1999, p. 07).

Navarro-Swain introduz na discussão, também, a noção de escolha existencial, enfatizando que nem sexo biológico nem práticas eróticas ou afetivas definem necessariamente a identidade, mas sim o modo como o sujeito se insere em um contexto social de desejos, valores e representações.

Na verdade, nenhum fator é jamais determinante; trata-se sempre de uma escolha efetuada no coração de um conjunto complexo e repousando sobre uma livre decisão; nenhum destino sexual governa a vida do indivíduo; seu erotismo traduz ao contrário sua atitude global quanto à existência (Beauvoir *apud* Navarro-Swain, 1999, p. 09).

A assertiva de Beauvoir, ao enfatizar o caráter de "livre decisão" e a inexistência de um "destino sexual" que governe a vida do indivíduo, inscreve-se no projeto existencialista da autora, para quem a liberdade é a categoria fundante da condição humana. No entanto, quando transportada para o campo específico da orientação sexual, tal proposição demanda cuidadosa revisão crítica, sob pena de reforçar, ainda que involuntariamente, discursos que historicamente patologizaram ou criminalizaram as sexualidades dissidentes ao tratá-las como "desvios" ou "opções" passíveis de correção. Diferentemente do que sugere a noção de "escolha efetuada no coração de um conjunto complexo", a experiência de pessoas lésbicas, gays e bissexuais, sobretudo quando confrontadas com o etarismo e a dupla marginalização que recai sobre corpos femininos envelhecidos, como bem figuram os contos de *Amora*, evidencia que a orientação sexual se impõe como uma dimensão constitutiva e involuntária do sujeito, anterior e independente de qualquer ato volitivo.

O que está em jogo, portanto, não é a escolha de amar mulheres ou homens, mas a escolha, frequentemente dolorosa e tardia, de assumir publicamente esse amor em um mundo que insiste em negar-lhe legitimidade. Assim, a "liberdade" de que fala Beauvoir, quando aplicada à homoafetividade, talvez resida menos na possibilidade de optar por uma orientação sexual e mais na capacidade de, uma vez reconhecendo-a em si, decidir como habitá-la com dignidade, escolha que, como revelam as personagens idosas de Polesso, pode levar décadas para ser exercida, quando o é.

Nessa esfera, as obras de Navarro-Swain oferecem uma contribuição significativa aos estudos feministas e sobre sexualidade. Desafiam visões naturalistas e normativas, ampliando os diálogos acerca de identidade lésbica além da orientação sexual estrita, integrando sexualidade, gênero, poder, representação, escolha e desejo. Permitem, também, pensar a homoafetividade feminina como categoria política, epistêmica e existencial, que vai além da prática ou preferência erótica. Além disso, no cenário brasileiro, tais reflexões são particularmente relevantes, haja vista que confrontam heranças religiosas, morais, coloniais ou de ordem jurídica, que continuam a naturalizar a heterossexualidade e a invisibilizar a diversidade sexual, especialmente no que tange às mulheres.

Em síntese, Navarro-Swain oferece, na intertextualidade entre as obras anteriormente citadas, uma reflexão crítica e instigante: não resolve todas as perguntas, mas abre caminhos essenciais para pensar o lesbianismo em sua complexidade, e para

desafiar certezas. Seus textos convidam o leitor/leitora a sair do “cimento de suas certezas” e entrar em águas ambíguas, nas quais identidades, escolhas e práticas são tensionadas, historicamente situadas e politicamente significantes. Para quem se interessa por debates e pesquisas, acadêmicos ou informais, sobre estudos de gênero, feminismo e sexualidade, sua produção é leitura fundamental: estimula pensamento, autocrítica e abertura teórica. No presente estudo, o objetivo basal é promover um maior diálogo com a empiria situada, a fim de verificar como essas divagações teóricas se manifestam no campo literário.

No entanto, se faz necessário frisar uma condição semântica, no que se refere ao termo “lesbianismo”: como é largamente utilizado por Navarro-Swain nas obras anteriormente examinadas, consta no corpo desta pesquisa por esse motivo. Contemporaneamente, o uso do vocábulo “lesbianidade”, mais adequado ao contexto categórico aqui em questão, mostra-se mais oportuno para referir-se à homoafetividade feminina como corpo epistêmico e social.

1.1 Natália Borges Polesso e a Trajetória de *Amora*

Sobre a obra de Polesso em pesquisa neste estudo, desde seu lançamento, em 2015, pela Não Editora, *Amora* se destacou no panorama literário brasileiro de contos ao tratar de modo sensível e plural as relações homoafetivas femininas, levantando não apenas debates sobre gênero e sexualidade, mas também questionamentos estéticos sobre o gênero conto, representação e visibilidade. A obra de 33 contos, dividida em duas partes, “Grandes e sumarentas” e “Pequenas e ácidas”, oferece uma miscelânea de narrativas que oscilam entre afetos, silêncios, tensões familiares e sociais, descobertas íntimas. A crítica literária, em geral, saudou *Amora* como livro potente no manejo das vozes femininas e no desmonte de estereótipos relacionados à lesbofobia, à invisibilidade genderizada e às múltiplas formas de amor entre mulheres. Por exemplo, em resenha publicada pela *Revista Amálgama* (“O sabor doce e amargo da estranheza”)², destaca-se que Polesso consegue “transpor clichês e estereótipos” ao retratar personagens diversos cujas personalidades e particularidades emergem de cada conto.

O prêmio Jabuti de Literatura (2016, categoria Contos e Crônicas) e o Prêmio Açorianos, também em 2016, consolidaram seu reconhecimento institucional, embora a

² A *Revista Amálgama*, embora relevante como veículo de divulgação cultural, não se configura como fonte acadêmica no âmbito desta pesquisa

autora tenha manifestado que esse reconhecimento nem sempre se traduziu em visibilidade massiva ou em vendas exponenciais. Em matéria da *Folha de S.Paulo*, Polesso afirma que “o conto é um gênero injustiçado”, apontando que, mesmo com prêmios, muitos de seus leitores/leitoras permanecem um grupo menor dentro do mercado editorial. O público leitor, por sua vez, parece ter recebido *Amora* com grande apreço, sobretudo no meio literário LGBTQIAPN+ e acadêmico, reconhecendo-se representado em suas angústias, desejos, sofrimentos e alianças. O livro também entrou para o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), o que sugere sua inserção possível em contextos educacionais e um alcance além do vestibular literário.

As produções acadêmicas a respeito do livro ampliam e aprofundam essa recepção, analisando *Amora* sob variadas abordagens críticas. O artigo “Casais felizes e relações duradouras: a representação da existência lésbica na obra *Amora*” (Vieira & Figueiredo, 2020) investiga como os contos “Vó, a senhora é lésbica?”, “Marília acorda” e “As tias” desestabilizam o pensamento heterossexual normativo ao representar casais femininos que vivem juntos há muitos anos, ressaltando o potencial político da literatura para desmonte de hegemonias afetivas. Em “Representatividade lesbiana na obra *Amora*, de Natália Borges Polesso” (dos Santos, 2018), estuda-se a importância de uma literatura produzida por autora lésbica que escreve sobre personagens homossexuais, sem estereótipos, tratando afetos, sexualidades e existência lésbica como centrais, o que contribui não só para os estudos literários, mas para leitores/leitoras que antes não tinham vozes ou imagens semelhantes, nos textos disponíveis.

Outra pesquisa recente, “Amor, palavra feminina: a constituição da existência lésbica em *Amora*” (Batista Monteiro & Bezerra, 2025), aborda a vivência lésbica a partir da perspectiva interseccional, considerando diferenças de geração, idade e posicionamentos sociais, destacando como Polesso articula invisibilização, silenciamento e resistência nas instâncias cotidianas das personagens. Também interessante é a dissertação de mestrado *Leitura de Amora, de Natália Borges Polesso, como livro-mosaico* (Andrade, 2021), que analisa *Amora* como obra arquitetural, em que os contos dialogam entre si, montando um mosaico narrativo de afetos, identidades e espaços, fortalecendo a coerência temática e formal da coletânea.

Há, portanto, uma recepção rica e plural: *Amora* é lido como obra literária relevante para a representatividade lésbica, para a literatura contemporânea de gênero e para o estudo das formas do conto. A crítica reconhece a qualidade da linguagem, a profundidade emocional, o equilíbrio entre o íntimo e o social, bem como os momentos

de silêncio subentendidos, que Polesso maneja com sutileza. Ao mesmo tempo, há críticas pontuais. Conforme observam Giardinelli (1997) e Avilés Fabila (1994), o conto permanece em posição menos privilegiada no mercado editorial, frequentemente eclipsado pelo romance em razão de interesses comerciais. Por outro lado, estudos de Dalcastagnè (2012) evidenciam que parcela significativa da ficção brasileira contemporânea privilegiou, durante muito tempo, personagens urbanas, brancas e pertencentes às classes médias, limitando a diversidade de experiências sociais representadas, embora esse panorama venha sendo tensionado por autores contemporâneos.

Em suma, *Amora* tornou-se uma obra-chave na literatura lésbica contemporânea no Brasil. Sua recepção de público e crítica atesta seu valor literário e político: crítica especializada, academia e leitores/leitoras LGBTQIAPN+ saúdam-na por representar mulheres, afetos e desafios invisibilizados; prêmios importantes reconheceram sua qualidade; sua entrada em programas como o PNLD aponta para seu uso pedagógico. Ao mesmo tempo, permanece o desafio de estender sua visibilidade além dos nichos literários, de tornar o conto menos marginalizado e de ampliar a diversidade de vozes representadas, explorando inclusive contextos rurais, mais periféricos ou de diferentes etnias. *Amora* é, portanto, obra de impacto crescente, cuja recepção demonstra tanto conquistas quanto lacunas, mas que certamente marca uma etapa de avanço no panorama literário brasileiro de gênero, sexualidade e literatura contemporânea.

1. 2 Homoafetividade Feminina e Figuração Literária: uma luta política

Inicialmente, antes de adentrar no campo da figuração homoafetiva feminina na literatura, a presente análise abordará seus aspectos nos âmbitos teórico e sócio-histórico. Como primeira abordagem, será frisado o Lesbianismo Político ou Radical, vertente que emergiu principalmente nos Estados Unidos, durante a década de 1970. Intrinsecamente ligado ao movimento feminista (em especial, ao feminismo radical), esse pensamento concebe a sexualidade como uma escolha e uma opção política, entendida inclusive como um ato de militância. As lésbicas radicais articulavam claramente uma ruptura com relações opressivas e misóginas, buscando, por meio da sororidade entre mulheres engajadas no ativismo feminino, construir relações mais igualitárias como um fenômeno compreendido sob o foco da vivência da sexualidade e do prazer para além das estruturas machistas da “heterossexualidade compulsória”.

Em *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, Rich (2010) evidencia o caráter impositivo e institucionalizado da heterossexualidade. A autora argumenta que a esta constitui “uma instituição política que retira o poder das mulheres”, atuando como pilar central na sustentação da dominação masculina. Tais papéis de gênero são incutidos precocemente por meio de múltiplos mecanismos sociais, assimétricos e opressivos, que atuam em diversas esferas da formação identitária, a exemplo de contos de fada, crenças populares e lendas urbanas.

Desse modo, a heterossexualidade passa a ser naturalizada como a única expressão legítima do desejo erótico-afetivo, tornando-se sinônimo de sexualidade desejável, plena e, portanto, obrigatória. Seu caráter compulsório marginaliza a existência lésbica, impondo uma falsa ideia de inatismo à sexualidade. Segundo Rich:

Um dos muitos meios de reforço é, obviamente, deixar invisível a possibilidade lésbica, um continente engolfado que emerge à nossa vista de modo fragmentado de tempos em tempos para, depois, voltar a ser submerso novamente. A pesquisa e a teoria feminista que contribuem para a invisibilidade ou marginalidade lésbica estão realmente atuando de modo contrário à libertação e ao empoderamento das mulheres como um grupo. A suposição de que “a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato” coloca-se como um obstáculo teórico e político para o feminismo (Rich, 2010, p. 34).

A imposição institucional do modelo heterossexual é tão profunda que se manifesta inclusive no interior de relacionamentos homossexuais. Faderman (1981) demonstra historicamente como tais dinâmicas influenciaram a formação das identidades “butch” (lésbicas com expressões de masculinidade) e “femme” (lésbicas com expressões de feminilidade) nos Estados Unidos, a partir da década de 1930. Ao compreender a sexualidade exclusivamente pela lente heterossexual, muitas lésbicas da época reproduziram essa estrutura, incorporando por meio de gestos, vestuário e práticas sexuais papéis designados como “masculinos” ou “femininos”. Ainda de acordo com a autora (1981), ao assimilar a masculinidade como identidade, as lésbicas “butch” frequentemente replicaram também lógicas de dominação em seus relacionamentos. Já Rubin (1992) ressalta que “butch” e “femme” são categorias importantes dentro da experiência lésbica e, como tais, acumularam múltiplas camadas de significância. Para além de uma expressão de um contexto histórico específico, essa distinção incorpora-se em nossa formação identitária e manifesta-se ainda hoje de maneira complexa e adaptável.

Ainda que exerça influência coercitiva sobre a construção das identidades lésbicas, o modelo heterossexual é confrontado pelo Lesbianismo Político. Este, por sua

vez, introduz no movimento feminista “um ideal igualitário que traz à luz a natureza opressiva das instituições políticas da heterossexualidade, e oferece uma alternativa revolucionária” (Jeffreys, 2003, p. 144). Dessa forma, reconcebe a sexualidade como uma escolha consciente, transcendendo o debate sobre a liberdade sexual tal como convencionalmente articulado, nas pautas feministas.

Nesse sentido, o Lesbianismo Político postula que essa escolha intencionalmente politizada não deriva necessariamente de uma atração sexual específica, ou seja, de um desejo exclusivamente lésbico. Emerge da vontade de romper com o sistema heterossexual opressor. Como bem explicita Jeffreys:

Não há futuro para lésbicas na busca por equidade nem com os homens na cultura sexual ou no universo público gay nem com os homens em geral no universo do estado masculino, dos esportes militares e da economia, pois esses mundos públicos são construídos a partir da dominação masculina e da subordinação feminina³ (Jeffreys, 2003, p. 156, **tradução minha**).

Ao conceber os relacionamentos como arenas de atuação política, diversas feministas e “lésbicas políticas” defenderam diferentes formas de separatismo. Embora o termo possa evocar uma conotação radical, essa estratégia pode ser compreendida em pelo menos duas dimensões: a primeira, em um nível moderado, refere-se às práticas adotadas por feministas (lésbicas ou não) para distanciar-se de instituições, papéis sociais, bem como dinâmicas machistas impregnadas no cotidiano. Um exemplo são os espaços exclusivos para mulheres, dedicados à discussão de pautas feministas, os quais podem ser interpretados como expressões do separatismo leve e que se mantêm como mecanismos relevantes para o fortalecimento do movimento; a segunda, em uma esfera de maior intensidade, fundamentada na premissa de que toda mulher é uma lésbica em potencial, defende-se uma separação integral dos homens nas esferas política, sexual, doméstica e econômica. Frye (1983) detalha várias ações separatistas que poderiam ser praticadas em diversos contextos da vida diária:

[...] terminando ou evitando relacionamentos próximos ou relações de trabalho; proibindo alguém de entrar na sua casa; excluindo alguém de sua companhia, ou do seu convívio; deixar de participar ou evitar a participação em algumas atividades e instituições; evitar a influência de plataformas midiáticas (não ouvir músicas com letras sexistas, não assistir televisão); recusar comprometimento e apoio; rejeitar ou ser rude com indivíduos obnoxios⁴ (Frye, 1993, p. 92, **tradução minha**).

³ Do original: “There is no future for lesbians in seeking equality either with men in the gay sexual culture or public world or with men in general in the mainstream world of the state, the military sports and the economy, because these public worlds are constructed out of male dominance and female subordination”.

⁴ Do original: “breaking up or avoiding close relationships or working relationships; forbidding someone to enter your house; excluding someone from your company; or from your meeting; withdrawal

Com a consolidação da segunda fase do feminismo, iniciada na metade final da década de 1960, e, posteriormente, do terceiro momento, que colocou a interseccionalidade e a transnacionalidade no centro da análise crítica e da quarta onda⁵, o separatismo advindo desse período perdeu gradualmente sua relevância dentro do movimento feminista, inclusive entre lésbicas. Paralelamente, a noção da sexualidade como escolha política foi suplantada por um discurso predominante, largamente massificado pelo movimento LGBTQIAPN+⁶, de que a sexualidade não é uma opção, mas sim uma característica inata. A premissa de que a homossexualidade não é escolha, mas sim uma orientação sexual “tão natural” quanto a heterossexualidade, ganhou ampla aceitação. Como consequência, deslocou-se o caráter politizado da sexualidade, que antes era um pilar central da crítica lésbica e feminista.

No começo da década de 1990, a publicação de *Problemas de Gênero* (2003), de Judith Butler, promoveu uma transformação profunda nos debates sobre identidade de gênero e sexualidade. Ao criticar a universalização da categoria “mulher” e contestar o discurso biológico em torno da identidade sexual, a autora ampliou o horizonte da análise feminista, libertando-a de enquadramentos normativos. Sua leitura, que encontra pontos de convergência teórica com as postulações de Rich (2010), recupera a noção da heterossexualidade como estrutura política que, por meio de processos de proibição, inibição e controle social, constrói e molda as subjetividades “pós-modernas”. Ao retomar a crítica foucaultiana, Butler (2003) rejeita categorias pré-discursivas que dividem a sociedade em binários de sexo, gênero e sexualidade, problematizando assim a distinção entre sexo (supostamente biológico) e gênero, conjecturado como construção social, tal como proposta por vertentes clássicas do feminismo. Desenvolve, também, a noção de que tanto o sexo quanto o gênero são categorias performativas e paródicas, por meio das

from participating in some activity or institution, or avoidance of participating; avoidance of communications and influence in certain quarters (not listening to music with sexist lyrics, not watch tv); withholding commitment or support; rejection of rudeness towards obnoxious individuals”.

⁵ Holanda (2018) escolarece que, embora não haja consenso absoluto sobre sua periodização, a quarta fase do feminismo caracteriza-se pela articulação entre ativismo digital, perspectivas interseccionais e pautas relacionadas às diferenças de gênero, raça, classe, sexualidade e territorialidade. Para Heloisa Buarque de Hollanda, essa configuração amplia o alcance político do movimento ao incorporar múltiplos sujeitos e formas de mobilização, especialmente por meio das redes digitais, marcando uma reconfiguração das estratégias e agendas feministas contemporâneas.

⁶ A sigla LGBTQIAPN+ refere-se ao conjunto de identidades de gênero e orientações sexuais que compõem a diversidade desse âmbito: **L** (Lésbicas), **G** (Gays), **B** (Bissexuais), **T** (Transsexuais e Transgêneros), **Q** (Queer), **I** (Intersexo), **A** (Assexual, Arromântica e Agênero), **P** (Pansexual), **N** (Não binária), e o sinal + indica a inclusão de outras identidades não explicitamente nomeadas, assegurando abertura e acolhimento à pluralidade do espectro.

quais os sujeitos, dentro de estruturas reguladoras da subjetividade, “reproduzem” modelos preestabelecidos de masculinidade e feminilidade pelo sistema heteronormativo.

De acordo com Butler:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero (Butler, 2003, p. 69).

Em sua teoria, Butler concebe o sujeito, a partir de uma subjetividade reflexiva e em trânsito, permanentemente em processo de formação, mas que jamais atinge uma completude definitiva. Por essa razão, a autora recusa uma compreensão estática das categorias identitárias. Embora constituídas a partir de um gesto de submissão às estruturas políticas de formação do sujeito operadas pela heteronormatividade, tais subjetividades conservam a capacidade, por meio de processos psíquicos e linguísticos, de desconstruir-se, reconstruir-se e, sobretudo, subverter as normas heterossexuais que marginalizam e excluem existências dissidentes.

Com base nessa premissa, Butler postula que a homossexualidade constitui uma subjetividade subversiva: por meio de sua própria existência e de suas práticas sociais, questiona os limites e interdições que delimitam tais categorias, especialmente através da reapropriação da masculinidade e da feminilidade como universos de possibilidade abertos a qualquer sujeito. Desse modo, desafia-se a compreensão social convencional do que significa ser homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, entre outras classificações normativas.

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ - isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não conformarem-se às normas de inteligibilidade cultural. (Butler, 2003, p. 44).

Sob esse mesmo prisma, Preciado (2018) analisa a influência do capitalismo pós-fordista no controle e na regulação dos mecanismos de produção da subjetividade no campo das identidades sexuais e de gênero. Para o autor, a estrutura heteronormativa manifesta-se em instituições como o mercado, o Estado e o sistema jurídico, que se apropriou do avanço tecnológico para intensificar a fabricação de sujeitos. Substâncias

como serotonina, tecnossangue, hemoderivados, tecnoesperma, testosterona, estradiol, álcool, tabaco, Ritalina e Rivotril exemplificam os produtos dessa nova fase de produção do “Eu” e do sexo.

O pesquisador incorpora em suas divagações teóricas, ainda, a atualização do conceito foucaultiano de biopoder proposta por Haraway (1995), avançando em direção à noção de biotecnopoder, ou seja, a disseminação do poder por meio de diversos mecanismos “tecnovivos” de construção identitária. Dessa forma, as estruturas de regulação passaram a utilizar recursos tecnológicos para fabricar ideais de subjetividade e exercer controle sexual, a exemplo da distribuição de pílulas anticoncepcionais, inseminação artificial, cirurgias de redesignação de gênero, entre outros. Sobre essa questão, Preciado afirma:

Não se trata de passar de mulher para homem ou de homem para mulher, mas de contaminar as bases moleculares da produção da diferença sexual, entendendo que estes dois estados do ser, homem e mulher, existem apenas como “ficções políticas”, como efeitos somáticos dos processos técnicos de normatização (Preciado, 2018, p.153).

Tanto Preciado quanto Butler sugerem novas formas de compreender gênero, sexualidade e subjetividade, deslocando a masculinidade e a feminilidade do campo de fatos identitários concretos para o âmbito de objetos performativos, ou seja, opções nas quais os sujeitos podem adotar em suas construções de si. Essas narrativas identitárias, contudo, não precisam ser fixas ou permanentemente coerentes ao longo da vida. Ao contrário: é possível apropriar-se do masculino e do feminino em momentos distintos ou mesmo simultaneamente, acessando por meio dessas performances zonas de poder até então negadas e reivindicando, como sustenta Preciado, “o mesmo respeito”.

Na esfera das identidades femininas plurais, Wittig (1992) problematiza a noção da classe “mulher” como um agrupamento natural, pois a existência da identidade lésbica, por si só, demonstra que a ideia da mulher como categoria natural, tal como já criticado por Beauvoir ([1949]2009) constitui tão somente um mito.

A partir da contribuição fundamental de Beauvoir ([1949]2009), compreendemos criticamente que a categoria “mulher” se constrói a partir de uma noção de alteridade, posicionando-a sistematicamente como o Outro em uma dinâmica de opressão e subordinação refletida na dicotomia social “homem” versus “mulher”. Nessa perspectiva, Wittig (1992) argumenta que a lésbica não é uma mulher, uma vez que ela não participa das relações estruturais heteronormativas que fundamentam a construção mítica da feminilidade. Assim como Rich (2010), Wittig compreende a heterossexualidade como

elemento constitutivo do ser-mulher normativo. Desse modo, as categorias de sexo mantêm-se como constructos políticos institucionalizados, ou seja, sustentam que o alicerce da sociedade (ou o início dela) encontra-se na heterossexualidade.

A internalização do que Wittig denomina *straight mind* (pensamento heterossexual que estrutura a divisão binária das categorias sexuais) faz com que a existência lésbica seja interpretada como uma negação da “mulher real”. Essa lógica frequentemente leva à acusação de que a lesbianidade origina-se de um desejo de ser homem, uma vez que práticas sexuais são comumente associadas a identidades de gênero fixas. Wittig (1992), de certo modo, defende que a lésbica recusa o lugar de “mulher” precisamente por rejeitar participar das dinâmicas heterossexuais opressivas. É importante notar, contudo, que a análise de Wittig restringe-se às dimensões de gênero e sexualidade nessa construção da “não-mulher”, deixando de incorporar outros eixos estruturantes como raça e classe. A autora, no entanto, afirma que:

[...] recusar-se ser mulher não significa necessariamente tornar-se homem. Além disso, se pegarmos como exemplo a “butch” perfeita, o exemplo clássico que provoca o maior terror, a quem Proust chamaria de mulher/homem, como sua alienação difere daquela de alguém que queira tornar-se mulher? Tweedledum e Tweedledee. Ao menos para a mulher, querer tornar-se um homem prova que esta escapou da programação inicial.¹⁵ (Wittig, 2014, p. 103).

Segundo Lauretis (2007), a obra de Wittig proporciona um “espaço conceitual” para a subjetividade anteriormente inimaginável. Esse território da não-mulher e do não-homem, que nega radicalmente a heteronormatividade, permite envisionar uma epistemologia que transcende o feminismo tradicional, abrindo caminho para o que Lauretis denomina um devir “excêntrico”. Tal subjetividade excêntrica transforma a consciência histórica e as formas de saber e conhecer, na medida em que se constitui fora das instituições da “mente hétero”. Desse modo, torna-se possível adquirir a consciência da opressão que é, nas palavras de Wittig, citada por Lauretis:

[...] não apenas uma reação para (lutar contra) a opressão. É também uma reavaliação completa do mundo social, sua inteira reorganização através de novos conceitos, a partir do ponto de vista da opressão... chame isso de prática cognitiva, subjetiva (Wittig *apud* Lauretis, 2007, p.74).

De acordo com Ruggieri (2023), efetivamente, a década de 1980 assistiu ao surgimento de diálogos e ponderações críticas acerca dos limites da diferença como princípio organizador de comunidades políticas, bem como à crescente complexificação da diferença sexual e de gênero em articulação com outras formas de diferença. Esse processo foi impulsionado, sobretudo pelo feminismo negro e pelo *Third World feminism*,

cujo marco editorial foi a publicação de *This Bridge Called My Back* em 1981, organizado por Gloria Anzaldúa e Cherrie Moraga. No artigo “Sexual Indifference and Lesbian Representation” (1988), Teresa de Lauretis esboça uma teoria da sexualidade não generificada, partindo precisamente de uma citação de Audre Lorde em *Zami*: “nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de uma diferença em particular” (Lorde *apud* Lauretis, 1988, p. 164). Partindo dessa referência, Lauretis identifica um paradoxo constitutivo da representação lésbica:

Parece, portanto, que “diferença sexual” é o termo de um paradoxo conceitual que corresponde ao que é efetivamente uma contradição vivida por mulheres: o termo, ao mesmo tempo, de uma diferença sexual (mulheres são, ou querem, algo diferente dos homens) e da indiferença sexual (mulheres são, ou querem, a mesma coisa que homens (Lauretis, 1988, p. 155).

Quanto à ocupação espacial de maiorias minorizadas em todas as suas figurações, como a homoafetividade feminina, nas narrativas literárias, Polesso (2020), autora da obra que serve de escopo temático para essa pesquisa, postula que certas questões complexas, de ordem historicamente recorrente, possuem caráter estrutural, o que não significa, contudo, que sejam abstratas ou anônimas. Pelo contrário: estão profundamente enraizadas em práticas sociais de origem colonial, nas opressões hierárquicas sofridas ou perpetuadas por meio do racismo, machismo, LGBTQfobia, classismo, gordofobia, etarismo, entre outras, e que são reproduzidas cotidianamente por todos nós. Diante disso, refletir criticamente sobre a dimensão política da lesbianidade, assim como sobre esses atravessamentos interseccionais, constitui um exercício urgente de escrita e autoanálise.

Desse modo, como pesquisadora e escritora do século XXI, não posso me furtar a discutir esses pontos de vista dentro do campo literário e do campo acadêmico, ou seja, dentro de estruturas, reconhecendo suas tensões, reconhecendo também que este ponto de vista por vezes responde e por vezes não responde às ideias da crítica colonizada, colonizadora, heterocentrada, branca e cisnormativa, reconhecendo que é um ponto de vista divergente das narrativas hegemônicas falocêntricas, mas que, por vezes, ocupa algum lugar confortável nessas órbitas, a depender dos atravessamentos. Foram os deslocamentos reais que a literatura me proporcionou que me fizeram pensar melhor sobre essas questões de um modo mais abrangente, considerando a produção literária de mulheres LGBTQIAPN+ (Polesso, 2020, p. 03).

Arnés (2016), citada por Polesso (2020), ao analisar a trajetória das ficções lésbicas a partir do século XIX, observa que a entrada no século XXI complexificou tanto o cenário literário quanto o social.

Com o passar dos anos, a voz ganhou corpo. Os corpos lésbicos foram expandindo-se, eroticamente, até conquistar o corpo do texto, até desarticular ficções amorosas e edipianas, até transfigurar o texto em corpo, em língua e finalmente, em cunilíngua. Assim, no século XXI as ficções lésbicas já têm voz e corpo. Resta-lhes agora deixar-se guiar por seus afetos: apropriar-se do

espaço, desenhar paisagens e caminhos (Arnés, 2016 *apud* Polesso, 2020, p. 17).

Ainda segundo a autora brasileira (2020), inúmeras mulheres lésbicas, portadoras de identidades complexas, produzem escritas sobre os mais variados temas e as abordagens que elegem para constituir suas narradoras, protagonistas e linguagem poética estão inevitavelmente marcadas por suas trajetórias individuais e sociais. Há de se considerar, então: Se sujeitos de sexualidades dissidentes produzem formas singulares de experienciar o corpo, o desejo e o espaço social, é igualmente plausível que elaborem uma produção literária marcada por perspectivas estéticas e políticas próprias. A literatura não apenas reflete a realidade, mas constitui um espaço de produção de sentidos, no qual experiências historicamente marginalizadas podem ressignificar identidades, afetos e modos de existência. Nesse contexto, a literatura homoafetiva feminina configura-se como uma forma de enunciação que desloca a lógica heteronormativa e inscreve novas subjetividades no campo literário, ampliando as possibilidades de representação. Conforme argumenta Butler (2022), as identidades de gênero e de sexualidade são construídas e performativamente reiteradas nas práticas sociais e discursivas; por isso, discursos produzidos por sujeitos dissidentes tendem a instaurar novas formas de narrar, representar e significar o mundo, legitimando a emergência de uma poética própria.

É precisamente no questionamento das estruturas identitárias que Polesso situa seu modo de existir no mundo, assim como o de outras escritoras homoafetivas, que produzem sobre lesbianidade. Neste contexto, emprega o termo "lésbica" de maneira ampla, buscando abarcar discursos e práticas de sexualidades dissidentes produzidos por mulheres. As identidades literárias dessas mulheres manifestam-se corporalmente, por meio de um conjunto de práticas exercidas pelo corpo e pelos espaços que ele ocupa, sempre em relação a outros corpos e contextos.

As questões existenciais não se desenrolam em um espaço-tempo abstrato, teórico ou absoluto. São vivenciadas em um mundo constituído por múltiplos saberes, ignorâncias, poderes e carências. De acordo com a escritora (2020), é necessário sujar as mãos para criar novos espaços de ocupação, revirar a terra, assentar pedras, cuidar do capim. É preciso habitar a geografia e tropeçar nela. É essencial encontrar modos desobedientes de pensar repetidamente. Talvez estas reflexões sejam pouco reveladoras sobre o que é ser mulher ou lésbica. Contudo, algo se tornou mais claro: lésbicas e mulheres não correspondem aos modelos discursivos que a elas foram legados. Não é possível desconsiderar uma história de construção e desconstrução permeada por

aprendizados e transformações de sentimentos e pensamentos, assim como aceitar conceitos desgastados. O que se mostra possível é fortalecer cotidianamente o significado que as experiências dessas mulheres conferem a elas.

Em síntese, quanto à figuração lésbica no âmbito cultural, social e literário, como também a sua ocupação desses espaços, a diversidade de perspectivas sobre a identidade lésbica evidencia que a compreensão meramente política gerada por alguns movimentos sociais é insuficiente para abarcar a magnitude dessa experiência. Embora leituras como a do Lesbianismo Radical revelem a sexualidade como um domínio crucial da biopolítica, também indicam que existe algo além de um essencialíssimo restritivo: ser lésbica não representa uma fase transitória, mas tampouco deve converter-se em uma prisão conceptual. As contribuições de Butler e Preciado, nesse contexto, remetem ao perpétuo estado de devir, um processo contínuo de constituição identitária que se recusa a ser reduzido a qualquer verdade social única. Por sua vez, o lesbianismo materialista, ao introduzir a noção de “não-mulher”, possibilita uma reflexão interseccional, destacando como fatores raciais e experiências localizadas moldam nossa compreensão identitária.

Sob esse prisma, é válido inferir que o lesbianismo materialista constitui uma corrente teórica e política que compreende a opressão das mulheres como resultado de uma estrutura social e econômica fundada na heterossexualidade compulsória e na divisão sexual do trabalho. Nessa perspectiva, o lesbianismo deixa de ser entendido apenas como orientação sexual para configurar-se como uma posição de resistência ao regime político que organiza as relações de gênero e naturaliza a subordinação feminina. A principal formuladora dessa abordagem, Monique Wittig, argumenta que as categorias "homem" e "mulher" não correspondem a essências naturais, mas são construções produzidas por um sistema de dominação heterossexual, razão pela qual afirma que "as lésbicas não são mulheres" (Wittig, 1992, p. 32), indicando que a recusa à ordem heterossexual rompe com a própria categoria política de "mulher" tal como definida pelo patriarcado.

Em diálogo com essa perspectiva, Adrienne Rich amplia a compreensão das relações de poder ao demonstrar que a heterossexualidade não constitui uma escolha livre ou exclusivamente afetiva, mas uma instituição social sustentada por mecanismos históricos, culturais e econômicos que garantem a centralidade masculina. A autora defende que a experiência lésbica representa uma possibilidade de resistência às formas de controle patriarcal, ao mesmo tempo em que evidencia a existência de vínculos afetivos, políticos e culturais entre mulheres que extrapolam os limites impostos pela norma heterossexual. Assim, conforme Rich (2010), compreender a heterossexualidade

como uma instituição compulsória permite evidenciar que o lesbianismo também pode ser entendido como uma prática de contestação das estruturas responsáveis pela manutenção das desigualdades de gênero.

Na literatura e suas representações, a história do lesbianismo não se orienta por uma única verdade. Múltiplas são as formas de constituição da identidade lésbica, que atravessam dimensões político-sociais e subjetivas como gênero, raça, classe, idade, nacionalidade e religiosidade. A essência dessa perspectiva reside, precisamente, nas observações de Lauretis (2007): a existência homoafetiva nesse *locus* de deslocamento das dinâmicas dicotômicas da heteronormatividade oferece uma contribuição fundamental para o campo do conhecimento, uma epistemologia singular. E é desse mesmo lugar estranho e incômodo de deslocamento que emerge a resistência às relações sociais que, ainda hoje, confinam a mulher lésbica a um não lugar.

CAPÍTULO II: HOMOAFETIVIDADE FEMININA, ENVELHECIMENTO E MEMÓRIA EM “MARILIA ACORDA”

Como manifestação artística, a literatura não porta, em si, a obrigatoriedade de reprodução fidedigna do mundo concreto, real. Enquanto vertente possível do ato criativo, seu campo de ação reside na exploração e transformação dos elementos empíricos, concretos, por meio do uso da palavra. Porém, é inegável que toda obra literária tem, como berço de sua concepção, os contextos sócio-históricos e culturais de onde surgem, dos quais recebem, em maior ou menor grau, influências que servem como fontes de inspiração para quem a escreve. Desse modo, torna-se válido afirmar que as obras literárias, como figurações dos seus contextos de origem, servem como espelhos de valores, componentes ideológicos e questões relativas a conflitos sociais que apontam a presença ou a ausência da representatividade de aspectos psicossociais como ilustrações das sociedades nas quais se encontram inseridas.

No que diz respeito à lesbianidade, particularmente na velhice, é notável a escassez de obras que tratem dessa questão com a naturalidade que lhe é devida. *Amora* (2015), de Natália Borges Polezzo, tem, como ponto alto, exatamente a apresentação da grande diversidade de representações da sexualidade lésbica, sendo a velhice o eixo temático central de “Marília Acorda”, como também em “As Tias” e em “Vó, a Senhora é lésbica?”. A autora aborda essa temática escapando da esfera romântica e trágica que, geralmente, permeia esse tipo de narrativa, como *A Volúpia do Pecado* (1967 [1948]) e

Carne em Delírio (1968), de Cassandra Rios. É providencial ressaltar, nesse espectro, que são obras de épocas e contexto histórico distintos, com 50 anos de distância entre elas. Falar das relações homoafetivas entre mulheres pode levar ao risco de cair na armadilha de trazer para o texto a tragicidade, como se para um casal lésbico a experiência do amor fosse inatingível ou impossível. No entanto, isso não acontece em *Amora*. São contos interessantes que prendem a atenção do leitor/leitora possibilitando identificação com as histórias narradas. Outro ponto interessante dessa obra é observar que, por mais que as histórias retratem o amor entre mulheres, elas não abordam temas ou situações que sejam exclusivas do universo lésbico, destacando-se o caráter da universalidade presente nas temáticas trazendo aspectos que podem ser comuns e inerentes ao cotidiano de qualquer ser humano.

2. 1 Tempo e Afetividade

O conto “Marília Acorda”, o décimo segundo de *Amora* (2015), compõe a primeira parte do livro (Grandes e sumarentas) que tem um total de 33 contos. Essa ordenação se mantém na segunda edição, de 2022. A narrativa em análise retrata a história de um casal homoafetivo de idosas e, justamente pela idade avançada, o dia a dia delas é permeado pelo medo da morte, bem como pela constância do temor de que uma possa perder a outra, o que leva uma delas a cogitar a ideia de envenenar o chá para que ambas pudessem morrer juntas e não vivenciassem a dor da separação". De acordo com Genette (1980), a autodiegese, em terreno ficcional ou real, se dá a partir das experiências vividas pela personagem central das narrativas, conferindo verossimilhança, no caso da ficção, aos fatos relatados e vivências delineadas, ao longo da escrita efetuada, o que confere ao conto um efeito de intimidade e profundidade emocional, elemento resultante da imersão na subjetividade do narrador em primeira pessoa.

Em obras literárias cujas narrativas são sedimentadas pela homoafetividade feminina, real ou ficcional, a narrativa autodiegética opera como um dispositivo de subjetivação política, convertendo a experiência íntima em ato de visibilidade e resistência. Como afirma Dalcastagnè (2012), a primeira pessoa em vozes consideradas dissonantes do cânone social, como a representatividade lésbica, frequentemente confronta o pacto heteronormativo da literatura, metamorfoseando o relato individual em intervenção coletiva. A potência dessa configuração é sintetizada por Wittig: "A narrativa 'eu' lésbico não é confissão, mas deslocamento do sujeito para além dos limites do

gênero" (1992, p. 15). Quanto a sua profundidade, esse mecanismo é investigado por Lanser, em sua análise do potencial revolucionário da voz narrativa:

Quando uma mulher lésbica narra a própria história, ela não apenas quebra o silêncio imposto pela tradição literária, mas reconstrói as próprias estruturas do dizer. A autodiegeese torna-se então um espaço de confronto entre a subjetividade marginalizada e os regimes discursivos dominantes, um ato que, ao mesmo tempo que afirma 'eu existo', denuncia, 'isto é porque fui apagada'. Nas dobras desse eu narrativo, residem tanto a vulnerabilidade da exposição quanto a força disruptiva de uma existência que se recusa a ser alegoria ou secundária (Lanser, 2015, p. 89, **tradução minha**)⁷.

O conto em análise retrata a história de um casal lésbico de idosas e, justamente pela idade avançada, o dia a dia delas é permeado pelo medo da morte, bem como pela constância do temor de que uma possa perder a outra, o que leva uma delas a cogitar a ideia de envenenar o chá para que ambas pudessem morrer juntas e não vivenciassem a dor da separação.

Eu morro de medo ainda e de novo e todos os dias rezo para que morramos juntas, porque eu não vou suportar ficar sozinha, nem ela. Eu pensei em cuidar disso eu mesma. Pensei em fazer com calma, pensei em deitar com Marília, de meias, e no chá misturar uma dose que nos tranquilize e, com sorte, não acordaremos. Pensei só, mas não tenho coragem. Então eu rezo. Eu rezo para que sejamos juntas tão juntas como sempre fomos, agora e na hora da morte (Polesso, 2015, p. 136).

Partindo desses eixos temáticos, o foco narrativo do enredo de “Marília Acorda” está ancorado no fato de as personagens já sentirem os impactos da idade avançada em seus corpos, desde as dores físicas, a fraqueza nas pernas e o esquecimento, que passa a ser cada vez mais frequente, com o passar do tempo. Marília volta para o quarto preocupada, para dizer à companheira que está esquecida, que fez o café sem o pó e deixou as torradas queimarem na torradeira. Sua companheira, apesar de ter plena consciência do que está acontecendo, não demonstra nada, apenas a conforta em seu colo e diz que está tudo bem, que na verdade elas são duas velhas esquecidas. A narradora sente o peso da perda gradual da locomoção enquanto Marília, a da memória e, por conseguinte, de sua identidade.

⁷ Do trecho original: When a lesbian woman narrates her own story, she not only breaks the silence imposed by literary tradition but reconstructs the very structures of telling. Autodiegesis thus becomes a space of confrontation between marginalized subjectivity and dominant discursive regimes — an act that, while asserting 'I exist,' simultaneously declares 'this is why I was erased.' In the folds of this narrative 'I' lie both the vulnerability of exposure and the disruptive force of an existence that refuses to be allegory or secondary.

Sob a esfera do questionamento psicossocial, a figuração literária da mulher idosa em relações homoafetivas, como em “Marília Acorda”, desestabiliza duplamente as normas sociais: ao unir a invisibilidade da velhice feminina à marginalização das relações sentimentais ou do desejo entre pessoas do mesmo gênero, essas narrativas criam um espaço de resistência e reexistência. Conforme explana Beauvoir (1970), o envelhecimento feminino foi historicamente representado como declínio. Porém, quando é interseccionado com a homoafetividade, ganha contornos de insurgência. Essa perspectiva é radicalizada por Lauretis: "O corpo lésbico envelhecido na literatura não é um cadáver social, mas um palimpsesto de afetos interditados e tempos não lineares" (1999, p. 134). A complexidade dessa representação é explorada por Woodward, em seus estudos sobre o arquivo literário queer:

As narrativas que centram mulheres idosas lésbicas performam uma dupla subversão: primeiro, ao recusar a narrativa hegemônica do envelhecimento como perda (de beleza, desejo, relevância); segundo, ao afirmar que a maturidade pode ser o ápice da liberdade afetiva. Em obras como 'Stone Butch Blues' (1993), de Leslie Feinberg, ou 'The Summer of Dead Birds' (2019), de Ali Liebegott, a velhice não é o crepúsculo do desejo, mas sua estação mais ousada — quando o auto-conhecimento acumulado permite às personagens viverem plenamente, sem as amarras performativas da juventude ou do armário (Woodward, 2020, p. 72).

Desse modo, obras como *Amora* não apenas preenchem uma lacuna representacional, como também propõem uma epistemologia alternativa: a de que o envelhecimento lésbico, juntamente às narrativas sobre as relações afetivas entre mulheres nessa fase da vida, pode ser um ato político de reescrita do tempo e do corpo. Ao narrar experiências homoafetivas na maturidade, a literatura desmonta a noção hegemônica de que a sexualidade, em qualquer uma de suas variações, é prerrogativa da juventude, construindo, em seu lugar, uma temporalidade que celebra a continuidade do desejo.

Em *Marília acorda*, o tempo não se organiza como uma sucessão cronológica de acontecimentos, mas como uma experiência afetiva que atravessa a memória e ressignifica o presente das protagonistas. O cotidiano, marcado por pequenas ações e silêncios, transforma-se em espaço de elaboração das emoções, evidenciando que a afetividade se constrói menos por eventos extraordinários do que pela permanência das experiências vividas. Nesse sentido, a narrativa aproxima-se da compreensão de que a memória é um processo contínuo de reconstrução do passado à luz das necessidades do presente (Bosi, 1994), conferindo novos sentidos às relações interpessoais. Como observa Gagnebin (2006, p. 44), "lembrar não significa simplesmente reviver", mas reinterpretar

a experiência, perspectiva que se manifesta na forma como Marília e sua companheira reelaboram seus vínculos afetivos ao longo da narrativa.

Eu tenho medo. É justo que eu tenha medo. Mas não é justo que mostre isso para ela. Marília é medrosa, parece dura, mas morre de medo. Eu morro de medo ainda e de novo e todos os dias rezo para que morramos juntas, porque eu não vou suportar ficar sozinha, nem ela. Eu pensei em cuidar disso eu mesma. Pensei em fazer com calma, pensei em deitar com Marília, de meias, e no chá misturar uma dose que nos tranquilize e, com sorte, não acordaremos. Pensei só, mas não tenho coragem. Então eu rezo. Eu rezo para que sejamos juntas tão juntas como sempre fomos, agora e na hora da morte (Polesso, 2015, p. 136).

De acordo com o que pontua Muñoz (2009), a utopia LGBTQPIAN+ não está locada somente no futuro, mas também em "um presente expandido", onde idades e afetos coexistem em novas configurações. Essa reestruturação materializa-se em corpos que, longe de se renderem à narrativa do declínio, transformam rugas em mapas de resistência e memórias em arquivos afetivos. Esse processo é descrito por Nestle como "a estética radical da sobrevivência: quando cada linha no rosto conta não uma história de perda, mas de batalhas vencidas e prazeres reinventados" (1984, p. 112).

Nesse sentido, o envelhecimento lésbico na literatura opera como uma contra-narrativa aos regimes biopolíticos, que se apropriam e dominam corpos femininos, propondo, em última instância, que a velhice pode ser não o fim do desejo, mas seu estágio mais livre e subversivo. Como destaca Lorde, "nossos silêncios finalmente se quebram em linguagens que o mundo é forçado a ouvir" (1980, p. 20).

2.2 O muro e a velhice no conto: narrativa simbólica da vida

Sobre sua caracterização como gênero literário, é plausível afirmar que o conto é constituído materialmente por um estilo narrativo de curta extensão. Segundo Piglia (1999), na estrutura narrativa do conto, elementos como tempo e espaço são frequentemente condensados, não só para diminuir o transcorrer do enredo, mas também para dar a ele um caráter simbólico, evidenciando que não tratam apenas de dados cronológicos ou ambientes físicos, possuindo um aspecto psicológico que reflete o estado íntimo das personagens. Afastando-se das tradições populares de cunho folclórico, o conto literário tem, como aspecto marcante de sua composição, a individualização de seu autor, o que lhe confere novos formatos e uma ampla diversidade temática. Dessa forma, no que tange à observação dos elementos dimensionais do discurso desse gênero, proposta por Bakhtin (2011), é possível constatar a plasticidade desse gênero, no que é relativo aos eixos temáticos, aos elementos estruturais e, particularmente, ao estilo.

Em confluência com a postulação do teórico russo, Fischer (2008) destaca que, por conta da sua multiplicidade de elementos de composição e diversidade temática, o conto pode apresentar, ainda que em um espaço narrativo curto, uma ampla complexidade em sua estrutura, portando várias camadas de significado e riqueza de intertextualidade. Por esse motivo, é pertinente destacar que o conto, como gênero literário, passou por diversas transformações, no decorrer de sua história, no âmbito do conteúdo, que o levaram ao afastamento de um aspecto um tanto “tradicional” e de caráter folclórico. Desse modo, em diversas narrativas, particularmente as que relatam situações pertinentes ao cotidiano, tornou-se firmemente atrelado à ação e ao registro de fatos mais próximos da realidade de seu autor, como também às “formas modernas” de figuração, de perfil acentuadamente psicológico.

Nesse espectro, para que se analise a estrutura narrativa de “Marília Acorda”, urge que sejam destacados os elementos que formam as microestruturas de tempo, do espaço e das personagens. Desse modo, partindo das elucubrações de Forster (2004), a relação que sedimenta a formação desses aspectos encontra base na interdependência entre eles. Logo, o tempo, o espaço e a personagem ficcional interligam-se na composição literária, onde nenhum deles atua de forma independente, já que seu campo semântico será estabelecido pela forma como o autor construirá sua escrita. Caso contrário, o isolamento de algum desses elementos comprometeria a solidez da estrutura narrativa.

Por ser um gênero narrativo caracterizado pela conexão entre seus elementos estruturais, como também pela amplitude de níveis de sentido e de expressão da subjetividade de seu narrador, o conto discorre sobre a existência em dado contexto temporal, que está situado em um determinado espaço onde atuam as personagens que dele fazem parte, ilustrando o “dia a dia” de pessoas. Conforme a postulação conceitual de Forster (2004), no que tange à sua figuração na narrativa, pessoas podem ser entendidas como a massa verbal que, por ter origem no discurso de seu autor, são um componente significativo de sua escrita.

Nesse contexto, o objetivo principal do escritor, ainda segundo Forster (2004, p.65), é salientar “aspectos ocultos na vida de uma personagem em particular, de modo a torná-la literária, ainda que seja histórica, já que das personagens empíricas não é possível, fator que as difere das pessoas literárias”. Na figuração de indivíduos como seres literários inseridos em cenários de tempo e espaço, conforme Castagnino, a ligação entre tempo e literatura perpassa o marco espacial e temporal dos fatos, onde:

[...] tempo e literatura se relacionam de modos diversos: o Tempo, valor absoluto, instalação imaginativa, distância interior, afeta a essência e a estrutura do fato literário; em seu aspecto histórico, estático e referencial, oferece à literatura a coordenada que, junto ao fato geográfico (espaço), permite localizações precisas; através das variantes conhecidas como tempo biológico e tempo psicológico, sob formas de tema e motivação, intrica-se nas fabulações; a problemática do Tempo, discutida em domínios não literários (Física, Matemática, Filosofia etc.), encontra antecipação ou eco e sua aplicação na literatura (Castagnino, 1970, p.14).

Quanto à conceituação analítica de personagens literárias enquanto figurações da realidade, Forster (2004), defende uma visão humanista delas, enfatizando sua capacidade de espelhar a complexidade psicológica dos indivíduos empíricos. Para o autor, a verdadeira força narrativa consiste no que categoriza como "personagens redondas", aquelas que "surpreendem-nos de maneira convincente" (p. 67), escapando à previsibilidade das meras caricaturas. Essa profundidade é detalhada em sua elucubração comparativa:

Uma personagem literária alcança a grandeza quando adquire a densidade de uma pessoa real: contradições, crescimento moral e ambiguidades. Enquanto as personagens planas são definidas por um único traço (como a avareza de Harpagon ou a ingenuidade de Dom Quixote), as redondas evoluem, como Emma Bovary, cujos erros e arrependimentos a tornam tão viva que esquecemos ser ela fruto de tinta e papel. A ficção, assim, não imita a vida, compete com ela, oferecendo-nos seres tão completos quanto aqueles que amamos ou odiamos no mundo empírico (Forster, 2004, p. 89).

Fazendo um contraponto à postulação teórica de Forster, Culler (1999) desestabiliza sua definição sobre personagens ao argumentar que estas são, antes de tudo, constructos linguísticos, cuja "humanidade" é um efeito de leitura, não uma reprodução da experiência empírica. Para o autor, "personagens não são pessoas, mas nós de significação em uma estrutura textual" (p. 112). Dessa maneira, não só desloca o debate do psicológico para o semiótico, assim como radicaliza essa perspectiva ao examinar como a ilusão de profundidade é produzida:

O que chamamos de 'complexidade psicológica' em personagens é, na verdade, um jogo de códigos culturais e expectativas narrativas. Quando dizemos que Hamlet é 'profundo', estamos reagindo a convenções literárias que associam monólogos interiores a interioridade — não a uma mente real. A personagem é um feixe de traços textuais que ativamos através de estratégias interpretativas aprendidas. Assim, a empatia que sentimos por Lizzy Bennet ou Gregor Samsa não prova sua humanidade, mas sim nossa capacidade de naturalizar signos, transformando marcas no papel em simulacros de consciência (Culler, 1999, p. 134).

Ainda sob o espectro das observações divergentes às postulações teóricas de Forster, é plausível contemplar o conto de Polesso (2015) por meio da articulação da delicadeza da memória e a inexorabilidade do tempo a partir do processo de envelhecimento. Sob a lente de Wood (2009), é possível notar como a ficção funciona ao

explorar a interioridade e a verossimilhança da experiência humana: a narrativa não se limita ao quadro da doença de Marília, mas transforma a demência senil em um recurso estético que tensiona a percepção do mundo e a linguagem. O autor afirma que a literatura deve captar “a vida na vida”, e Polesso o faz quando expõe a desagregação da memória como um deslizamento constante entre presença e ausência, permitindo que o leitor/leitora sinta tanto a fragilidade de Marília quanto a força afetiva do casal que resiste ao esquecimento.

Já a partir das afirmações de Reis (2018), que compreende a literatura como forma de conhecimento, a narrativa adquire uma dimensão epistêmica: a experiência do envelhecimento, marcada pelo esquecimento de Marília e pelo desgaste físico da narradora, sua companheira, transforma-se em saber sobre a condição humana. O conto apresenta não apenas o impacto individual da doença, mas também a construção relacional de uma identidade que se mantém no afeto, mesmo quando a racionalidade da memória falha.

Ela me olha triste e diz que fez o café sem o pó e queimou os pães na torradeira. Eu desalinho a testa num não entendimento e ela repete que fez o café sem o pó, que deixou só a água fervendo na moca e que, ao servir apenas água nas xícaras, ficou um minuto parada sem entender, por isso, os pães queimaram na torradeira. Ela me diz que está velha e esquecida. Eu digo que somos velhas esquecidas (Polesso, 2015, p. 133).

Dessa forma, a narrativa revela que a literatura não é mero reflexo da realidade, mas um instrumento de compreensão das dimensões emocionais e existenciais do envelhecer, convertendo o sofrimento em matéria de reflexão estética e ética.

Assim sendo, como gênero narrativo, em nível de construção de suas personagens, é válido ressaltar que todo conto é marcado pela temporalidade como aspecto convergente com os fatos que permeiam suas vidas e com o espaço onde ocorrem, já que “nas obras ou nos textos literários, dramáticos ou narrativos, o tempo é inseparável do mundo imaginário, projetado, acompanhando o estatuto irreal dos seres, objetos e situações.” (Nunes, 1995, p.24). Entretanto, é necessário frisar que isso ocorre não apenas na criação literária, pois “a vida diária também está cheia do senso de tempo. Acharmos que um evento acontece antes ou depois do outro; frequentemente nos ocorre esse pensamento, e muitas das nossas conversas e das nossas ações se baseiam nesse pressuposto” (Forster, 2004, p. 49).

A partir desse panorama teórico, a distinção entre personagens planas e redondas, nas narrativas literárias, estabelece um eixo fundamental para que seja possível compreender a construção da profundidade psicológica frente à funcionalidade

narrativa. Como postula o autor, "personagens planas são construídas em torno de uma única ideia ou qualidade, sem desenvolvimento ao longo da trama" (Forster, 2005, p. 73), sendo reconhecíveis por sua imutabilidade e tipificação. Como exemplo dessa construção, é possível citar a avareza inalterável de um Scrooge ou da ingenuidade perene de um Candido.

Em contraste com este arquétipo, as de constituição complexa (redondas), nas palavras de Henry James, "são aquelas cujas contradições internas e evolução as tornam imprevisíveis e humanamente complexas" (James, 1884, p. 12). Como figuração exemplificada de sua teoria, cita Emma Bovary (2015 [1857]) de Flaubert, cujas ambições e arrependimentos a transformam em um ser literário tão multifacetado quanto uma pessoa real.

Essa dualidade não apenas estrutura a dinâmica narrativa, mas também reflete tensões estéticas mais profundas: entre a eficiência simbólica (tipos fixos) e a mimese da experiência humana (sujeitos em devir). Enquanto as primeiras servem como alicerces para tramas alegóricas ou satíricas, as últimas demandam do leitor/leitora uma empatia interpretativa que ultrapassa a superfície do texto, evidenciando, assim, o paradoxo central da ficção: criar ilusões de vida que, por vezes, superam a própria vida em sua capacidade de revelação.

Assim como o tempo, o espaço, como aspecto orgânico do conto, atua fortemente como uma microestrutura do texto que se relaciona, também, com outras microestruturas textuais no processo de construção do enredo e da personagem, haja vista que o desenvolvimento de uma história, partindo de um lapso temporal específico, para que possa se expandir, necessita de um determinado contexto espacial. Desse modo, é válido frisar que o espaço se constitui, na narrativa, como um componente funcional cuja finalidade é auxiliar o leitor/leitora na análise e interpretação da narrativa, dotado de relevância semelhante ao de qualquer outro elemento estrutural da escrita diegética, o que legitima a constatação da interdependência entre as microestruturas narrativas. Conforme postula Dimas:

Entre as várias armadilhas virtuais de um texto, o *espaço* pode alcançar estatuto tão importante quando outros componentes da narrativa, tais como foco narrativo, personagem, tempo, estrutura etc. É bem verdade que, reconheçamos logo, em certas narrações, esse componente pode estar severamente diluído e por esse motivo, sua importância torna-se secundária. Em outras, ao contrário, ele poderá ser prioritário e fundamental no desenvolvimento da ação, quando não determinante. Uma terceira hipótese ainda, esta bem mais fascinante, é a de ir-se descobrindo-lhe a *funcionalidade* e *organicidade* gradativamente, uma vez que o escritor soube dissimulá-lo tão

bem a ponto de harmonizar-se com os demais elementos narrativos, não lhe cedendo, portanto, nenhuma prioridade (Dimas, 1987, p. 5-6).

Da interação entre tempo e espaço, resultam as dinâmicas que influenciam os fatos vivenciados pelas personagens do conto que, de acordo com Candido (2002, p.54-55), são seres de caráter fictício, que vivenciam os acontecimentos estruturais do enredo e, por esse motivo, estão intimamente conectados a todos os elementos narrativos, como também à concepção da vida que deriva dos sentidos e valores que os motivam.

Dessa maneira, a personagem se configura como o elemento narrativo que mais vivo se mostra no conto. Em “Marília Acorda”, a narradora e a personagem que dá nome ao conto são inteiramente construídas a partir de sua relação com o presente, que olha para o passado a partir da constatação da perda de memória da companheira da personagem que narra a história, contexto ilustrado por meio da relação entre o tempo e o espaço em que vivem. De acordo com Candido:

[...] na vida, estabelecemos uma interpretação de cada pessoa, a fim de podermos conferir certa unidade à sua diversificação essencial, à sucessão dos seus modos de ser. No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável, que é a lógica da personagem. A nossa interpretação dos seres vivos é mais fluída, variando de acordo com o tempo ou as condições da conduta. No romance, podemos variar relativamente a nossa interpretação da personagem; mas o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo de ser (Candido, 2007, p.58-59).

Constituída de duas personagens idosas e solitárias, a narrativa de “Marília Acorda” reside na constatação do amor ainda existente mesmo frente à convivência com os problemas de saúde de ambas, em comparação às memórias passadas cada vez mais distantes. Nesse âmbito, a perda da memória de Marília é um fator extremamente significativo no conto, pois segundo Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte da construção da identidade, que pode ser entendida como um fator imprescindível para a ideia de resistência. Sem memória e sem identidade, não significamos nada, não delimitamos nosso lugar no mundo, e a resistência encontra seu pilar de sustentação exatamente no fato de sabermos quem fomos, quem somos e o que queremos vir a ser. A memória alicerça a identidade, já que, sem ela, é como não temos um chão embaixo dos pés para pisar. É um constructo da identidade que atua como componente representativo do ser. Ainda conforme Pollak, a memória seria:

[...] formada: por acontecimentos vividos pessoalmente; vividos a partir da experiência do outro, através da projeção ou identificação com um passado, mesmo por pessoas que não o viveram; por ser constituída por personagens; e pelos lugares de memória, locais de realização dos atos de rememoração/comemoração (Pollak, 1992, p. 201).

A constatação de que está, aos poucos, perdendo a memória é muito dolorosa para a personagem, pois esquecer de detalhes simples do dia a dia revela para ela a deterioração de sua identidade.

Marília e sua companheira, que é a narradora e que não possui nome, vivem sozinhas em uma casa isolada, de muro alto que “esconde o nosso pátio da rua e que esconde a nossa vida das pessoas” (Polesso, 2015, p. 134). A ideia do muro que as esconde do mundo traz uma simbologia bastante significativa para a história, pois este representa simbolicamente, o muro social que as separa do mundo conservador, que não vê com bons olhos essa relação entre duas mulheres que, ainda por cima, são velhas. Elas enfrentam um duplo preconceito de uma só vez: o de serem lésbicas e o de serem idosas.

Ninguém aparece para visitá-las, parentes ou amigos. Vivem abandonadas por todos, dependendo somente uma da outra para o cuidado mútuo: “Agora ela me ajuda a tomar banho. Lava minhas costas com suas mãos desajeitadas. Parece que ainda tem vergonha dos nossos corpos. Ou é mesmo esse acanhamento novo tão velho” (Polesso, 2015, p.136). Por isso, o medo constante da morte e da separação, pois ambas só têm uma à outra. Partindo do “interior” das personagens ou até mesmo do espaço, da casa em que vivem, em oposição ao exterior que não as acolhe, é coerente a constatação da probabilidade da repressão sofrida pelas mulheres devido à relação homoafetiva que cultivam há seis décadas. Mesmo que nenhum modo de violência seja claramente apresentado, algumas pistas da exclusão social são narradas, como demonstrações de etarismo, além do preconceito relativo à orientação sexual das personagens, no seguinte trecho:

E ficamos ali, atrás do muro que esconde nosso pátio da rua e que esconde nossa vida das pessoas. Ali, ali naquela casa, moram duas velhas. Moram ali faz anos essas duas velhas. Acho que essas velhas têm alguma coisa, moram juntas faz anos. Ali na casa das velhas estranhas (Polesso, 2015, p. 134).

Em um recorte temporal onde relações homoafetivas não encontravam lugar social no qual pudessem ser livremente expressadas e vividas, a reclusão das personagens por trás do muro que protege sua casa, não só das violências reais, mas também as simbólicas, evidencia a solidão que fomenta o temor pela morte que separaria o casal. No entanto, numa esfera mais global, é importante perceber que o medo da separação pela morte não é uma questão específica de casais homossexuais (sejam compostos por homens ou mulheres), nem é um privilégio de casais heterossexuais, mas é algo pertencente ao universo humano. São questões que aproximam o leitor/leitora dessas personagens independentemente da orientação sexual de quem está lendo. A homoafetividade é peça

fundamental para a compreensão das dores vividas pelas personagens. Em sua história de vida, o sentimento que as une é o ponto de observação do seu cotidiano, constituindo-se como um fator mais importante do que qualquer rótulo que limite ou reduza a mulher a nada mais que uma orientação sexual.

O discurso dos vizinhos, verbalizado pela narradora, faz referência ao casal como “velhas estranhas”, adjetivando-as desse modo em alusão direta ao fato de manterem uma relação conjugal. Além disso, a menção da vizinhança à faixa etária e orientação sexual, no mesmo campo semântico, curiosamente na única parte da narrativa em que personagens fora do convívio diário do casal se fazem presentes, sedimenta não só a rejeição às protagonistas por sua idade avançada, mas também por formarem um casal homoafetivo. Mesmo sendo necessária para que se compreenda a razão do isolamento no qual Marília e sua companheira vivem, essa é a única ocasião em que terceiros são citados, o que deixa evidente para o leitor/leitora que a obra tem foco direcionado ao intimismo que reside nos sentimentos das duas personagens, não na existência de outras pessoas fora de sua realidade.

Partindo dos contos que, em *Amora*, tratam das relações homoafetivas na velhice, é possível estabelecer um contraste entre estes enquanto figurações contemporâneas do envelhecimento lésbico, e o desfecho trágico de obras como *The Well of Loneliness* (1928), de Hall, demonstrando-se não só uma evolução narrativa, mas também uma transformação radical na própria concepção de tempo LGBTQIAPN+. Enquanto Hall consagrava o arquétipo da “invertida condenada” cuja velhice era ilustrada como deserto de solidão e arrependimento, na contemporaneidade, as autoras dedicadas a esse gênero narrativo, mesmo em histórias que tratam de homoafetividade, velhice e identidade, como “Marília Acorda”, desmontam esse determinismo nefasto ao mostrar a maturidade como espaço de atuação sobre sentimentos e desejos.

No contexto de convivência entre Marília e sua companheira, não há interação interpessoal. Ninguém aparece para visitá-las, o que limita o cotidiano de ambas a uma única interação dialógica. Mesmo assim, com todas as limitações geradas pelo envelhecimento, juntamente com a falta de relações sociais, não enfraquece o afeto que compartilham há décadas.

Nos olhamos para tentar entender como foi que chegamos ali. Nunca entendemos. Sempre entendemos. Somos muito quietas, sempre fomos do silêncio [...] No domingo seguinte, Marília acorda e me acorda com cheiros de café, gavetas sendo empurradas e a nossa melodia sem palavras (Polesso, 2015, p. 136).

Como enfatiza Newton (2000), a tradição literária lésbica pré-Stonewall frequentemente vinculava homoafetividade a castigo ou melancolia, padrão que apenas se intensificava com a idade das personagens. Essa lógica é subvertida em romances como *Honey Girl* (2017), de Rogers, onde a protagonista, aos 60 anos, declara: "Minhas cicatrizes não são marcas de vergonha, mas insígnias de guerra e meu amor tardio não é consolo, mas vitória" (p. 154). O isolamento vivido pelas protagonistas de "Marília Acorda", precisa ser destacado, já que é ancorado em recortes temporais de extrema repressão e silenciamento de relações homoafetivas, o que contrasta com uma exponencial visibilidade alcançada pelos movimentos lésbicos contemporâneos. Cvetkovich analisa essa virada da seguinte forma:

O contraste entre a velhice como tragédia (no cânone lésbico clássico) e como ato de libertação (na literatura contemporânea) expõe a mudança de paradigma na teoria queer: da noção de identidade como ferida para a de experiência como arquivo vivo. Enquanto Stephen Gordon [protagonista de *The Well*] envelhece como fantasma de si mesma, personagens como a avó de *Annie on My Mind* (1982) ou a professora aposentada em *Mrs. Martin's Incomparable Adventure* (2019) reinventam a maturidade como tempo de colheita afetiva, onde o 'fim' transforma-se em espaço de reinvenção radical (Cvetkovich, 2022, p. 89).

No âmbito em que as figuras simbólicas perpassam a esfera do imaginário, mesmo que de modo subjetivo, o muro e certas partes do corpo, como as pernas (a mobilidade comprometida da narradora) e a cabeça (a demência senil de Marília), apresentam aspectos introspectivos ou até inconscientes da estrutura da união do casal, o que cria possibilidades diversas de análise de tais elementos, dos quais é possível extrair várias interpretações de "Marília Acorda". A atuação desses componentes intensifica características elementares na narrativa, como a força da ligação entre tempo, espaço e personagens, reforçada pelo poder imagético dos corpos, do ambiente e das interferências do tempo sobre eles, o que torna notória a constatação da proximidade da finitude para um casal marginalizado pela sociedade que o cerca, evocando, além da percepção da exclusão e do envelhecimento que limita o corpo e a memória, a certeza de ter valido a pena viver um amor que cabe apenas na força de seu querer.

2.3 Memória como resistência

A memória, categoria central para a compreensão das figurações da velhice e da homoafetividade em *Amora*, pode ser examinada à luz das proposições de Michael Pollak, Aleida Assmann e Márcio Seligmann-Silva, cada um dos quais oferece um

instrumental teórico que ilumina aspectos específicos das narrativas de Polesso. Enquanto Pollak (1989) enfatiza a memória como um fenômeno socialmente construído, marcado por disputas, silêncios e pela relevância dos "não ditos" na constituição das identidades, Assmann (2011) problematiza os suportes e estabilizadores da memória, distinguindo entre formas heroicas e não heroicas de rememoração. Já Seligmann-Silva (2003), ao refletir sobre os limites da narrativa diante do trauma, sugere que a memória opera como um processo de interpretação das "cicatrices" do passado, sem apagá-las, mas ressignificando-as no presente. Cada um desses enfoques dialoga com as especificidades dos contos analisados, permitindo explorar como a memória se manifesta como resistência, silêncio ou diferença geracional.

Em "Marília Acorda", a memória se apresenta sob o signo da perda e da preservação, o que se aproxima da noção de Assmann (2011) sobre os "estabilizadores da memória" diante de sua degradação. A narradora, ao testemunhar a demência senil de Marília, torna-se guardiã de uma história que a companheira já não pode narrar, convertendo o gesto de cuidado em um ato de resistência contra o esquecimento. Para Assmann, o sofrimento pode gerar uma "memória não heroica", carregada de angústia e violência, mas também podem encontrar na narrativa um mecanismo de elaboração. O conto opera com essa dupla face: a angústia de uma história que se perde com a falência da memória episódica e a potência da memória autobiográfica que persiste nos gestos e na cumplicidade. A narradora, ao guardar a memória do casal, não apenas resiste ao apagamento, mas também oferece um testemunho afetivo que confronta a invisibilidade imposta pelo olhar social, em um movimento que ecoa a ideia de Seligmann-Silva (2003) sobre a memória como interpretação das cicatrizes do passado.

No conto "As Tias", a análise à luz de Pollak (1989) revela a memória como território de silêncio e disputa. Leci e Alvina, ao longo de seis décadas, constroem uma intimidade que precisa ser velada para garantir a sobrevivência social do casal em um ambiente familiar e comunitário hostil. Pollak argumenta que a memória é uma construção social seletiva, na qual os "não ditos" e o silêncio são tão significativos quanto o que se recorda. Nesse sentido, a não aceitação velada da família e a necessidade de esconder fotografias e gestos de afeto configuram um silêncio imposto que, contudo, não apaga a memória afetiva. A narradora, sobrinha de Alvina, ao reconstituir a trajetória das tias, rompe esse silêncio e torna visível uma história que o ordenamento jurídico e o preconceito etário insistem em ocultar. A urgência de questões patrimoniais, por sua vez, evidencia que a memória e a identidade do casal precisam ser respaldadas por direitos

para não serem apagadas, o que ressoa com a importância que Pollak atribui aos "vestígios" e "pontos de referência" para a consolidação de uma identidade social.

Em "Vó, a Senhora é Lésbica?", a memória semântica e as diferenças geracionais podem ser compreendidas à luz da distinção proposta por Assmann (2011) entre memória heroica e não heroica. A avó Clarissa, ao responder com serenidade à pergunta do neto, carrega uma memória forjada em um contexto de silêncio e proibição, em que a vivência da homoafetividade prescindia da nomeação pública. Sua postura não é marcada pelo conflito ou pela vergonha, mas por uma paz íntima que dispensa a afirmação identitária nos termos contemporâneos. Essa "memória não heroica", para usar o termo de Assmann, não é menos potente por ser silenciosa; ao contrário, revela uma forma de conhecimento enraizada na experiência de uma vida inteira. Já a neta Joana, imersa em um vocabulário identitário e numa cultura de visibilidade, vivencia o terror de ser descoberta, sugerindo que sua memória é atravessada por angústias que a avó, paradoxalmente, parece ter superado. O conto, assim, coloca em diálogo diferentes regimes de memória, mostrando que a verdadeira maturidade homoafetiva pode residir não na adesão a um repertório identitário, mas na capacidade de habitar o próprio desejo com dignidade, independentemente da época ou da linguagem disponível.

Nesse espectro, a partir da análise de "Marília Acorda", é possível compreender a narrativa de Polesso como instrumento de reflexão não só sobre a homoafetividade feminina, mas como representação do envelhecimento ao evocar a memória e a identidade em confronto com a finitude da vida. Como gênero literário que, por meio de contextos de tempo, espaço, fatos e personagens fictícias, o conto retrata cenários pertinentes à realidade social nos quais, independentemente de seus preconceitos e limitações, todos estão inseridos. A narradora e sua companheira, mesmo com a "reprovação" de muitos, também integram a sociedade e, por meio de sua história, colaboram para um entendimento mais humano e autêntico sobre o mundo onde todos vivem. A finalidade basal da narrativa não é representar uma relação lésbica perfeita, mas figurar a diversidade de experiências contidas nas vivências no texto retratadas, como o preconceito contra uma relação homoafetiva que gera exclusão, a velhice, a busca pela manutenção da memória e o amor como meios de resistência frente a essas dificuldades.

A autora, ao escrever sobre um casal homoafetivo feminino idoso, traz à luz mulheres relegadas a um lugar de invisibilidade e, por meio da literatura, legitima não só suas existências, mas também o amor em formas comumente marginalizadas por uma sociedade pautada na hipocrisia e minimização de tudo que se recusa a compreender para,

assim, instrumentalizar poder sobre o que não considera “desejável” ou mesmo “adequado”. Desse modo, desconstrói representações estereotipadas e pejorativas da mulher lésbica, propiciando uma contemplação mais real e acolhedora não só para leitoras que procuram por figurações literárias com as quais possam se identificar em suas próprias trajetórias, mas também para os que veem na diversidade psicossocial a possibilidade de viver uma realidade mais ampla e plural, em que todos possam ter vez, voz e, conseqüentemente, lugar.

A partir dessa perspectiva, a literatura produzida por autoras como Polesso, que tecem figurações sobre experiências diversas com significativo grau de autenticidade, como a vivência lésbica e suas múltiplas possibilidades de representação na narrativa literária, como o envelhecimento, exerce função essencial para a ampliação da inclusão social. A desconstrução de estereótipos, assim como a reivindicação de todas as vivências, nesse tipo de narrativa, resulta em múltiplas experiências para que vozes plurais sejam conhecidas e legitimadas. Conforme o avanço da sociedade rumo ao respeito pelo outro e, por conseguinte, à igualdade, obras como *Amora* se constituem em um potente mecanismo de mudanças e empoderamento.

Segundo a concepção de Pollak (1992), no que tange ao papel da memória como constructo da identidade, sua composição encontra alicerce na relação do indivíduo com fatos, pessoas (ou personagens) e locais. Os fatos podem ser distinguidos entre os “[...] vividos pessoalmente” (Pollak, 1992, p. 201) ou “[...] vividos por tabela” (Pollak, 1992, p. 201). Os vivenciados por tabela não são experimentados pessoalmente pelo indivíduo, mas podem ganhar tal determinado grau de proeminência que se torna difícil diferenciar o imaginário da realidade que os sedimenta. Nesse âmbito, a mesma regra pode ser aplicada quando relativa a pessoas ou personagens: algumas são próximas ou conhecidas pessoalmente, integrando o dia a dia ou dados momentos da vida de um indivíduo.

Em outros termos, Pollak (1992) frisa que pessoas ou personagens são associadas indiretamente umas com as outras por suas semelhanças, no modo de lidarem com suas memórias. Porém, sua familiaridade é percebida por quem a elas se reporta. Já os lugares estão relacionados a lembranças pessoais, não encontrando, necessariamente, suporte no tempo cronológico, sendo passíveis de transferências ou projeções relacionadas a diferentes acontecimentos.

Nesse espectro, a velhice e a perda progressiva da memória configuram-se não apenas como um declínio biológico, mas também como uma erosão da própria identidade, na medida em que o sujeito, despojado de suas narrativas internas, torna-se estrangeiro

de si mesmo. No campo analítico da personagem Marília, é coerente explicar conceitos pontuais sobre a demência senil, que se configura como uma das mais impactantes condições que afetam a velhice, comprometendo a memória, a linguagem e a autonomia e exigindo novas formas de convivência e cuidado. Para Brucki (2013, p. 31), a exemplo da perda gradual de memória (demência senil) que acomete Marília, “a doença de Alzheimer é uma condição neurodegenerativa progressiva, que leva ao declínio cognitivo e funcional”, revelando-se não apenas como patologia, mas como ruptura nas dinâmicas familiares e sociais.

Já Neri (2014, p. 72) complementa essa ideia ao afirmar que “o envelhecimento cognitivo é heterogêneo e não se reduz ao déficit, mas, no caso da demência, compromete profundamente a identidade pessoal e a inserção social”. Desse modo, compreender o Alzheimer vai além do campo médico: implica reconhecer sua dimensão existencial, afetiva e simbólica, que redefine a experiência da velhice e a forma como a sociedade e os próprios idosos enxergam a si mesmos.

Como conjectura Ricoeur (2007), a identidade, como reflexo da memória, é uma construção narrativa sustentada pela memória. A partir do momento em que esta se fragmenta, o “eu” perde sua coerência e continuidade. Essa angústia é ilustrada por Boym: “O esquecimento na velhice não é meramente apagamento, mas um exílio interior: a alma torna-se refugiada em seu próprio corpo” (2001, p. 57).

Em “Marília Acorda”, Polesso (2015), explora essa crise com sensibilidade literária singular. Uma das protagonistas, mulher lésbica idosa que sofre de demência senil vive um duplo apagamento: o patológico e o histórico, de sua homoafetividade silenciada. A escritora constrói cenas em que Marília revela como a memória afetiva resiste mesmo quando os detalhes factuais se dissipam. Seu corpo guarda um saber que sua mente já não pode nomear. Nesse limbo entre lembrança e esquecimento, a narrativa mostra que a identidade de Marília não se perde de uma vez, mas gradativamente, em camadas, como um arquivo cujas páginas são arrancadas ao vento, restando apenas títulos sem histórias. Os detalhes cotidianos gradualmente, como o desenho diário da flor no guardanapo de papel do café da manhã, desaparecendo da rotina do casal revelam não somente a evolução da perda de memória de Marília, bem como um distanciamento gradual e silencioso, em aspectos de convivência, entre ela e sua esposa.

Sem flor dessa vez, percebo. Não tenho coragem de perguntar. Tomo o café em golinhos para não queimar meus lábios ressequidos. Como o pão em pedacinhos para não engasgar com um farelo mais duro. Marília come também, mas olha o tempo todo para baixo. Parece que tem um acanhamento novo entre a gente (Polesso, 2015, p. 134).

Na esfera da figuração da velhice feminina na literatura, a construção das personagens nessa fase da vida frequentemente oscila entre a invisibilidade e a resistência, evidenciando a forma como o envelhecimento do corpo feminino é atravessado por discursos de gênero e poder. Como destaca Beauvoir (1970), a velhice das mulheres, na literatura e na realidade, é historicamente marcada pelo embotamento de sua sexualidade, afetividade e importância social, reforçando estereótipos que associam a maturidade feminina ao desaparecimento identitário. Entretanto, autoras contemporâneas têm desafiado essa narrativa, como evidencia Gullette em sua contemplação das novas representações literárias:

As personagens idosas femininas em obras como 'Stone Angel' de Margaret Laurence ou 'The Summer Book' de Tove Jansson não são meras sombras do passado, mas protagonistas de complexas jornadas interiores. Elas reinventam a velhice como um espaço de agência, onde a memória, longe de ser um arquivo estático, transforma-se em ferramenta de reinvenção. Seus corpos, marcados pelo tempo, não pedem perdão por existir — antes, exigem reconhecimento como territórios de histórias não contadas e afetos não domesticados (Gullette, 2004, p. 88).

Já sob o prisma da observação dos processos de formação e solidificação da memória, Ricoeur (2007) identifica três tipos distintos: a memória impedida, na qual há uma repetição que se reelabora como uma espécie de luto, uma compulsão, cujo “trabalho é a palavra repetida várias vezes, e simetricamente oposta à compulsão: trabalho de rememoração contra compulsão de repetição” (Ricoeur, 2007, p. 85).

Já na memória manipulada “o trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho de luto” (Ricoeur, 2007, p. 86), isto é, está interligado com o trabalho de libertar-se ou minimizar a perda. Nesta segunda categoria, residem as transformações ocorridas no passado, frutos de experiências traumáticas pessoais, regimes totalitários, autoritarismo, negacionismo ou relativismo, em suma, com os “assassinos da memória”. Quanto à memória obrigada, nela se encontra a atribuição memorial de sanar as feridas do corpo, subjetivo ou político, de amenizar um passado que nunca seria esquecido (Ricoeur, 2007, p. 99-100). Desse modo, a memória, inclusive como meio de resistência e manutenção da identidade, mostra-se como uma obrigação ou uma imposição.

O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter à herança a inventário (Ricoeur, 2007, p. 101).

Na tentativa de manutenção da busca por sua identidade, Marília constata que, ao se esquecer de detalhes simples da rotina diária, está se perdendo de si mesma por meio das falhas de memória, o que a assusta incisivamente, já que a constatação da velhice se dá não só nas transformações de seu corpo, bem como na deterioração de sua subjetividade. Nesse contexto, memorizar não implica somente a gravação de acontecimentos, mas também a difusão, emissão e disseminação expansiva de percepções e informações como reafirmação identitária. Portanto, as conjecturas originárias da memória se configuram como um conjunto resultante de ideias, atitudes e posicionamentos. Rocha, sobre a memorização como meio de afirmação identitária, destaca que:

[...] a identidade, como identificação do sujeito, não pode se limitar ao âmbito do “eu” personalístico, porque se assim fosse, se instalaria a guerra entre posições que se pretendem válidas. O “eu” psicológico é, no fim e ao cabo, apenas um que vaga entre outros “eus”, igualmente solitários. A cultura, do ponto de vista antropológico, compreende que o coletivo forma um certo jeito de experimentar e explicar o mundo e resulta das experiências vividas e dos sentidos compartilhados. Esse compartilhamento é perene, ou seja, realizar-se num *continuum* temporal, podendo, dessa maneira, ser constantemente revisto e ressignificado (Rocha, 2018, p. 21).

Na mesma conjuntura conceitual da memória elaborada por Rocha (2018), enquanto fenômeno de caráter transdisciplinar, já que é composta por elementos empíricos que delineiam seus aspectos imagéticos e subjetivos, Aleida Assmann (2011, p. 21), em seu livro *Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural*, destaca que a própria memória “não pode ser definida de maneira unívoca por nenhuma área”, pois “dentro de cada disciplina ela é contraditória e controversa”. Tal postulação frisa a não-existência de uma definição que unifique a memória, haja vista que compêndio teórico algum conseguiria abarcar a pluralidade de enfoques transdisciplinares acerca dessa categoria conceitual.

Em “Marília Acorda”, o aspecto subjetivo da construção da memória ocorre por meio do isolamento das protagonistas por trás do alto muro da casa em que habitam, o que oportuniza larga margem para o apagamento social de ambas e o encerramento de suas memórias conjugais em si mesmas, relegando-as a um aspecto quase onírico e impedindo sua transmissão em âmbito coletivo.

No contexto do apagamento identitário de Marília e sua companheira, decorrente do isolamento de ambas, provocado pelas diversas violências simbólicas provenientes do âmbito coletivo que as cerca, as imagens que guardam em si, sem qualquer possibilidade de difusão social, adaptam-se de modos diversos ao inconsciente, no qual Assmann

(2011, p. 245) destaca a existência de “uma fronteira líquida entre imagem e sonho: a imagem é elevada à visão e provida de vida própria”, mas somente para quem as guarda e não para quem as desconhece.

Portanto, com o impedimento da transição da figuração mental para a representação pública, a partir do momento em que a memória gera uma iconografia no plano subjetivo, as imagens passam de objeto de disseminação de conceitos para o ambiente do arquivo memorial. As imagens mentais de um indivíduo que compõem a memória só ganham materialização ao serem transmutadas para a esfera física ou discursiva. Caso contrário, perdem seu potencial de se tornarem um relevante conjunto de ideias que propicie a reflexão sobre o impacto da imagem e do discurso no âmbito coletivo, passando à condição de elementos que se perdem no vácuo do silenciamento.

Quando o apagamento de memórias de grupos sociais ocorre por ditames pautados em sua minimização identitária, como é o caso das personagens centrais de “Marília Acorda”, ignora-se o fato de que todo corpo carrega uma memória coletiva, haja vista que todos somos frutos de uma vivência social. Nesse espectro, Seligmann-Silva destaca que “a memória existe no plural: na sociedade, dá-se constantemente um embate entre diferentes leituras do passado, entre diferentes formas de ‘enquadrá-lo’” (2003, p. 67).

Nesse âmbito, quando se trata da memória como aspecto de figuração de resistência e identidade contida no amor entre mulheres, no decorrer da evolução sócio-histórica das humanidades em nível de representação individual ou das afetividades inerentes a ela, Tania Navarro-Swain (2004) destaca que houve uma contínua articulação sociopolítica de apagamento que silenciou as experiências psicossociais das mulheres lésbicas: “Se a História não fala das relações físicas e emocionais entre mulheres é porque não existiram? Ou por que sua presença representa desestabilização e o caos na ordem natural e divina da heterossexualidade dominada pelo masculino?” (Navarro-Swain, 2004, p.13).

Quando a ilustração da memória, literária ou social, trata da mulher idosa, especificamente quando esta é lésbica, acaba por sedimentar, na maioria dos casos, uma estratégia de silenciamento cujo objetivo é universalizar ações de natureza social, a fim de impor papéis ideologicamente estabelecidos conforme o arquétipo masculino, branco e heterossexual de hierarquização coletiva. Desse modo, os integrantes de determinado nicho social tendem a obedecer, como verdades impassíveis de questionamento, às imposições sociais mesmo que seja sabido que “o discurso da memória humana é criado, sob a autoridade do historiador, seus valores e preconceitos, que naturalizam as divisões

e hierarquias sexuadas da humanidade (...)” (Navarro-Swain, 2004, p.19). Acerca dos questionamentos sobre o embotamento da figuração homoafetiva feminina, seja na literatura ou na sociedade, a autora afirma:

a resposta é simples: no universo da hegemonia heterossexual, a desordem maior é o desinteresse das mulheres pelos homens. A lógica é: mulheres não podem ser guerreiras, logo, não existiram. As mulheres não podem ser homossexuais, não podem dispensar o masculino de suas vidas cotidianas. Logo não podem existir. Mesmo na atualidade, quando é inegável a existência de grupos e movimentos lésbicos, a divulgação da mídia é mínima e permanece um halo de silêncio e mistério em torno de suas práticas, ações e reivindicações (Navarro-Swain, 2004, p.24).

Em sua representação social, a mulher lésbica idosa como também todas as suas vivências afetivas e de convívio social, estará destinada ao apagamento identitário e extinção, restando-lhe o cultivo memorial como manutenção de sua existência social. Sob a perspectiva da memória enquanto mantenedora da subjetividade do indivíduo idoso, particularmente daqueles que sofrem embotamento sistemático de sua existência social, como mulheres lésbicas acima dos 60 anos, Halbwachs *apud* Bosi (1994) afirma que a memória individual está diretamente implicada à sua convivência familiar, classe social, rotina escolar, religiosa, laboral, ou seja, com todas as instituições destinadas à convivência e referências próprias desse indivíduo.

Quanto à memória em seu contexto de elemento durador, constituinte da identidade de quem a porta, conforme Bergson (2011), é perceptível a constatação de que sua duração é elemento basilar para a preservação identitária de quem a cultiva. Por essa razão, a duração da memória é “o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança.” (Bergson, 2011, p. 48). O crescimento memorial do passado é derivado de sua constante manutenção, já que este “se conserva indefinidamente”. Desse modo, a memória é uma conservação das vivências pretéritas no nível do inconsciente, trazendo à luz da consciência “o que for de natureza que esclareça a situação presente, que auxilie a ação formação, enfim, um trabalho útil” (Bergson, 2011, p. 48).

No conto em análise, as vozes da memória da narradora configuram-se como um recurso de autoafirmação de um amor socialmente minorizado, instaurando um contraponto ao discurso dos vizinhos, que se referem às protagonistas como “velhas estranhas”. Essa designação evidencia não apenas o preconceito etário, que recusa às personagens o direito de existir para além do declínio físico, mas também a rejeição à sua condição de casal homoafetivo, cuja intimidade, por escapar às normas heteronormativas, é tratada como algo suspeito ou inexplicável.

Desse modo, a memória, ao reconstituir a trajetória compartilhada entre as duas mulheres, opera como um dispositivo de afirmação subjetiva que se opõe à mirada excludente do entorno social. Se, por muito tempo, os velhos foram considerados os guardiães da memória, na modernidade eles surgem fragilizados e desprotegidos em um mundo que, cada vez mais, elogia a juventude ao mesmo tempo em que se constata o avanço do envelhecimento populacional. Em "Marília Acorda", essa fragilização ganha contornos dramáticos: à medida que Marília perde a memória, cabe à sua companheira guardá-la, passando o conto a operar com a angústia, não apenas do envelhecimento e de suas limitações físicas, mas também com a agonia de uma história que apenas as duas mulheres conhecem e que, ao morrerem, levarão consigo.

Em uma primeira camada, o muro que as separa do mundo permanece intacto; em uma segunda, porém, ele se racha na exata medida em que a literatura possibilita contar essa história. A metáfora da alta parede mantém-se para ambas as mulheres, mas ilumina-se como imagem de todas as formas de limitação e cerceamento de direitos relativos à liberdade de exercício da sexualidade e dos afetos. Questões relativas a histórias de amor entre mulheres, cuja memória necessita vir à luz por razões legalmente protetivas, serão aprofundadas no terceiro capítulo, dedicado à análise do conto "As Tias", no qual se examinarão, com maior detalhamento, os mecanismos pelos quais a narrativa confronta os discursos etaristas e heteronormativos por meio da construção de mecanismos legais para romper o silenciamento de um amor de décadas, através da implementação de estratégias para a proteção patrimonial e da vida futura de Leci e Alvina, como indivíduos que compõem o casal.

CAPÍTULO III: AFETOS OCULTOS: O NÃO DITO NO SILENCIAMENTO FAMILIAR EM “AS TIAS”

Como ambiente de diálogos plurais e engajamento social, a literatura contemporânea vem adquirindo uma amplitude temática cada vez maior, abrangendo tópicos como o preconceito racial, marginalização de classes social e economicamente menos abastadas e processos discriminatórios acerca de identidades de gênero e sexualidades. Por meio da luta de mulheres, de classes sociais excluídas, que reclamam para si o devido direito de voz, questões pertinentes a gênero e sexualidade, apesar de ainda enfrentarem barreiras derivadas de uma literatura atrelada à hierarquia social alicerçada na heteronormatividade, sendo esta um produto do cis-heteropatriarcado, vêm

promovendo uma ruptura cada vez mais significativa com o silenciamento social imposto a pessoas que tinham a representatividade negada, no meio literário e artístico.

Sob esse prisma, é coerente afirmar que a autoria feminina pode ser elencada como fator exemplar dessa quebra do padrão hegemônico de origem patriarcal, haja vista que se põe como elemento abertamente contrário à instituição de um modelo textual escrito por homens, que ainda detém maior circulação nas mais variadas esferas sociais, como também o poder de estabelecer o que vem ou não a ser categorizado como “literatura”. Nessa instância, *Amora* (2015), de Natalia Borges Polesso, deve ser entendida como uma obra cujo caráter narrativo encontra berço na resistência, já que, no decorrer da construção histórica da literatura, as mulheres passaram por todo tipo de represálias e obstáculos à sua inserção no mundo da escrita, sendo sujeitadas a viver em um cenário cultural no qual seu fazer literário era extremamente desvalorizado ou denegado.

Ao se abordar relacionamentos entre mulheres lésbicas e todos os tipos de empecilhos psicossociais por elas enfrentados para viverem plenamente sua afetividade, no âmbito literário, o banimento fica ainda mais explícito. Na esfera do pensamento socialmente normativo, disseminado pelo cânone, é claramente constatável a escassez de textos protagonizados por elas, bem como de personagens lésbicas que escapem da fetichização ou de uma composição imagética caricata, tomando, como ponto de origem, estereótipos que delimitam mulheres que se relacionam com outras mulheres unicamente de forma masculinizada.

Quando a finalidade é abordar o silenciamento sofrido por um casal de mulheres no contexto familiar, na obra de Polesso, o conto “As Tias”, mostra-se oportuno para a observação do isolamento em prol da normatização social imposta a quem dela é diferente. Em sua estrutura narrativa, é possível identificar a “família acolhedora”, desde que o perfil comportamental que causa estranhamento não seja visível, e a “família silenciadora”, caso este venha à tona. Nesse panorama, é plausível identificar as possibilidades de comparação entre as situações vividas pelas personagens lésbicas nas variações de um mesmo contexto familiar. De forma crítica, a autora traz foco às personagens que narram suas experiências de vida na composição narrativa do conto, trazendo maior visibilidade, também, às narrativas literárias que não se constroem partindo de personagens heterossexuais, que são hegemonicamente tão retratados pela escrita canônica.

3.1 Nas entrelinhas do silêncio: a aceitação velada em “As Tias”

“As Tias” é o décimo oitavo conto da sequência “Grandes e sumarentas”, primeira parte da obra *Amora* (2015). Estruturada por três personagens que se ligam pelo grau de parentesco e pelos laços de afetividade, (a sobrinha e narradora, Alvina e Leci), a narrativa de “As Tias” encontra domicílio na constatação do amor que resiste à imposição de níveis simbólicos de silenciamento no ambiente familiar, como também na preocupação do casal com o envelhecimento e a segurança patrimonial uma da outra.

No conto em questão, destaca-se o tema da lesbianidade na velhice. Não é muito comum a figuração de personagens femininas velhas em obras literárias e, menos ainda, se essas personagens forem lésbicas. Neste conto, Polesso traz para o espectro da discussão literária um tema que ainda é um tabu em nossa sociedade, que rejeita tudo que foge aos padrões impostos por ela. Apesar de ambos os contos trabalharem a mesma temática, trilham caminhos diversos e repletos de obstáculos.

Em “Marília Acorda”, a autora trata de um relacionamento que resiste não apenas ao envelhecimento, mas também à perda da memória de uma de suas protagonistas. Nesse conto, o alto muro que circunda a casa das personagens funciona como elemento concreto e real, protegendo não apenas o espaço físico, mas também a intimidade do casal contra o olhar preconceituoso dos vizinhos e o isolamento social que dele decorre.

Já em “As Tias”, o muro deixa de ser físico para se tornar simbólico: ele é constituído pelo silenciamento da conveniência, pela não aceitação velada do convívio familiar que, ao longo de seis décadas, jamais reconhece publicamente o vínculo conjugal entre Leci e Alvina. Desse modo, enquanto as protagonistas de “As Tias” dominam os sinais vindos do exterior para que possam se proteger, fato comprovado quando escondem as fotografias de suas viagens, preservando a aparência de uma “amizade” aceitável, o foco narrativo do conto reside precisamente na preocupação patrimonial das personagens com o futuro uma da outra, assim como na ruptura gradual desse silenciamento no ambiente familiar.

Para Lorde (2020), os silêncios não são neutros nem naturais: eles fazem parte de uma economia política do discurso que regula quem pode falar, sobre o que e em quais condições. Em sua perspectiva, o silenciamento imposto a sujeitos marginalizados, especialmente mulheres negras e lésbicas, opera como estratégia de manutenção de hierarquias sociais, ao restringir a expressão da experiência e, consequentemente, a

própria produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, Lorde diferencia o silêncio imposto daquele silêncio estratégico, utilizado como forma de preservação ou reflexão, mas ressalta que a ausência forçada da fala produz apagamento e violência simbólica. Nesse sentido, como afirma a autora, o silêncio não oferece tipo algum de proteção, evidenciando que o não dito, quando imposto, não protege, mas fragiliza e isola os sujeitos.

Em sua figuração simbólica, a casa não é apenas um espaço de proteção, mas também de agência. As tias não permanecem no ambiente doméstico apenas porque foram empurradas para a esfera privada; elas o transformam em um lugar de autonomia, onde controlam as regras da convivência e evitam a violência sutil da tolerância condicionada. Nos almoços de domingo em sua própria casa, Leci e Alvina transformam o espaço doméstico em território seguro. É ali, diante dos familiares que as visitam, que o amor silenciado por seis décadas encontra respiro, ainda que velado, sob o pretexto da hospitalidade e da rotina. A mesa posta, os pratos compartilhados e o ritual dos encontros dominicais configuram-se como momentos em que o casal pode exercer, ainda que de forma discreta, sua intimidade e cumplicidade, protegidas pelo ambiente que dominam e controlam. A casa torna-se o único lugar onde ambas podem existir com algumas reservas, mesmo que provisoriamente, diante da família que as acolhe sem nunca nomear plenamente o que são.

Com o passar dos anos e da cara feia de alguns parentes, a tia Alvina teve a ideia de fazer um daqueles almoços de família na casa delas. Geralmente os almoços de família eram na casa da minha vó, mas a tia Leci não gostava muito, não se sentia bem. Todo mundo perguntava sobre ela, pois não era exatamente da família, quero dizer, nós ali de casa sempre a chamávamos de tia, mesmo ela não sendo irmã do meu pai (Polesso, 2015, p. 188).

Envelhecer, para a mulher, pode ser extremamente difícil, principalmente sendo lésbica, e figurar como personagem de uma obra literária nessas condições, é deveras mais raro. A autora aborda a temática com leveza e simplicidade, trazendo para o campo da literatura um assunto que precisa ser discutido tanto no meio acadêmico como no social.

Em um país onde a sociedade diz que “envelhecer é feio, que, com o passar do tempo, não se pode mais trabalhar, estudar, namorar, fazer escolhas, não se pode mais existir. É uma espécie de morte simbólica” (Goldenberg, 2012, p. 16), é a partir do debate de assuntos como este que se pode promover o início de uma mudança social sobre o tema, propiciando um novo olhar da sociedade menos carregado de preconceito e discriminação para esses corpos que também precisam e merecem ter o seu lugar no

mundo e o seu lugar de fala. São corpos que, não só têm o direito de existir, como também de terem suas vozes ouvidas. Acerca do cerceamento do amor em confronto com o envelhecimento dos corpos femininos em uma relação homoafetiva, Polesso ilustra essa conjuntura descrevendo a longevidade silenciosa do amor entre as “tias”.

Desde moças, estavam juntas. A tia Leci tinha dezessete anos, e a tia Alvina, quando entrou, tinha quinze. Era comum nessas famílias meio grandes que uma, duas filhas fossem para o convento. Desde lá, não se desgrudavam, sessenta anos. Alguém entende o que são sessenta anos de convivência? Eu não sei entender. Ficaram quinze anos no convento e, depois disso, resolveram sair, compraram um sobrado no interior de Garibaldi e lá começaram uma vida nova (Polesso, 2015, p.186).

Leci, professora aposentada. Alvina, cozinheira de mão cheia. Essas são as personagens que dão vida a essa história tão comum a tantas mulheres. Ambas levam uma vida simples sem muitas agitações, mas gostam muito de viajar. A família de Leci não aparece no conto, o que pode nos remeter à ideia de uma não aceitação da família pela sua condição de lésbica.

Já Alvina tem uma convivência mais próxima de sua família, esta parece ser mais presente, o que pode parecer, num primeiro momento, algo muito positivo, não fossem alguns pormenores contidos nas entrelinhas, expostos de forma quase sutil nas camadas do enredo. A partir de uma leitura atenta, percebe-se o engano. As falsas aparências vão se revelando aos poucos e fica muito claro, na fala de sua sobrinha e de alguns personagens, o jogo de interesses nas ações e atitudes dos familiares.

Um dia, eu perguntei para a minha mãe de quem a tia Leci era filha ou irmã e minha mãe torceu a cara, depois disse que não era filha de ninguém e que ela e a tia Alvina tinham se conhecido no convento e desde então moravam juntas. Não perguntei mais nada, estava claro para mim, e agora muito mais curioso (Polesso, 2015, p. 189).

Essa constatação fica muito evidente quando a personagem Alvina sofre um AVC e precisa ficar internada por uns dias. Nas palavras da narradora, Leci chega à seguinte conclusão:

Quando, há uns três anos, a tia Alvina teve o AVC e precisou ficar uns dias internada, a Leci quase morreu de tristeza. Toda aquela parentada lá se oferecendo para ficar no hospital e pernoitar. É familiar? Dizia a moça da recepção e todos assentiam: primas, irmãs, sobrinhas. Nessas horas de hospital, sempre aparece alguém... (Polesso, 2015, p. 189) [...] se a Alvina vai de novo pro hospital, eu não posso nem cuidar dela, não tenho direito de entrar no quarto, porque tem sempre uma fila de parente que aparece quando um velho se hospitaliza, deus me livre, parecem varejeiras na merda (Polesso, 2015, p.191).

Aparentemente, a família está mais preocupada em mostrar que se faz presente do que com o próprio bem-estar de Alvina, tendo em vista que só permitiram que sua

companheira a visitasse no quarto uma única vez. Paira nas entrelinhas a ideia de que a tia podia morrer a qualquer momento e todos queriam estar presentes para barganhar alguma coisa, caso isso acontecesse.

Embora a família de Alvina tolere a presença de sua companheira, a narradora revela gradativamente, em suas falas sobre o comportamento dos parentes, as caras e bocas, as fofocas, os comentários, fazendo com que Leci não se sinta à vontade nos almoços de domingo. No entanto, quando a notícia de que elas vão viajar para a Itália chega aos ouvidos de todos, alguns comportamentos mudam. A avó, que havia deixado de falar com elas há muito tempo, faz questão de dizer que ia rezar para que nada acontecesse com o avião, a cunhada que não gostava de felinos, aceita com muita benevolência cuidar do gato delas enquanto elas estivessem fora, a família toda voltada para o assunto da viagem, pois elas eram as primeiras pessoas da família a viajarem de avião e para fora do país.

Até minha vó, que, não se sabia muito bem por que, havia meio que parado de falar com elas, foi até lá dizer que ia rezar para Santos Dumont proteger o avião e não deixar que nada de mau acontecesse com elas durante a viagem. Acho que era a primeira vez que alguém da família viajava de avião (Polesso, 2015, p. 187)

Tal fato revela os interesses velados, pois fica implícito para essa família que elas dispõem de recursos financeiros e, como não legitimam essa relação, já se supõe que os herdeiros dessas posses seriam eles próprios, os parentes.

A sobrinha de Alvina, que aparece como narradora da história, se coloca na posição de integrante desse enredo, narrando os fatos em primeira pessoa. Ao compreender as camadas mais profundas e obscuras dessa relação familiar, toma um posicionamento de solidariedade e empatia para com as tias. Ela se torna, de fato, uma sobrinha presente, amiga, disposta a ajudá-las no que precisarem.

Diante desses acontecimentos, as tias resolvem casar-se por dois motivos: para, de fato, legitimarem um amor e um relacionamento que já existem há muito tempo e para garantirem direitos civis perante a sociedade e a família que, mesmo de forma sutil, deixa claro seu interesse material naquela relação. Convidam a sobrinha para testemunha dessa união estável, que, aliviada, aceita feliz em saber que, hoje, existem leis em nossa legislação para a garantia de direitos que nem sempre foram respeitados. Direitos esses, que não surgiram de repente nem por bondade de quem é responsável pela sanção das leis

em nosso país, mas como consequência de muita luta, de muita injustiça vivida pelas pessoas LGBTQIAPN+.⁸

Diante da ausência de leis que protegessem esse grupo social que trabalhou uma vida inteira para construir um patrimônio junto aos seus companheiros perdiam tudo quando um deles vinha a falecer. Alvina e Leci se antecipam a esse fato e resolvem um problema antes mesmo que ele viesse a acontecer. Casando-se, elas a (r)existência de seu amor, o direito de amarem a quem quiserem e de garantir direitos essenciais como a qualquer cidadão que trabalha, paga seus impostos e contribui para o desenvolvimento da economia de seu país.

A sociedade tende a engendrar discursos que descredibilizam e deslegitimam qualquer relação que esteja fora do que é considerado aceitável, do que não se encaixa nos padrões vigentes, procurando sempre regulamentar a vida em sociedade, principalmente em se tratando da vida da mulher. De acordo com Santos:

O sistema-mundo moderno/colonial, ao conceber a mulher como um ser inferior na dinâmica social, incluindo o que diz respeito ao sentimento do amor, decidiu que seus amores eram insignificantes, contribuindo para um processo de invisibilidade e silenciamento das relações entre mulheres (Santos, 2020, p. 90).

Em nível de interseção entre literatura e outras formas de expressão artística, é plausível destacar as semelhanças estruturais entre a narrativa de “As Tias” com a do filme *If These Walls Could Talk 2* (2000), traduzido para o português como *Desejo Proibido*, dirigido por Jane Anderson, Martha Coolidge e Anne Heche. Trata-se de uma película composta por três segmentos distintos que abordam a experiência de mulheres lésbicas em diferentes períodos históricos: a primeira história se passa em 1961, a segunda em 1972 e a terceira no ano 2000. Cada segmento explora questões de identidade e amor mostrando os desafios enfrentados por essas mulheres em uma sociedade predominantemente heteronormativa.

Ambas as narrativas, conto e filme, convergem ao colocar no centro da cena a experiência de mulheres idosas que compartilham uma vida em comum, cuja relação homoafetiva se constitui na discrição e na cumplicidade construída ao longo de décadas. Em “As Tias”, a convivência silenciosa entre as duas protagonistas é figurada como um

⁸A proteção jurídica aos casais homoafetivos no Brasil consolidou-se especialmente a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar (ADPF 132/RJ e ADI 4277/DF). Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 175, proibiu cartórios de se recusarem a realizar casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, o artigo 226 da Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a família como base da sociedade, foi interpretada, de forma inclusiva, pelo STF para abarcar também uniões homoafetivas.

tecido afetivo consolidado pelo tempo, prescindindo de justificativas ou revelações explícitas diante do olhar externo. Da mesma forma, o segmento "1961", de *Desejo Proibido*, apresenta Edith e Abby, um casal que divide a mesma casa há trinta anos, cuja rotina de afetos cotidianos, como o gesto de segurar as mãos no cinema, destaca uma intimidade que, embora não nomeada socialmente, é plenamente vivida na esfera privada.

Outro ponto de convergência significativo reside na forma como ambas as obras tematizam a vulnerabilidade legal e social imposta à mulher idosa em união homoafetiva. No filme e no conto, essa mesma violência simbólica ganha contornos jurídicos concretos: após a morte de Abby, Edith é impedida de visitá-la no hospital por não ser considerada "família", tem sua contribuição financeira para a compra da casa ignorada e vê seus pertences e recordações sendo apropriados pelos sobrinhos da parceira, em uma cena que materializa a invisibilidade legal do casal, assim como ocorreu na hospitalização de Alvina por um Acidente Vascular Cerebral (AVC), com Leci sendo impedida de acompanhá-la durante sua internação.

A despeito dessas convergências, as duas obras divergem significativamente no tratamento narrativo conferido à descrição do casal idoso, bem como a memória opera como recurso de resistência. Em "As Tias", a descrição não é apenas uma imposição externa, mas também uma estratégia de sobrevivência afetiva que se traduz na linguagem dos gestos, dos silêncios e da cumplicidade não verbalizada. A narrativa de Polesso, inserida no contexto da literatura brasileira contemporânea, constrói a resistência das personagens menos por meio da denúncia explícita da injustiça e mais pela afirmação de uma memória afetiva que se opõe ao discurso excludente dos parentes.

Já em *Desejo Proibido*, a descrição é apresentada, sobretudo, como uma imposição histórica a ser superada. O segmento "1961" expõe didaticamente as consequências nefastas da ausência de reconhecimento legal, com Edith sendo forçada a apagar os vestígios da convivência conjugal antes da chegada dos familiares, removendo fotografias e simulando quartos separados, enquanto o conto opta por uma abordagem mais sutil, em que a força da relação se manifesta na permanência e na cumplicidade silenciosa, o filme, em sua estrutura de antologia televisiva, assume um tom mais panfletário, evidenciando as injustiças sofridas pelo casal como parte de um projeto de conscientização sobre os direitos LGBTQIAPN+.

Ademais, a própria estrutura narrativa diverge: "As Tias" concentra-se exclusivamente na velhice como tempo de florescimento afetivo, enquanto *Desejo Proibido* insere a experiência do casal idoso em uma progressão histórica que vai da

opressão dos anos 1960 à conquista de direitos no ano 2000, conferindo à velhice um lugar de memória da luta.

Quando se identifica, por meio de observação analítica de uma obra literária e suas prováveis semelhanças com um exemplar de qualquer outra forma de expressão de arte, a interseção entre literatura e cinema não se resume à transposição de narrativas, como também configura um diálogo complexo entre linguagens, temporalidades e modos de percepção. Conforme a postulação de Benjamin, "o cinema não é apenas uma nova técnica de reprodução, mas um órgão modificador da percepção" (1936, p. 23). Tal afirmativa enfatiza o fato de que a narrativa fílmica transcende a mera tradução para ressignificar o texto literário sob novas condições históricas e sensoriais, propiciando também a identificação intertextual entre compêndios artísticos de diferentes naturezas. Essa ressignificação e aproximação interseccional são aprofundadas por Jameson que, ao analisar a relação entre as duas formas artísticas, afirma:

O filme, longe de ser um derivado passivo da obra literária, reorganiza suas estruturas profundas à luz de uma lógica cultural distinta: a da sociedade pós-industrial, onde a imagem substitui a palavra como veículo hegemônico do imaginário. A adaptação bem-sucedida não replica, mas desloca e reconstrói os signos do original, expondo as contradições entre a materialidade do escrito e a fugacidade do visual, entre a duração íntima da leitura e o tempo coletivo da projeção (1992, p. 156, **tradução minha**)⁹.

Nesse âmbito, a história que sedimenta o elemento comparativo com o conto "As Tias", de Natália Borges Polessio, pelos pontos de semelhança em seu enredo, é a história protagonizada por "Edith e Abby" que se passa em 1961. Neste filme, Edith (Vanessa Redgrave) e Abby (Marian Seldes) vivem em um relacionamento homoafetivo há muitos anos. Porém, como a lei da época não permitia, nunca foi legalizada a união entre elas; quando Abby falece, sua parceira Edith se vê obrigada a encarar que, diante da lei que favorece os herdeiros de sangue, ela não possuía nenhum vínculo legal ou grau de parentesco com Abby. Além de enfrentar a dor da perda de sua companheira de uma vida inteira, Edith enfrenta também a negação de sua relação afetiva pelo hospital e pelos herdeiros de Abby, que não reconhecem sua posição como "família".

Diante disso, Edith perde todo o seu patrimônio, tudo o que construíram juntas, como a casa e tudo o que dentro dela houvesse para um sobrinho de sua companheira que

⁹ Do original: Far from being a passive derivative of the literary work, film reorganizes its deep structures in light of a distinct cultural logic that of post-industrial society, where the image supplants the word as the hegemonic vehicle of the imaginary. A successful adaptation does not replicate but displaces and reconstructs the signs of the original, exposing the contradictions between the materiality of writing and the transience of the visual, between the intimate duration of reading and the collective time of projection.

mal sabia da existência da tia. Abby e seu sobrinho não possuíam qualquer vínculo afetivo e este, tampouco prestou alguma assistência à tia enquanto estava viva, no entanto, para a lei, ele era o parente mais próximo e único herdeiro de seus bens, obrigando a companheira de sua tia a mudar-se da casa sem direito a nada, nenhum bem, nenhum dos objetos pelos quais possuía uma relação de afeto, tendo em vista que foram fruto da vivência diária, de anos e anos, com sua companheira de toda uma vida.

Considerando os ambientes espaciais e temporais do episódio descrito no filme, é coerente destacar que a figuração homoafetiva feminina na velhice, no cinema e também na literatura, transgride não somente a heteronormatividade de um padrão naturalizado como ciclo vital, mas também as temporalidades convencionais atribuídas ao desejo e à visibilidade lésbica. Como destaca Castle, "a velhice lésbica é, paradoxalmente, uma das últimas fronteiras do não dito, ainda que em narrativas que se pretendem progressistas" (2005, p. 112), evidenciando a dupla marginalização dessa interseção: a senescência e a homoafetividade. A invisibilidade homoafetiva feminina é subvertida em obras que reconhecem a maturidade como espaço de agência e eroticidade que, de acordo com Rial:

Filmes e romances que retratam mulheres idosas em relações homoafetivas não apenas preenchem uma lacuna representacional, mas desestabilizam a noção de que a sexualidade é um atributo da juventude. Ao mostrar corpos envelhecidos em trocas afetivas e eróticas, essas narrativas contestam a crononormatividade e oferecem modelos alternativos de temporalidade queer, onde o desejo não expira com os anos, mas se transforma, adquire novas texturas e resiste à lógica do declínio (2018, p. 74).

Traçando um paralelo entre as duas histórias, *Desejo Proibido* e “As Tias” há uma grande semelhança entre os enredos, mas com uma diferença pontual. A impressão que se tem é que a autora de *Amora* procurou “resolver” em “As Tias” os problemas enfrentados pelas protagonistas do primeiro episódio do filme. Ambas as histórias tratam sobre a relação conjugal entre mulheres idosas que vivem juntas desde a juventude. No filme, uma delas morre e a outra se vê obrigada a deixar tudo que construíram ao longo do tempo para um sobrinho desconhecido de sua companheira, pois legalmente ele era o único herdeiro.

Já no conto, ninguém chega a morrer, mas uma delas sofre um AVC e precisa ficar internada por um tempo. Nesse período, sua companheira é impedida de visitá-la, pois o hospital só permite a entrada de parentes, como legalmente não há nenhum vínculo entre elas, sua relação não é reconhecida e legitimada nem pelo hospital nem pelos parentes de sua companheira. Na narrativa do conto de Polesso, tal problema é solucionado quando a

personagem recebe alta de sua hospitalização e retorna para casa, onde sua companheira a espera. Após esse acontecimento que gerou grande impasse em suas vidas, elas tomam a decisão de legalizar essa união para que, além de legitimar o que sentem uma pela outra, possam também garantir o direito sucessório e a segurança patrimonial do casal.

Quanto ao cerne de seu enredo, “As Tias” não é o único conto de *Amora* que traz alguma semelhança com o filme em questão. Em “Marília Acorda”, também é notória a presença de elementos que se assemelham à película, como a descrição da casa que possui um muro alto que as separa da rua e do mundo lá fora. As personagens Marília e sua companheira vivem isoladas do resto da sociedade pelo alto muro na frente da casa. Em *Desejo Proibido*, também se percebe a casa como elemento de isolamento das personagens, pois seu espaço físico pode ser visto como um símbolo das paredes que separam, isolam e até segregam, mas ao mesmo tempo, também protegem as relações afetivas dessas mulheres ao longo do tempo, revelando como essas paredes, representadas pela sociedade e suas normas, influenciam e moldam suas experiências.

Sob a perspectiva figurativa da homoafetividade feminina na velhice, em veículos diversos, tanto a obra cinematográfica quanto a literária aqui trabalhadas ilustram, de alguma forma, a evolução das relações lésbicas ao longo das décadas. No filme em questão, enquanto em 1961 o amor entre mulheres é silenciado e negado, em 1972 começa a emergir uma luta por reconhecimento e identidade e em 2000, observa-se uma busca por aceitação social e familiar, enquanto no conto já se percebe o reconhecimento da família homoafetiva no âmbito da lei. Esse paralelismo reflete a transformação das relações lésbicas de invisibilidade para visibilidade, de marginalização para aceitação.

Levando-se em consideração a comparação narrativa entre os contos em análise e o filme aqui exemplificado, nota-se a possibilidade de traçar uma linha do tempo acerca da representação da homoafetividade feminina na velhice, tanto na literatura quanto no cinema, que evidencia a transição de uma quase invisibilidade para o aumento gradual de sua complexidade, o que reflete significativas transformações sociais nas concepções de gênero, sexualidade e envelhecimento. Segundo Rich (1980), a autora denomina que a "heterossexualidade compulsória" historicamente silenciou narrativas homoafetivas femininas, especialmente na maturidade, apagando duplamente corpos que desafiam normas de desejo e temporalidade.

Nesse âmbito, como destaca Butler, "o envelhecimento queer revela os limites do próprio sistema de gênero, ao expor como a performatividade não cessa com a idade, mas

se reinventa" (2004, p. 58). Essa reinvenção é detalhada por Rial (2018) em sua análise das produções culturais recentes:

As personagens lésbicas idosas contemporâneas não apenas ocupam espaço, mas redefinem-no, demonstrando que a sexualidade na velhice não se resume à nostalgia ou à assexualidade. Em filmes como 'Carol' (2015) e em romances como 'As Sete Escadas' (2021), vemos mulheres que experienciam paixões tardias, conflitos geracionais e uma erótica do envelhecimento que subverte a ideia de que o desejo tem prazo de validade - um ato radical em sociedades que cultuam a juventude e a heteronormatividade como únicos paradigmas viáveis (p. 112).

Guardadas as devidas semelhanças narrativas, ambas as obras explicitam o fato de que todo o silenciamento ao qual a mulher foi relegada ao longo da história será exatamente o lugar para onde as relações homoafetivas serão destinadas, pois relacionar-se entre si, dispensando a presença do sexo masculino na relação significa desafiar o poder do patriarcado e sua hegemonia. Alvina e Leci desafiam esse patriarcado ao se constituírem enquanto casal que foge aos padrões da heteronormatividade, ao serem idosas e independentes, driblando o preconceito, o não reconhecimento de sua relação afetiva e, procurando legitimarem-se socialmente através da união estável, da legalização desse relacionamento por meio da lei que o tornará genuíno perante a sociedade.

É de suma importância a escrita de Polesso sobre corpos que buscam encontrar seu lugar enquanto personagens em suas narrativas, pois durante muito tempo, a literatura também figurou como mais um discurso usado para impor a normatização de padrões que atuavam para regular o corpo e a sexualidade da mulher. Segundo Twyne Soares Ramos:

A literatura nos permite observar como a sexualidade e a afetividade das mulheres são ditadas ao longo do tempo. As “amoras” de Polesso, mais especificamente das narrativas “Marília acorda” e “As tias”, mais do que sua sexualidade invisibilizada, têm seu arranjo familiar silenciado e rechaçado no espaço social. Suas existências sexuais e afetivas não são autorizadas por uma sociedade patriarcal e heteronormativa (Ramos, 2021, p. 207-208).

Nessa perspectiva, o arranjo familiar de Alvina e Leci se constitui como família apenas no âmbito privado do lar, pois ao visitar sua companheira no hospital, Leci se apresenta como uma amiga e não como esposa ou companheira. A falta de legitimação desse relacionamento e a não aceitação social e familiar, leva-as ao isolamento e a esconderem, por exemplo, as fotografias de viagem: “Uma pena que as fotos todas velaram. Parece que a tia Leci deixou a máquina fotográfica cair e nenhuma foto se salvou. Aquilo passou a ser rotina, as viagens e a ausência de fotografias.” (Polesso, 2015. p.187).

Portanto, é necessário afirmar que, no contexto do conto como elemento da autoria feminina, sendo *Amora* um providencial exemplo que retrata relações homoafetivas femininas como eixos literários de resistência, urge reafirmar a relevância de estudar personagens como Alvina e Leci, bem como suas memórias espaço-temporais, pelo prisma da representatividade identitária, entendendo sua constituição no cenário narrativo da obra, para que se reconheça a complexidade de seu desenvolvimento. Polesso (2015) apresenta com forte propriedade as diversas experiências nas quais personagens lésbicas, como as de “As Tias” estão inseridas, particularmente em suas relações familiares, que propiciam uma mais abrangente compreensão do ser humano em sua pluralidade de existências, bem como pela consciência do transcorrer dessas relações, que podem ser boas ou ruins, faz com que elas atinjam maior grau de autoconhecimento por meio da imersão em suas frustrações, como também na conclusão sobre o desconhecimento de seus próprios sentimentos, anseios e ressignificação dos mesmos, conseguindo, de forma resiliente, construir esperanças e planos para o futuro.

Utilizando, como ponto basal de análise e debate, as consequências geradas por um contexto familiar pautado na heteronormatividade, que atua como uma tecnologia velada, subliminar, de silenciamento das relações homoafetivas, em “As Tias”, é possível compreender, de forma mais abrangente, eixos temáticos como a família que atua de modo veladamente opressivo, na construção narrativa das vivências e apagamento identitário de personagens lésbicas.

A observação analítica da constituição narrativa das relações das personagens do conto, com influência do que se pode conceituar como uma família subliminarmente silenciadora e, em vários momentos, falsamente acolhedora, traz ao leitor/leitora um claro cenário acerca das características que delinearam o comportamento social das protagonistas, cujo núcleo familiar as relegou a um lugar negativo e opressor, confinando-as em um armário de ilusória receptividade.

Quando eu fui pela primeira vez à casa das tias, tudo já estava meio que assentado e aceito. Nada se discutia sobre ir ou não ir à casa das moças que fugiram do convento para morar juntas. Ninguém mais achava estranho, não tinha por quê. Acho que melhorou quando todos pararam de perguntar. O tempo já tinha passado. A vida das tias estava resolvida (Polesso, 2015, p. 186-87).

Apesar do contexto disfarçadamente intimidador, é possível verificar, no transcorrer da narrativa, de modo subjetivo, que a família passou a dar maior acolhimento ao casal depois que se torna sabido o conjunto do modesto patrimônio que ambas

possuem, como também que a sobrinha estabeleceu respeitosa convivência com Alvina e Leci, o que fez com que passassem a ser tratadas como o que de fato são: um casal.

Além disso, torna-se notório que, no momento em que a saúde de Alvina se mostrou frágil, houve um gatilho para a concretização legal do relacionamento afetivo há muitos anos existente entre elas, já que, apenas depois do episódio do hospital, em que Alvina tem um AVC, Leci manifestou extremo medo de perder sua companheira ou de que ela portasse muitas sequelas, dando-se conta da necessidade de constituírem legalmente uma família, para que não lhes fosse imposta novamente a dor de serem distanciadas em um momento em que necessitasse do carinho uma da outra, assegurando, também, o direito legal de dividirem entre si o patrimônio que construíram juntas, durante sua trajetória. Pela genuína disposição da sobrinha em ajudar Leci nesse momento difícil, as duas mulheres decidem revelar para a narradora a natureza real de seu relacionamento, já que concebem a sobrinha como rede de apoio do casal.

Foi mais ou menos assim a ligação que recebi. Fui. Não deixaria as tias na mão, ainda mais agora que confiavam em mim. Quando cheguei, as duas dançavam na sala. A Leci nem parecia doente: filha, nós te chamamos aqui, não só porque eu estou gripada, até porque é um resfriadinho, nós te chamamos por uma opinião e uma explicação. É, uma opinião e uma explicação, repetiu a tia Alvina. Eu perguntei o que era e logo me disseram sem embromar: queremos casar. Eu achei aquilo tão bonito e inusitado que chorei um pouco (Polesso, 2015, p. 191).

A preocupação, o cuidado, o zelo e a atenção cautelosa só confirmam que, para a sobrinha, o teor do relacionamento entre Alvina e Leci não fazia a mínima diferença, sendo a sexualidade das duas mulheres a quem chama de "tias", fator irrelevante para a constituição do afeto que sentia por ambas. Leci e Alvina encontraram, nessa postura de fato acolhedora, a liberdade para incluir a narradora nas vivências delas, convidando-a para ser testemunha de seu casamento. Por fim, é providencial enfatizar que, na reta final da narrativa de “As Tias”, Leci e Alvina se mostram essenciais para o entendimento da ressignificação da vida em um núcleo de resistência identitária em contextos familiares direta ou indiretamente intimidadores.

A Leci continuou a me explicar. Tu sabes que tudo o que temos é nosso, é junto, mas nada pela lei funciona assim, se algo acontece com a Alvina, deus que me perdoe, eu fico com uma mão na frente e outra atrás, além do que, se a Alvina vai de novo pro hospital, eu não posso nem cuidar dela, não tenho direito de entrar no quarto, porque tem sempre uma fila de parente que aparece quando um velho se hospitaliza, deus me livre, parecem varejeiras na merda, nossa pergunta, filha, é se tu pode ser nossa testemunha. Não é bem casamento, é uma união estável (Polesso, 2015, p. 191).

Depois de estarem juntas silenciosamente por um período tão longo de tempo, escolhem unir suas vidas em uma só, mesmo que para isso, tenham enfrentado o

banimento velado há mais de seis décadas, atravessando diversas fases que denegam de seu relacionamento, mostrando que elas são o principal elo de respeito às situações vividas, como também compartilhando momentos bons e ruins sem esmorecer ou desistir de quem escolheram como companhia de vida.

3.2 Literatura e direitos patrimoniais de casais LGBTQIAPN+

A sociedade brasileira, desde que se constituiu enquanto nação, sempre foi um palco de grandes lutas pela sobrevivência e pela conquista dos direitos humanos, marcada por cicatrizes profundas que carrega desde a colonização; esta conhece de perto o significado da palavra subalternização. Após quase quatro séculos de escravização e de uma liberdade frágil e limitada, a sociedade brasileira ainda se vê aprisionada por correntes invisíveis, porém nada frágeis, ancoradas em valores culturais e ideológicos herdados de uma visão colonialista eurocêntrica, branca e patriarcal.

Para a comunidade LGBTQIAPN+, esse cenário de batalhas não é menos árduo. A luta por reconhecimento, legitimidade e direitos civis tem sido uma constante em nosso país, desde o início de sua história, quando ainda ocupava o papel de colônia de Portugal e a homossexualidade aqui era crime previsto em lei. Somente em 1830, de acordo com Menezes (2019), quando já havia se tornado Império, é que ocorrerá a descriminalização das relações homoafetivas e a punição para elas será retirada do Código Penal.

É bem verdade que muitas conquistas foram alcançadas ao longo do tempo pela comunidade LGBTQIAPN+, porém a passos lentos e enfrentando, ainda, todo tipo de violência e discriminação. Graças ao surgimento de grupos organizados do movimento LGBTQ+, as demandas por direitos civis e humanos começaram a se fortalecer e ganhar destaque na sociedade. Conforme destaca Amado (2018), o grupo "Somos - Grupo de Afirmação Homossexual", surgido em 1978, iniciou um movimento cuja abrangência alcançaria o país inteiro, resultando em expressivas vitórias para a causa, como a retirada da homossexualidade do catálogo de doenças pelo Conselho Federal de Medicina em 1985, sendo que, somente em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS), adotaria postura semelhante.

Para que a luta pelos direitos e representatividade da comunidade LGBTQIAPN+ ecoassem no Brasil, ainda que timidamente nos anos 80, é necessário compreender as movimentações antecedentes a esse período, no mundo. Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento LGBT (primariamente conhecido como "GLS") se organizou inicialmente

nos Estados Unidos e na Europa. Essa fase foi pautada por incisivas transformações de cunho social, onde se incluem os movimentos de liberação feminina e estudantil, cuja criação oportunizou o aparecimento de polos ativistas em prol da liberação sexual. Segundo Fraga (2016), em 1969, a criação do “Homophile Movement” nos EUA, profundamente atrelada aos eventos ocorridos no Stonewall Bar, no mesmo ano em Nova York, configura um importante marco para o começo do movimento LGBT.

Ainda segundo Fraga (2016), com a luta pela redemocratização do Brasil, que ganhou força a partir do final da década de 70, bem como concretude operacional no início dos anos 80, a fim de cessar os aparelhos e tecnologias sociopolíticas de repressão da ditadura militar, as primeiras organizações LGBTQIAPN+ começaram a se estruturar. Entre as mais relevantes, é plausível destacar a Somos (Grupo de Afirmação Homossexual). Sua fundação data de 1978, em São Paulo, sendo uma das primeiras instituições que priorizou a defesa dos direitos LGBT no Brasil. Nesse cenário, é crucial situar o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980 por Luís Mott, como a mais antiga associação de defesa dos direitos LGBT ainda em atividade, no país.

No que tange aos direitos de cunho patrimonial de casais LGBTQIAPN+, a partir da criação e estabelecimento dos movimentos em prol dos direitos da categoria, outra batalha ainda estava por vir: fazer com que os cartórios parassem de se recusar a realizar a união estável de casais homoafetivos. Foi necessária, então, a criação de uma nova medida para que a lei fosse cumprida, a Resolução nº 175/2013 do CNJ (Conselho Nacional De Justiça), que obrigava os cartórios a realizarem as celebrações entre pessoas do mesmo sexo.

Filgueira e Fernandes *apud* Tonetto (2014) em seu estudo diz que os direitos são universais e devem ser estabelecidos e aplicados igualmente para todos os cidadãos. Os princípios existem para que todos, independentemente de sexo, cor e idade, possam exigir seus direitos perante o judiciário de maneira justa, igualitária e coerente, buscando a resolução adequada de suas questões conforme suas necessidades.

No entanto, apesar de todas dessas conquistas, é visivelmente perceptível o quanto a violência, o preconceito e a exclusão social ainda são problemas recorrentes, distantes de serem eliminados de nossa sociedade, herança do passado que até hoje fortalece as correntes ideológicas nas quais uma grande parcela da nossa sociedade ainda se vê acorrentada, o que evidencia fortemente a necessidade de implementação de políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

Faz-se urgente, assim como houve uma mudança legal, no âmbito legislativo, uma transformação cultural e ideológica que promova a valorização da diversidade e a inclusão social para que seja possível acabar com o estigma de que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTQIAPN+, fato esse, comprovado por dados estatísticos.

Uma das conquistas mais marcantes obtida pela comunidade LGBTQIAPN+ foi o reconhecimento da união estável. Nesse âmbito, Faro e Pessanha (2014) afirmam que o casamento homoafetivo tem sido um tema gerador de incessantes e relevantes discussões no Brasil, nas últimas décadas. Como direito adquirido, foi instituído em 2011, postulado por meio de julgamento conjunto da ADI¹⁰ 4277 e ADPF¹¹ 132, o Supremo Tribunal Federal fomentou o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo gênero, estabelecendo um marco importante para a aceitação do casamento homoafetivo. No conto, a ilustração da institucionalização legal desse panorama se dá do seguinte modo:

Tu imagina que, além da dor da perda, eu ainda teria que me preocupar com outras questões, imagina que talvez eu tivesse que sair da minha casa porque ela não seria minha? Tu imagina que, se eu morro, a Alvina fica sem pensão, porque é da minha aposentadoria que a gente vive também (Polesso, 2015, p. 192).

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) enunciou a Resolução 175, que determinou os cartórios a realização do casamento civil entre pessoas do mesmo gênero. O Art. 1º da resolução 175 dispõe que “É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo” (Brasil, 2013). Tal providência traz o reconhecimento da união estável homoafetiva como entidade familiar proporcionando a essas famílias segurança patrimonial e familiar, direito que até então, havia sido negado a pessoas com esse tipo de arranjo familiar. Em “As Tias”, as inquietações que motivam a necessidade de estabelecimento de uma união estável, em princípio legal, é evidenciada no seguinte trecho: “Tu imagina tudo isso e pensa que somos duas velhas, e que o que fazem com velho geralmente é jogar pra lá e pra cá como se fossem sacos de entulho, e querida, nós damos trabalho mesmo, então, não é melhor assim? Elas já tinham tudo pensado, eu só poderia aceitar” (Polesso, 2015, p. 192).

¹⁰ Ação Direta de Inconstitucionalidade.

¹¹ Aguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Nesse contexto, o reconhecimento desse tipo de união é de fundamental importância, não apenas por uma questão de representatividade coletiva, mas para que a esses casais sejam garantidos direitos básicos. Entre eles, o de poder integrar o plano de saúde do seu cônjuge, possuir o direito legal de adotar filhos ou registrar filhos biológicos com o sobrenome do casal. Outro pilar importante consiste na garantia da pensão por viuvez, entre outros, que vieram propiciar dignidade a essas famílias, trazendo-lhes reconhecimento e legitimidade perante a sociedade da qual fazem parte e que pagam seus impostos como quaisquer outros cidadãos.

Precedente a atual conjuntura, os direitos de casais homoafetivos, inclusive os de natureza patrimonial e sucessória, tiveram que perpassar empecilhos legais e sociais em busca da legitimação de suas uniões, particularmente no que tange à partilha de bens, pensão alimentícia, herança e inclusão em planos de saúde. Em grande parte das vezes, os direitos relativos a essas questões são vetados devido à ausência de legislação, o que pode gerar estado de vulnerabilidade. Por força de decisão, segundo Faro e Pessanha (2014), o STF sanou essa brecha normativa com a implementação de afirmativa de que "que não existe qualquer causa jurídica que justifique tratamento desigual entre uniões estáveis heteroafetivas e homoafetivas".

Ainda assim, é plausível evidenciar o fato de que, apesar dos avanços legais e constitucionais rumo aos direitos de união homoafetiva, como também de patrimônio e da sucessão do mesmo, continuam existindo, de modo constitucional ou infraconstitucional, lacunas sobre essas questões. De acordo com Queiroz (2008), essas brechas propiciam análises de caráter subjetivo, por parte do julgador. Diversas vezes, este não encontra suporte normativo, mas em ditames morais, religiosos e ideológicos.

Enquanto isso não ocorre, cabe ao Poder Judiciário a árdua tarefa de efetivar esses direitos sob o prisma da alternatividade, já que a inércia do Poder Legislativo, não pode servir de fundamento para se afastar da apreciação de nossos tribunais a pretensão desses —novos sujeitos de direitos, que até então viviam no entorno de uma sociedade cuja principal característica é a totalidade, ou seja, em não reconhecer o outro, o fora da totalidade ou o diferente, aquele subsumido na totalidade, pelo simples fato de não se adequarem em seus arquétipos (Queiroz, 2008, p. 61).

Sobre a especificidade deste item, o Ministro Gilmar Mendes efetuou a seguinte conjectura:

[...] constata-se a ausência de regulamentação normativa específica acerca da união entre pessoas do mesmo sexo e a falta de um modelo institucional mínimo no Brasil, a trazer insegurança jurídica e prejuízos ao reconhecimento de direitos na esfera estatal e no âmbito das relações públicas e privadas. Faltam leis federais e locais que regulamentem satisfatoriamente a matéria e há divergência de posicionamento das administrações públicas dos entes

federativos em acolher ou não pedidos administrativos relacionados à concessão de benefícios ou à proteção de interesses (Mendes *apud* Barroso, 2007, p. 158 – 159).

Devido à falta ainda sentida de direcionamento legal específico aos aspectos patrimoniais de casais homoafetivos, se faz necessária a implementação de normas pontuais sobre as prerrogativas sucessórias dos cônjuges homoafetivos. Desse modo, torna-se possível o usufruto de segurança jurídica, na ocasião do falecimento de um dos integrantes do casal, de forma semelhante aos parceiros heterossexuais, que têm seus direitos preconizados de maneira automática. Quanto ao Princípio de Saisine¹², destaca Jose Afonso da Silva:

A segurança do direito, como visto, é um valor jurídico que exige a positividade do direito, enquanto a segurança jurídica é já uma garantia que decorre dessa positividade. Assim é que o direito constitucional positivo, traduzido na Constituição, é que define os contornos da segurança jurídica da cidadania. Nos termos da Constituição a segurança jurídica pode ser entendida num sentido amplo e num sentido restrito. No primeiro, ela assume o sentido geral de garantia, proteção, estabilidade de situação ou pessoa em vários campos, dependente do adjetivo que a qualifica. Em sentido estrito, a segurança jurídica consiste na garantia de estabilidade e de certeza dos negócios jurídicos, de sorte que as pessoas saibam de antemão que, uma vez envolvidas em determinada relação jurídica, esta se mantém estável, mesmo se modificar a base legal sob a qual se estabeleceu (Queiroz, 2008, p.105).

Mesmo com a evidente urgência de revisão legal e constitucional acerca do tema em foco, o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas possibilitou a esses casais o casamento civil e a proteção patrimonial sucessória, tendo em vista que, antes da sanção desta lei, se um dos cônjuges viesse a falecer, ao outro não lhe cabia qualquer direito sobre o patrimônio que construíram juntos, sendo os herdeiros legais a família do falecido como pode-se observar no filme já acima citado, “Desejo Proibido” (If These Walls Could Talk, EUA, 2000), dirigido por Jane Anderson, Martha Coolidge, Anne Heche, em que diante da morte de uma delas, a outra se vê obrigada a encarar que, diante da lei e dos herdeiros legais, ela não possuía nenhum grau de parentesco com sua companheira.

No entanto, para a lei, um sobrinho distante era o parente mais próximo e único herdeiro de seus bens, obrigando a companheira de sua tia a mudar-se da casa sem direito a nada, nenhum bem, nenhum dos objetos pelos quais possuía uma relação de afeto, tendo em vista que foram fruto da vivência diária, de 30 anos, com sua companheira.

¹² O Princípio de Saisine (ou *droit de saisine*) determina que, no exato momento da morte (*aberta a sucessão*), a posse e a propriedade da herança transmitem-se automaticamente aos herdeiros legítimos e testamentários, independentemente de inventário ou qualquer formalidade imediata. Previsto no art. 1.784 do Código Civil brasileiro, ele evita que o patrimônio fique sem titular.

Quanto à discussão acerca da homoafetividade feminina, é válido destacar que, de forma semelhante à literatura, a figuração da mulher lésbica no cinema, assim como de suas afetividades, mesmo quando conduzida por mulheres, ainda se encontra normativamente arraigada aos padrões cisheteropatriarcais de representação de grupos socialmente minorizados. Nessa conjuntura, na maioria das vezes, um filme com mulheres lésbicas acaba sendo produzido, na maioria das vezes, ele acaba caindo em estereótipos idealizados por uma indústria heterossexual. Muitas vezes, o filme termina com a morte de uma das pessoas do casal ou, delineando a concepção de que a mulher se relaciona com outra mulher por não ter encontrado o “homem adequado”. Dessa forma, a película termina por consolidar o fim das personagens fadado à morte, abandono ou com uma delas se unindo a um homem.

No sentido de abarcar outros corpos subalternizados, pertencentes a um amplo e heterogêneo cinema de mulheres, teóricas cinematográficas começam progressivamente a denunciar outras ausências, a exemplo dos “olhares lésbicos” e do cinema queer (Marques, 2022, p. 351).

Quanto à representação da homoafetividade feminina na velhice, Cunha (2024), aborda que essas mulheres ainda se encontram em situação de invisibilidade na esfera das pesquisas acadêmicas. Até porque, os debates sobre lésbicas alcançaram maior proeminência a partir da 1990, enquanto os sobre a velhice, iniciados nos anos 1980, minimizavam as experiências de mulheres idosas lésbicas. Por essa razão, quase não há registros sobre suas perspectivas ou vivências.

No que diz respeito aos estudos sobre envelhecimento da população LGBT que compõem parte do campo, ainda em formação no país, denominado gerontologia LGBT, onde também podem estar inseridos ou se inserir os estudos sobre lésbicas velhas, há uma predominância de pesquisas a respeito da homossexualidade masculina e, mais recentemente, uma ampliação das pesquisas a respeito da população trans, conforme demonstram as revisões realizadas por Carlos Eduardo Henning (2017) e por ele e Guita Grin Debert (2016). Ademais, ainda que apresentem a sigla LGBT, parte destes estudos não fazem qualquer menção às lésbicas e/ou suas especificidades, outros, quando fazem, apresentam-nas junto aos homens homossexuais, como se a experiência da homossexualidade fosse análoga entre lésbicas e homens gays (Henning *apud* Cunha, 2024, p. 16-17).

Essa lacuna acadêmica é confirmada pelo fato de que há poucos estudos sobre mulheres lésbicas em estado de viuvez. Os que existem preconizam o pouco ou nenhum suporte familiar a elas destinado, pois muitas passaram por intensos processos de negligência ou foram sujeitadas a esconder sua sexualidade. Quando havia apoio, ocasionalmente, vinha somente de amigos ou de comunidades LGBTQIAPN+. Arima e Freitas (2017) frisam que, em um processo de viuvez de uma mulher lésbica, o luto está

geralmente destinado à invisibilidade, haja vista que seu relacionamento não encontrava validação ou mesmo referência na sociedade ou ambiente que integrava.

Os lutos desprivilegiados são aqueles experienciados em relacionamentos não legitimados socialmente. É um luto complicado, que envolve a exclusão dos serviços de cuidado especializados, a falta de apoio social, a exclusão dos rituais fúnebres e provocam dificuldades práticas e legais (**Jenkins et al., 2014; Lenhardt, 1997**). Entretanto, revelar a natureza do relacionamento apresenta ganhos e perdas, além de ser arriscado. Os estudos de **Broderick et al. (2008)** e de **Whitman, Cormier e Boyd (2000)**, expõem as consequências de se assumir como lésbica publicamente: sofrimento por perdas inter e intrapessoais, tais como o afastamento da família, da religião e de grupos étnicos (Arima e Feritas, 2017, p. 27).

Direcionando a reflexão para o âmbito legal brasileiro, é coerente afirmar que a promulgação da Constituição Federal de 1988, consonante com vários movimentos por lutas sociais no Brasil, entre eles os engajados pelos grupos ativistas pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, em seu artigo 5º, assegura a igualdade de todos perante a lei. No entanto, quando se trata da comunidade especificamente desse grupo social, nem sempre há o devido respeito a essa premissa.

Pereira (2017) evidencia que, somente a partir da década de 1990, os movimentos LGBT passaram a canalizar suas diligências especialmente para a conquista de direitos legais e sociais. Isso abarcou uma série de lutas pela igualdade de direitos, englobando iniciativas como a descriminalização da homossexualidade e a aprovação de leis de proteção contra a discriminação em instâncias diversas.

Um dos grandes avanços nas conquistas dos direitos dos LGBTQIAPN+ foi a equiparação do crime de homofobia ao crime de racismo, garantindo punições mais graves a quem cometer esse tipo de crime. Isso mostra à sociedade como um todo o quanto o papel das políticas públicas é fundamental para a promoção de igualdade e para garantir a proteção contra a discriminação, a violência e a exclusão, assegurando a essas pessoas o direito de gozar de sua liberdade e autonomia, independentemente de como essa pessoa se identifique em relação ao seu gênero ou sua orientação sexual.

Ao pesquisar sobre a sexualidade e o desejo em casais de idosos, entre os quais uniões homoafetivas femininas, Goldenberg (2015 p. 128) revela que os integrantes de seu universo amostral apontavam como “perigos de um casamento a rotina, o cotidiano, a burocratização, a mesmice, a certeza de possuir o outro, a segurança que leva à morte do desejo”. As participantes lésbicas desta pesquisa evidenciaram a abertura para novas vivências amorosas e/ou sexuais, seja em um relacionamento estável ou em possíveis encontros.

Nesse resultado, fica notório que os tabus relativos à sexualidade na velhice, direta ou indiretamente presente nas figurações sociais, não engloba o debate sobre as transgressões sexuais na velhice como também os novos engendramentos e sua manutenção, em nível de relações amorosas e/ou sexuais de ou entre idosos. As participantes desta pesquisa, ao contarem suas vivências e afirmando sua representação identitária como idosas lésbicas, contribuem massivamente com a visibilidade das subversões sexuais e identitárias na velhice, quando se desviam do que é imposto socialmente como normal, mostrando-se como uma mulher que deseja (e/ou ama) outra mulher, quebrando as cristalizações sociais acerca dos significados de uma relação amorosa/sexual, tomando como ponto de partida a construção heteronormativa do que venha a ser amor ou sexo.

A família tradicional brasileira, categorização conservadora significativamente presente no seio da sociedade, já não existe mais nos moldes convencionais tais quais como a conhecemos. São inúmeros os arranjos familiares atuais, não somente por causa da união entre pessoas do mesmo sexo, mas também pelo número de mulheres que criam seus filhos sem a presença do pai, em que a mulher ocupa a posição de coluna vertebral da família desempenhando sozinha o papel de pai e mãe, ou famílias em que são os avós quem criam seus netos, ou uma tia ou tio quem cria seus sobrinhos etc. são muitas as possibilidades de novas constituições familiares. Desse modo, não seria propriamente uma afirmação desprovida de sentido ou inteiramente equivocada sustentar que a chamada "família tradicional brasileira" talvez exista mais como ideal normativo ou construção discursiva do que como realidade empírica generalizada, na medida em que convivem, no tecido social contemporâneo, múltiplas e diversas expressões de parentalidade, arranjos familiares e configurações afetivas que escapam ao modelo hegemônico.

Com a propagação do fundamentalismo religioso e do conservadorismo que o Brasil vem demonstrando nos últimos tempos, o casamento homoafetivo tem enfrentado muitas dificuldades, pois mesmo com os avanços legais no âmbito legislativo, o preconceito e a repulsa social ainda são um dos maiores problemas que essas famílias precisam superar em seu cotidiano. A religião desempenha um papel significativo e de muita relevância para a não aceitação do casamento homoafetivo em nossa sociedade, pois é amparada nos dogmas religiosos que a igreja, seja católica ou protestante, se recusa a aceitar que esse tipo de união seja legitimada e naturalizada.

Mais uma vez a sociedade se vê diante da força e da potência das amarras invisíveis do preconceito e da intolerância com o que é diferente e, diante disso, percebe-se dolorosamente que a colonização ainda não acabou, por isso o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo e dessas novas possibilidades de arranjos familiares é de suma importância para que, através da lei, essas pessoas recebam a devida proteção e a garantia de direitos que lhes são assegurados pela Constituição e pelo Direito de Família, apesar de toda resistência apresentada por grande parte da sociedade brasileira.

Em nível documental, vale destacar que, em 2023, o Brasil registrou 11.022 casamentos entre pessoas do mesmo gênero, o que apontou para a consolidação de um maior número desde a publicação da Resolução nº 175 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, que garantiu o direito ao casamento civil para a população LGBTQIAPN+ (IBGE, 2024). Esse marco reflete não apenas a evolução jurídica em termos de reconhecimento de direitos, mas também o avanço da conscientização e aceitação social da diversidade no país.

O processo de luta pela garantia desses direitos é constante e, espera-se que não seja permanente, pois essa ainda não é uma vitória consolidada no sentido de que a legislação brasileira ainda não estabeleceu o casamento homoafetivo como um direito expresso no Código Civil, colocando em risco essa conquista, podendo ser um direito que se pode perder a qualquer momento, o que torna a decisão do STF e a Resolução do CNJ os principais pilares de sustentação desse direito. É de extrema importância e de caráter urgente a consolidação do casamento homoafetivo no Código Civil Brasileiro para que não haja retrocessos. Para este fim, a deputada Erika Hilton, relatora do projeto de lei 580/2007, busca através deste, incorporar o casamento igualitário na legislação de forma definitiva.

Em uma pesquisa realizada pelo IBGE, em 2024, constatou-se que 60% dos casamentos homoafetivos realizados foram de uniões formadas por mulheres. Isso reflete a busca dessas mulheres por legitimidade familiar e garantia de seus direitos, provando que, na sociedade contemporânea, as estruturas familiares existentes são plurais e não se limitam a apenas um modelo único e tradicional que a sociedade ainda procura impor. Essa busca por reconhecimento contribui para que essas famílias (r) existam numa sociedade que busca mais igualdade e em que a justiça social se faça presente de forma mais eficaz.

Segundo Lôbo (2011), em nível familiar, não há diferença jurídica entre a união heteroaferiva e a homoafetiva, ressaltando que esse reconhecimento é uma consequência do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição. Na visão do autor, o direito de família deve garantir a proteção das múltiplas formas de convivência familiar, ancorado no respeito, na autonomia e na afetividade dos indivíduos. Essa perspectiva amplia o conceito de família, rompendo com a visão tradicionalista e limitada, incorporando as demandas de inclusão e igualdade.

Um dos grandes desafios enfrentados pelas famílias e pela comunidade LGBTQIAPN+ ainda reside no campo social/cultural. No âmbito jurídico, no que diz respeito à criação e aprovação de leis e medidas que garantam os direitos constitucionais dessas pessoas, o país já avançou consideravelmente. Entretanto, é no campo social/cultural que está o sangramento que ainda precisa ser estancado. No que se refere ao preconceito, à exclusão e à negação dessas famílias ainda se tem muito a evoluir. Essa distância entre os avanços jurídicos e a inclusão social precisa ser diminuída para que essas conquistas não fiquem apenas como garantia de direitos, mas que sejam percebidas na sociedade como transformação social, promovendo assim, o respeito às diferenças e a inclusão.

Assim como a comunidade LGBTQIAPN+, as pessoas idosas também enfrentam uma série de dificuldades em nosso país. E se essas pessoas forem mulheres idosas e lésbicas, a batalha se estabelece em dose dupla. Em âmbitos sociais diversos ao redor do mundo, a velhice não é vista com bons olhos, sendo categorizada como sinônimo de decadência, de incapacidade e de falta de produtividade. Apesar de a população brasileira estar envelhecendo substancialmente, o país parece não estar preparado para esse fato, nem economicamente nem culturalmente falando. A parcela de pessoas idosas, em nível de concepção sociopolítica de cunho capitalista, gera ônus aos cofres públicos e não mais produz para a reposição desses gastos, tendo em vista que, é bem verdade, já contribuíram por toda a vida com o sistema econômico de seu país.

No âmbito cultural contemporâneo, alicerçado no valor do indivíduo sendo mensurado de acordo com sua capacidade de produzir, a sociedade parece não saber lidar com o envelhecimento dos corpos, principalmente o das mulheres, vítimas constantes da objetificação de sua corporeidade e juventude, que são cobradas de múltiplas formas pelo seu envelhecimento. Sobre o capitalismo enquanto instrumento socioeconômico de subalternização, Lugones afirma:

Os elementos que constituem o modo de poder global, eurocêntrico e capitalista não se separam e nenhum deles é anterior aos processos que constituem os seus padrões. Na verdade, a representação mítica desses elementos enquanto metafisicamente anteriores, é um aspecto importante do modelo cognitivo do capitalismo global e eurocêntrico (Lugones, 2007, p. 190).

Em um mundo marcado pelo modo capitalista de produção e, conseqüentemente, de existência, envelhecer é um grande desafio para as mulheres, principalmente as lésbicas, mas precisa ser encarado de forma natural, como um processo de transformação do corpo e da mente e não como um produto que o capitalismo convence a descartar quando está velho e trocar por outro. A ideia de envelhecer, geralmente, não é agradável, pois este pode ser um processo massacrante e cruel numa sociedade misógina e patriarcalista como a nossa. Sabendo que a misoginia não nasceu na sociedade moderna, percebe-se que o enfretamento das mulheres a esse sentimento de ódio, repulsa e preconceito, apenas pelo fato de serem mulheres, é algo antigo, que nossa sociedade cultiva há muitos séculos e que, infelizmente, está mais vivo do que nunca na sociedade contemporânea.

Para as mulheres idosas o processo de violência sobre seus corpos é ainda pior, pois enquanto a jovem vê o seu corpo ser objetificado e tratado, muitas vezes, como uma mercadoria, a mulher idosa, hétero ou lésbica, se depara com o estigma de que o seu já não tem valor. Portanto, nasce dessas questões a urgência da pontualidade legal relativa aos direitos patrimoniais e sucessórios ilustrada em “As Tias”. Quanto ao contato entre diferentes gerações em que a homoafetividade é o centro do diálogo entre Leci, Alvina e sua sobrinha sobre o relacionamento das tias, tal eixo (a diferença entre pontos de vista de gerações adversas sobre relacionamentos e sexualidade), também será pauta narrativa em “Vó, a Senhora é Lésbica?”.

CAPÍTULO IV: O CONFLITO GERACIONAL COMO ESPELHO DE ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA EM “VÓ, A SENHORA É LÉSBICA?”

Na literatura, em nível de figurações de diferentes contextos históricos e sociais, relações intergeracionais consistem no estabelecimento de círculos de convivência que ocorrem entre gerações. Nesse âmbito, Borges e Magalhães (2011) expõem que o conceito de geração não se limita à sucessão cronológica entre pais e filhos, mas compreende um campo de tensões no qual indivíduos que compartilham um mesmo

espaço familiar e, por vezes, traços de personalidade, hábitos ou preferências íntimas semelhantes, desenvolvem posturas adversas em relação a esses elementos comuns em função das distintas experiências históricas e sociais que marcam sua formação.

No conto "Vó, a Senhora é Lésbica?", essa dinâmica se materializa precisamente: avó e neta compartilham a homoafetividade como traço íntimo comum, mas enquanto a personagem mais velha, forjada em um contexto de silêncio e resistência silenciosa, afirma sua identidade com serenidade diante da família, a mais jovem, imersa em contradições contemporâneas entre discursos de liberdade e práticas sociais ainda coercitivas, vive sua sexualidade de forma reprimida e paralisada (no âmbito familiar) pelo medo do julgamento alheio. Nessa conjuntura, as autoras destacam que:

[...] pertencer a uma geração é como pertencer a uma classe social. Da mesma forma que aqueles que ocupam um mesmo segmento na sociedade compartilham de valores, afinidades, visões de mundo, etc., as pessoas que fazem parte de uma mesma geração também estão ligadas umas às outras - mesmo que não o saibam, não o queiram e mesmo sem se conhecer -, mas essa ligação não é dada pela estrutura econômica (Borges; Magalhães, 2011, p. 172).

Nesses termos, pertencer a uma mesma geração implica partilhar referências históricas, culturais e políticas comuns, uma vez que os indivíduos estão imersos em um mesmo período temporal. Compreender o conceito de geração revela-se fundamental para analisar as dinâmicas relacionais, pois é justamente no intercâmbio entre gerações distintas que os sujeitos se constituem. Quando se confrontam pessoas nascidas e formadas em contextos temporais diversos, observa-se um significativo afastamento em seus modos de se portar e interagir. No âmbito familiar, a convivência cotidiana tende a se complexificar à medida em que o tempo avança e as transformações sociais se acumulam, aprofundando os descompassos entre os membros de diferentes idades.

No campo das relações intergeracionais, compreender a centralidade da velhice revela-se indispensável para analisar as dinâmicas que estruturam a família e a sociedade. Os idosos desempenham função crucial como agentes de transmissão de saberes e experiências acumuladas ao longo da vida. Mais do que depositários do passado, os sujeitos mais velhos carregam consigo memórias e valores que os constituem, contribuindo ativamente para a preservação dos vínculos culturais, sociais e familiares. Nesse processo, a memória opera não como resgate passivo, mas como construção ativa: "[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideais de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho" (Bosi, 2023, p. 57). Desse modo, o idoso não apenas recorda, mas ressignifica

sua trajetória à luz do presente, estabelecendo pontes entre gerações por meio desse labor contínuo de reconstrução da experiência.

A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (Bosi, 2023, p. 85).

Na direção contextual do conto em análise, é plausível evocar investigações acadêmicas que indicam a convivência regular entre avós e netos como agente intensificador dos benefícios recíprocos desse vínculo, favorecendo a construção de laços mais densos e substanciais (Oliveira, Vianna & Cárdenas, 2010). As interações entre gerações caracterizam-se pela multiplicidade de trocas e pelo caráter mutuamente vantajoso: os mais velhos oferecem seu repertório de vivências e saberes acumulados, enquanto os mais jovens introduzem competências ligadas às inovações tecnológicas e às linguagens contemporâneas, configurando-se assim um processo de formação compartilhada e suporte recíproco (Fratezi et al., 2012).

No entanto, mostra-se necessário atentar aos sentidos atribuídos à velhice e o lugar que os idosos efetivamente ocupam na sociedade contemporânea. Conforme assinalam Reis e Facci (2015), o percurso do desenvolvimento humano encontra-se intrinsecamente vinculado às condições materiais da existência, ou seja, constitui-se a partir das experiências que o sujeito vivencia em sua interação com o mundo exterior mediada pela atividade, condição universal e irreversível, uma vez que consiste em processo biológico intrínseco à natureza humana. Independentemente de suas circunstâncias, origens ou realizações, todos estão sujeitos.

Toledo e Santos (2022) observam que, na fase da senescência, opera-se uma descontinuidade entre o indivíduo e os elementos que, até então, estruturavam seu cotidiano, considerando que o trabalho transcende a função de simples provento econômico: é mediante ele que a pessoa organiza sua rotina, estabelece vínculos afetivos, exercita a capacidade criadora e delinea perspectivas futuras. Com a chegada da aposentadoria, instaura-se uma associação recorrente entre velhice e improdutividade, representação que não apenas reforça a lógica do sistema capitalista vigente, mas também impõe desafios à Psicologia, na medida em que esta etapa desenvolvimental tem sido predominantemente abordada sob enfoques biologizantes, os quais negligenciam outras esferas constitutivas da existência humana, comprometendo uma apreensão integral do fenômeno.

No espectro das relações intergeracionais, como também dos seus conflitos, a instituição familiar não permaneceu intocada pelas transformações sociais. Pelo contrário, ao longo do tempo, adquiriu novas configurações que deslocaram o modelo predominante de organização doméstica da família extensa para a de constituição nuclear. Nesse percurso, a família revela seu caráter dinâmico, absorvendo os impactos das mudanças que atravessam as esferas social, política, cultural e econômica. Os avanços tecnológicos igualmente concorrem para a reconfiguração da família no Século XXI, a exemplo do recurso à inseminação artificial como via de constituição parental. Sobre essa questão, Amazonas e Braga (2006) sistematizam alguns dos fenômenos que incidem sobre essas transformações: as alterações demográficas, com destaque para o prolongamento da expectativa de vida; a progressiva e crescente participação feminina no mercado de trabalho; a consolidação do divórcio como prática social; e a emergência de arranjos familiares diversos que escapam ao padrão da família nuclear tradicional.

Conforme apontam De Antoni e Koller (2000), as múltiplas conceituações de família presentes na produção acadêmica ancoram-se em referenciais provenientes da Antropologia, da Sociologia ou da Psicologia. As autoras, ao recuperarem a contribuição de Berenstein (1988), esclarecem que as abordagens antropológicas dirigem seu olhar prioritariamente ao grau e à natureza dos vínculos de parentesco. As perspectivas sociológicas, por sua vez, concentram-se na classificação dos diferentes tipos de organização familiar. Por fim, De Antoni e Koller (2000, p. 348-349) apresentam a ótica psicológica, a qual concebe o grupo familiar essencialmente como uma trama de relações intersubjetivas.

Sob o ponto de vista analítico que contempla o conflito entre diferentes gerações, é fundamental frisar que não há como escapar do envelhecimento, pois para Beauvoir (2018), "mudar é a lei da vida, um certo tipo de mudança que caracteriza o envelhecimento: irreversível e desfavorável, um declínio" (p. 15). No entanto, o que pode ser interpretado como "declínio" adquire diferentes valorações conforme o contexto social em que se manifesta. A maneira como a velhice é vivida e percebida varia entre as sociedades e ao longo do tempo, refletindo crenças, valores e normas culturais específicas de cada época.

4.1 As diferenças que a pergunta revela: homoafetividade feminina e o diálogo geracional em "vó, a senhora é lésbica?"

No conto "Vó, a Senhora é Lésbica?", essa relatividade do envelhecimento ganha contornos particulares: a avó, justamente por ter vivido mais tempo e atravessado décadas de silêncio impositivo, desenvolveu uma postura de serenidade diante da própria identidade que contrasta com a paralisia figurativa da neta.

A experiência acumulada dos anos, que biologicamente poderia ser lida como "declínio", converteu-se, no plano existencial, em ancoragem para uma afirmação mais tranquila de si, revelando que os significados atribuídos à velhice e ao que ela pode ensinar às gerações mais jovens, dependem menos do processo orgânico em si do que das mediações simbólicas e históricas que o atravessam.

No mesmo horizonte de reflexão, Bosi (2023) sustenta que os sentidos e o lugar social conferidos à velhice resultam de uma construção coletiva: "além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem" (p. 77). A autora desloca, nesse contexto, o fenômeno do envelhecimento de um plano estritamente orgânico para o terreno das significações culturais, evidenciando que aquilo que se entende por "declínio" adquire matizes variados conforme o tecido simbólico no qual se inscreve.

O corpo envelhecido, particularmente o feminino, é sistematicamente desvalorizado na medida em que, sob a lógica capitalista, sua associação à improdutividade o destitui de valor social. Essa depreciação adquire contornos ainda mais severos quando incide sobre o corpo feminino em processo de envelhecimento, duplamente marginalizado por gênero e por idade. De acordo com Xavier (2007): "a mulher idosa sofre uma espécie de duplo ostracismo: pelo envelhecimento, que a torna invisível numa sociedade que cultua a juventude, e pelo gênero, numa cultura ainda fortemente marcada pelo patriarcalismo" (p. 85). A autora ainda destaca que:

Se a sociedade industrial em que vivemos marginaliza o idoso em geral, as mulheres sofrem mais os efeitos dessa marginalização, uma vez que a cultura dominante impõe-lhe padrões de beleza e juventude. O corpo, produzido pela mídia, corrobora esses princípios, transformando a vida das mulheres idosas numa eterna frustração (Xavier, 2007, p. 85).

No conto de Polesso (2015), o espanto de Joana ao descobrir que sua avó Clarissa é lésbica parece derivar justamente desse imaginário que torna impensável atribuir a um corpo feminino envelhecido uma existência afetiva e sexual autônoma. A jovem projeta sobre a avó a invisibilidade que a cultura reserva à mulher idosa, de modo que a revelação de sua homossexualidade produz um estranhamento tão profundo quanto aquele

provocado pela metamorfose de Gregor Samsa, narrativa que a própria avó lhe apresentara na infância como ferramenta para compreender a condição daqueles que a sociedade expulsa para suas margens.

Beauvoir (2018), ao examinar a escassez de representações dos sujeitos idosos no campo literário, evidencia a dimensão generificada de suas figurações escassas, bem como de seu apagamento. A filósofa observa que, nas raras ocasiões em que a velhice emerge como tema, o privilégio recai quase exclusivamente sobre figuras masculinas, justamente aqueles que historicamente detiveram maior protagonismo e autoridade discursiva.

Essa ausência de visibilidade atinge de modo particularmente incisivo as mulheres idosas, sobre as quais incide uma dupla marginalização: não apenas sofrem o silenciamento imposto pela idade, mas também aquele historicamente reservado ao gênero feminino, configurando um ostracismo que as torna duas vezes ausentes do imaginário cultural.

A velhice não é, numa certa medida, desvendada senão no seio das classes privilegiadas. Um outro fato salta aos olhos: trata-se aí de um problema de homens. Enquanto experiência pessoal, a velhice concerne tanto a eles quanto às mulheres, e mesmo mais ainda a estas últimas, pois vivem mais tempo. Mas quando se faz da velhice um objeto de especulação, considera-se essencialmente a condição dos machos. Primeiro, porque são eles que se exprimem nos códigos, nas lendas e nos livros; mas sobretudo porque a luta do poder só interessa ao sexo forte. [...] as mulheres jovens e velhas podem até disputar a autoridade na vida privada; na vida pública, seu estatuto é idêntico; são eternas menores. (Beauvoir, 2018, p. 94-95).

Não por acaso, Mirian Goldenberg, ainda que sua obra se dedique centralmente à velhice feminina sem abordar especificamente a homoafetividade, denuncia o fenômeno da invisibilidade que acomete as mulheres com mais de cinquenta anos, associada à escassez de parceiros e à imposição social de uma suposta aposentadoria sexual. Mais do que sofrerem silenciosamente essa exclusão, muitas dessas mulheres passam a operar sobre si mesmas uma verdadeira mutilação simbólica: cortam os cabelos longos, abandonam o biquíni e renunciam a peças como a minissaia, num esforço para escapar do julgamento que uma sociedade excludente reserva àquelas que ousam ocupar o espaço da sensualidade para além da juventude. Sobre a temática, a autora assevera: "a mulher madura aprende que seu corpo deve ser contido, escondido, disciplinado" (Goldenberg, 2013, p. 43). Nessa conjectura, Goldenberg ainda postula que:

Algumas mulheres se excluem do mercado afetivo e sexual em função de se sentirem inadequadas por não corresponderem ao modelo de corpo jovem. É interessante notar que são elas próprias (e não os homens) que se excluem do mercado, especialmente do mercado sexual (Goldenberg, 2013, p. 43).

O envelhecimento, no entanto, emerge do silêncio justamente no momento histórico em que o Brasil se converte em um país que envelhece em ritmo acelerado. Paralelamente, multiplicam-se as estratégias empregadas pelos sujeitos para intervir sobre a própria corporeidade. Intervenções cirúrgicas, aplicações de toxina botulínica, regimes extenuantes de atividade física e preenchimentos com silicone passaram a integrar o repertório de uma verdadeira "indústria corporal", que erigiu o corpo à condição de totem em permanente deslocamento. A invisibilidade que historicamente recobria o corpo ao longo do tempo vem, assim, sendo constantemente recoberta por novas camadas de sentido e intervenção.

Segundo Goldenberg (2013), o corpo tornou-se projeto, empreendimento, obra inacabada que exige investimento contínuo e vigilância incessante. A velhice, nesse contexto, figura como o fracasso anunciado desse projeto, a derrocada do corpo como totem, razão pela qual deve ser combatida, adiada, disfarçada a qualquer custo.

[...] Tenho encontrado muitas mulheres de mais de 60 anos que não aceitam a invisibilidade e exibem seus corpos sem medo do olhar dos outros, sem vergonha das imperfeições e sem procurar a aprovação masculina. Para elas, a maior riqueza de suas vidas é a liberdade que conquistaram. Elas afirmam que foi uma verdadeira libertação conseguir tirar o foco do olhar e da opinião dos outros e passar a priorizar o tempo para o próprio prazer, para seus desejos e vontades (Goldenberg, 2013, p. 46).

As assimetrias que marcam a experiência do envelhecimento tornam-se particularmente evidentes quando se confrontam os corpos masculino e feminino. Entre os homens, a calvície e o abdômen saliente podem conviver, sem contradição, com a imagem daquele que envelhece com charme e vaidade; em ambos os casos, porém, a sociedade reserva-lhes uma mirada comparativamente menos severa. Com as mulheres, ao contrário, opera-se um regime fascista que prescreve modelos rígidos e formas fixas de existência.

A partir sobretudo dos anos 1980, instituiu-se para o feminino o imperativo de converter-se em seres simultaneamente "poderosos", "protetores" e "perfeitos" em corpo e alma. Nesse contexto, o corpo ascende à condição de capital simbólico fundamental, cuja cotação, no entanto, declina visivelmente à medida que a idade avança, diferentemente do que ocorre com o envelhecimento masculino, que pode inclusive agregar valor à imagem do homem.

No conto "Vó, a senhora é lésbica?", a tensão entre as distintas fases da vida feminina (velhice e juventude) constitui o eixo condutor da leitura para uma comparação de ordem geracional. Para além do vínculo familiar que as une, avó e neta encontram-se

igualmente conectadas pela identidade homoafetiva que compartilham. A pergunta que intitula a narrativa, formulada por Joaquim durante um almoço em família, deflagra em Joana um processo de autorreflexão acerca de sua própria experiência e sexualidade.

No instante em que a palavra "lésbica" é pronunciada, a jovem é tomada por tensão e vergonha, antecipando que ela própria se tornará o centro da discussão: "Previ a cena: vó, a senhora é lésbica? Porque a Joana é" (Polesso, 2015, p. 34). O temor de que sua sexualidade venha a público, contudo, arrefece parcialmente quando Joana desloca o foco de sua preocupação para a história que começa a entrever na trajetória da avó. O desenvolvimento da cena, conduzido pela curiosidade de Joaquim e pelo reforço da pergunta por Beatriz, "o que é lésbica?", produz em Joana reações ambivalentes: a serenidade com que a avó acolhe o questionamento contrasta vividamente com a postura defensiva que ela mesma adota em relação à própria homoafetividade, evidenciando a distância geracional que separa duas formas de habitar a mesma identidade.

Clarissa, professora de História aposentada, habitava um universo cercado por "livros, atlas, guias, fitas VHS com documentários, revistas, papéis, tudo" (Polesso, 2015, p. 35), e foi justamente esse ambiente letrado que forjou os alicerces de sua relação com Joana. Entre avó e neta estabeleceu-se um vínculo ancorado no interesse compartilhado pela leitura: Joana encantava-se ao ouvir as narrativas que a avó tecia a partir dos livros e revelava-se capaz de recontá-las com notável precisão.

Quando um imprevisto com a babá transferiu os netos para os cuidados de Clarissa, esta passou a exercer em tempo integral a função que socialmente se atribui às avós no sistema familiar: a de provedora de cuidado e suporte, extensivo tanto aos filhos quanto aos netos. As representações correntes, sobretudo na literatura infantil, consagram a imagem da avó como uma "senhorinha" cuja existência se esgota na preocupação com o bem-estar da família, como se sua própria subjetividade devesse permanecer em segundo plano, apagada em favor da dedicação aos seus. É precisamente contra esse pano de fundo de apagamento que a figura de Clarissa se destaca. Sua serenidade ao afirmar a própria identidade homoafetiva diante da família não representa uma ruptura com o papel de avó cuidadora, mas sim a revelação de que, sob a superfície da "senhorinha" dedicada, sempre existiu uma mulher com história, desejos e afetos próprios, algo que a neta, imersa em suas próprias contradições, apenas começa a entrever.

[...] — E onde você ouviu isso sobre eu ser lésbica?
 — Ouvi o pai e a mãe falando.
 — Ah.

[...] — Sim — disse.

Joaquim começou a rir e Beatriz apenas o seguiu no riso.
 — Joana, quer me perguntar algo?
 — A tia Carolina vem aqui hoje? — a pergunta saiu toda errada, mas
 minha vó compreendeu (Polesso, 2015, p. 39).

Enquanto Joana mergulha em suas próprias reflexões sobre o relacionamento atual com Taís, sobre o percurso ainda incerto de descoberta e aceitação de sua sexualidade, e sobre as memórias da infância partilhadas com a avó, um novo elemento irrompe em sua narrativa interior: a figura de tia Carolina. A lembrança não surge por acaso; emerge associada à imagem de Clarissa, como se a neta, ao tentar compreender a serenidade com que a avó enfrenta a pergunta sobre sua identidade, começasse a vislumbrar fragmentos de uma história até então silenciada.

Joana recorda-se de ter visto, em algum momento, a boca de sua avó e a boca de tia Carolina se tocando, "apesar de todos os impedimentos", imagem fugaz que agora adquire novo significado. Tia Carolina, personagem até então periférica em suas lembranças, revela-se peça fundamental para decifrar a trama afetiva que a avó construiu às margens da visibilidade, em uma época em que o preço da existência lésbica era o mais absoluto silêncio. Ao evocar Carolina, Joana não apenas acrescenta um nome à história: começa a compreender que a velha professora de História, cercada de livros e saberes, sempre foi também autora de uma história própria, escrita nas entrelinhas do cotidiano familiar, aguardando o momento em que alguém se dispusesse a lê-la.

Por volta das quinze horas, minha avó punha uma mesa de chá. As xícaras com flores azuis, o jogo de porcelana, os talheres de prata, bandeja. Um pouco depois do almoço, ela nos deixava sozinhos e ia até a padaria. Voltava em vinte minutos com uma caixa de delícias que sempre nos fazia muito curiosos. quinze e pouco chegava a tia Carolina. Minha avó ficava radiante. (Polesso, 2015, p. 38).

Carolina revela-se, na memória que Joana agora reconstrói, uma presença tão constante quanto discreta na vida de Clarissa. Mesmo durante o período em que a avó assumiu integralmente os cuidados com os netos, Carolina continuava a frequentar a casa, e as duas mantinham um ritual diário de encontro que, aos olhos das crianças, poderia passar despercebido como mera amizade duradoura. Clarissa, com a descrição que a vida lhe ensinara, fazia o possível para preservar aquele espaço de intimidade, ainda que a presença dos netos durante as tardes impusesse limites e exigisse permanente vigilância sobre gestos e palavras. Em dado momento, contudo, algo se rompeu. Joana recorda-se vagamente de uma mudança no humor da avó, uma tristeza difusa que na época não soube nomear, mas que agora retorna à memória carregada de novos sentidos.

Foi necessário, inevitável, atravessar sua própria experiência com Taís: as negociações silenciosas, os medos, a alegria e também a possibilidade da perda, para que Joana pudesse, enfim, decifrar os sinais que, na infância, lhe escapavam. O afastamento de Carolina, a dor que escureceu o olhar da avó, e posteriormente seu retorno, com a luz que voltou a iluminar a casa, compõem, agora, uma narrativa inteligível, a história de um amor lésbico vivido à margem, com a descrição que a época exigia, mas nem por isso menos real ou menos profundo. Ao compreender a avó, Joana compreende também algo sobre si mesma, como também acerca das diferentes estratégias que cada geração desenvolve para existir.

A frase, simples e direta, carrega o peso de uma revelação que é também autodescoberta: ao nomear a avó, Joana coloca a si mesma em semelhante movimento. Se antes o medo de ser descoberta a paralisava, agora a serenidade com que a avó sempre viveu sua verdade (ainda que nos interstícios do silêncio) oferece à neta uma outra possibilidade de existência. Quinze anos depois, Joana não apenas compreende a história de Clarissa, mas começa a entrever que a velha professora, ao ensinar-lhe desde cedo a ler histórias, preparava o terreno para que a neta pudesse, um dia, ler também a história das mulheres que amam mulheres, inclusive a sua própria.

Quando a pergunta de Joaquim atravessa o ar do almoço familiar, Clarissa não vacila. O que para Joana soa como ameaça de exposição, para a avó configura-se como oportunidade inédita: depois de uma vida inteira de silêncio no ambiente doméstico, eis que alguém, ainda que sem plena consciência do que perguntava, lhe oferece a chance de tomar as rédeas da própria narrativa. Clarissa, que sempre soube tecer histórias para encantar os netos, descobre que chegou o momento de narrar a história que durante décadas permaneceu confinada aos interstícios do não-dito. "Minha vó foi contando toda a história, e ela era muito boa em contar histórias" (Polesso, 2015, p. 40).

A observação de Joana revela o quanto a habilidade, que antes servia para transportar as crianças para mundos imaginários, agora se volta para a realidade mais íntima da contadora. Ao compartilhar sua própria jornada, Clarissa não apenas se liberta do silêncio, mas também abre uma clareira para que a neta possa, quando se sentir pronta, ocupar seu lugar nessa linhagem de mulheres que amam mulheres. A avó assume assim a posição de sábia, não porque tenha todas as respostas, mas porque sua existência atravessada, vivida entre encontros e desencontros, entre Carolina e o cotidiano familiar, oferece à jovem um testemunho vivo de que é possível viver, ainda que às margens, mesmo que com as marcas do tempo. Enquanto Joana ainda tateia em busca de

compreensão sobre si mesma, a avó já lhe lega, por meio do ato de contar-se, a ferramenta mais preciosa: a certeza de que sua história, quando enfim puder ser narrada, encontrará acolhimento naquela que a precedeu.

Pensei na naturalidade com que Taís e eu levávamos a nossa história. Pensei na minha insegurança de contar isso à minha família, pensei em todos os colegas e professores que já sabiam, fechei os olhos e vi a boca da minha vó e a boca da tia Carolina se tocando, apesar de todos os impedimentos. Eu quis saber mais, eu quis saber tudo, mas não consegui perguntar (Polesso, 2015, p. 41).

Se Clarissa, ao narrar sua história, finalmente rompe o silêncio de décadas e ocupa o lugar de sábia que transmite à neta a possibilidade de uma existência narrada, Joana ainda se encontra em posição adversa. A jovem, embora não tenha revelado sua orientação sexual à família, pôde compartilhá-la com outras pessoas em contextos mais protegidos: a faculdade, o relacionamento com Taís e os círculos afetivos que elegeu. Em alguma medida, ela experimenta uma liberdade que a avó não conheceu: pode expressar sua sexualidade sem o peso da clandestinidade absoluta que marcou a geração de Clarissa, para quem viver o amor por Carolina exigiu a descrição como condição de possibilidade.

No entanto, essa mesma liberdade, conquistada socialmente, não a livra da paralisia diante da família: se a avó enfrentou os desafios de sua época com a resistência silenciosa de quem aprendeu a existir nas brechas, Joana, imersa nas contradições do presente, vê-se tomada pela vergonha ali onde a avó exibe serenidade. O conto, dessa maneira, articula duas tensões que, embora situadas em diferentes fases da vida de mulheres homoafetivas, velhice e juventude, convergem para um propósito comum: a comparação geracional como chave de leitura para compreender como cada época forja estratégias distintas de lidar com a mesma identidade.

Para além do laço de parentesco que as une, avó e neta encontram-se conectadas precisamente por essa identidade homoafetiva compartilhada, mas é justamente nesse traço em comum que o abismo se revela: Clarissa, que viveu sob o regime do silêncio, aprendeu a construir uma fortaleza interior que lhe permite afirmar-se com tranquilidade; Joana, que supostamente dispõe de mais liberdade, permanece refém do medo de ser vista, nomeada, delatada. O conflito geracional, longe de se reduzir a uma oposição entre passado opressor e presente libertador, expõe a complexidade de duas formas de habitar o mundo: uma forjada na resistência silenciosa, outra ainda aturdida diante da possibilidade, sempre adiada, de existir plenamente.

4.2 Joana e Clarissa: estranhamento e maturidade na percepção de si

Como já apontado em capítulos anteriores da presente pesquisa, a presença de vivências homoafetivas na velhice não representa, por si só, uma inflexão inédita no conjunto da obra de Natália Borges Polezzo, uma vez que a autora insere personagens dissidentes em praticamente todos os contos que compõem *Amora*, abrangendo um espectro etário que vai da infância à maturidade. O gesto singular da escritora, no conto aqui analisado, reside antes no deslocamento operado: ao situar uma protagonista idosa precisamente no lugar social da avó, figura cristalizada no imaginário familiar como depositária da tradição, guardiã dos valores e provedora de cuidado assexuado, Polezzo não apenas constrói, mas sobretudo desconstrói as camadas de sentido que historicamente recobrem essa personagem. O estranhamento que daí emerge constitui exatamente o núcleo da questão.

Esse estranhamento inicial, contudo, não se esgota em si mesmo; ele funciona como sintoma de um descompasso mais profundo entre o que se espera da velhice feminina e o que ela pode efetivamente conter. É precisamente nesse hiato que se inscreve o conflito geracional entre Clarissa e Joana. Se a avó, ao revelar sua sexualidade com serenidade, desafia o imaginário que a confinava à assexualidade e ao apagamento de seus afetos, a neta, por sua vez, vive sua homoafetividade sob o signo da vergonha e do segredo, ainda que em uma época supostamente mais permissiva.

O desconforto provocado pela figura da avó lésbica, portanto, não afeta apenas o leitor/leitora ou a família representada no conto; ele alcança também a própria Joana, que se vê confrontada com a tarefa de reconciliar a imagem da avó cuidadosa e sábia com a mulher que amou Carolina às margens da visibilidade. Ao fazê-lo, a jovem é obrigada a revisitar suas próprias concepções sobre o que significa envelhecer, amar e existir enquanto lésbica, bem como a perceber que a serenidade da avó, longe de ser um dado natural, é antes o resultado de uma longa negociação entre o desejo e o silêncio, entre o afeto e os "impedimentos" que marcaram sua geração.

Esse incômodo, longe de ser casual ou meramente estético, encontra suas raízes na heteronormatividade e na heterossexualidade compulsória que estruturam as sociedades ocidentais contemporâneas, produzindo sistemas reguladores cujo êxito reside precisamente em sua capacidade de se apresentarem como naturais, inquestionáveis, universais. Tais sistemas operam de modo particularmente eficaz sobre figuras femininas investidas de funções familiares específicas: mães e avós são romantizadas justamente na

medida em que sua existência é imaginada como inteiramente dedicada à reprodução (biológica ou simbólica) da ordem estabelecida, esvaziando-se assim qualquer possibilidade de que possam abrigar desejos dissidentes.

Para explicar melhor os mecanismos que sustentam essa operação, recorre-se ao livro *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*, de Richard Miskolci. O autor discute ambos os termos mencionados, definindo a heteronormatividade como uma "ordem sexual do presente" (Miskolci, 2012, p. 15), estrutura que organiza socialmente um sistema considerado tão natural e inerente a qualquer ser humano que chega a parecer invisível em sua onipresença.

Dessa ordem, derivam instituições de poder reguladoras: a família, o casamento, a reprodução, o etarismo, cuja função é normalizar condutas, hierarquizar existências e silenciar aquelas que escapam ao modelo prescrito. Essa perspectiva atinge inclusive os indivíduos dissidentes, afinal, eles estão inseridos nessa mesma ordem social e, em alguma medida, a internalizam. É precisamente o que ocorre com Joana: ainda que viva um relacionamento com Taís e frequente espaços onde sua orientação sexual pode ser expressa com relativa liberdade, a jovem permanece capturada pela vergonha no momento em que a palavra "lésbica" ressoa, no ambiente familiar.

A ordem heteronormativa, que romantiza a avó como figura assexuada e dedicada ao cuidado, produz também na neta o medo de ser vista, nomeada, exposta, medo que Clarissa, paradoxalmente, já não parece experimentar. Se a avó, forjada em uma época em que a dissidência sequer podia ser nomeada, aprendeu a construir para si um lugar de serenidade à margem da visibilidade, Joana, imersa nas contradições de um presente que promete liberdade, mas ainda pune a diferença, vê-se paralisada justamente onde deveria poder afirmar-se. O conflito geracional, assim, revela-se também como conflito entre diferentes modos de negociar com a mesma ordem reguladora: a resistência silenciosa de uma e o aturdimento exposto da outra são, cada uma a seu modo, respostas possíveis e profundamente geracionais à heteronormatividade que a ambas atravessa.

A heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, - mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo de heterossexualidade em sua vida. Gays e lésbicas normalizados, que aderem a um padrão heterossexual, também podem ser agentes da heteronormatividade. Não por acaso, violências atualmente chamadas de homofobia não se dirigem igualmente a todos/as os/a homossexuais, mas, antes, muito mais frequentemente a quem não segue esse padrão. Nesse sentido, quer sejam heterossexuais ou homossexuais, todos podem ser normalizados e preconceituosos com o Outro, aquele que vive, se comporta ou pensa diferentemente. (Miskolci, 2012, p.15).

É exatamente nessa lógica, que naturaliza a heterossexualidade como destino presumido de todo sujeito, que se inscrevem tanto Joana quanto sua avó Clarissa. A avó, como já apontado anteriormente, ocupa uma posição social que carrega consigo a presunção automática da heterossexualidade: a figura da avó, no imaginário estruturado pela heteronormatividade, não apenas deve ser assexuada, mas também, por definição, heterossexualmente orientada, quando se admite que possa ter orientação sexual alguma. Essa mesma presunção, contudo, também alcança Joana, ainda que por vias diversas: a jovem receia precisamente a "saída do armário" para sua família na totalidade, não porque ignore sua própria identidade, mas porque sabe que, ao revelá-la, estará rompendo com o pacto silencioso que mantém a ordem familiar funcionando sob a aparência da normalidade.

O que há de mais revelador nessa dinâmica, porém, é o que se passa mais de quinze anos depois dos acontecimentos narrados. Joana, ao revisitar as memórias da homoafetividade vivida às margens da visibilidade. Joana só pode ver Clarissa porque aprendeu, em sua própria trajetória, a reconhecer os sinais de uma existência dissidente.

O conflito geracional, assim, adquire nova camada. Se a avó viveu seu amor sob o regime do silêncio e da discrição, a neta, mesmo dispondo de mais liberdade nominal, só consegue acessar essa história porque sua própria vivência lésbica lhe fornece as chaves de leitura que antes lhe faltavam. Entre a serenidade de uma e a vergonha da outra, entre o silêncio de Clarissa e o medo de Joana, estabelece-se não uma oposição simples, mas uma complexa teia de identificações e distanciamentos que revela como cada geração negocia, a seu modo, com a mesma ordem heteronormativa, e como o reconhecimento da diferença pode emergir justamente do lugar mais inesperado: a memória da infância, onde tudo começou.

Depois que a nossa babá foi demitida por causa do episódio do fogão a lenha e metade da cozinha foi incendiada, nós começamos a passar as tardes com a nossa avó. Ela e tia Carolina. Por volta das quinze horas, minha avó punha uma mesa de chá. As xícaras com flores azuis, o jogo de porcelana, os talheres de prata, bandeja. Um pouco depois do almoço, ela nos deixava sozinhos e ia até a padaria. Voltava em vinte minutos com uma caixa de delícias que sempre nos fazia muito curiosos. Quinze e pouco chegava a tia Carolina. Minha avó ficava radiante (Polesso, 2023, p. 54).

Como apontado por Rich (2010), a heterossexualidade funciona como um dispositivo de compulsão que se impõe não apenas às mulheres heterossexuais, mas aos corpos femininos inseridos em uma ordem que naturaliza a atração pelo sexo oposto como destino inevitável. Desse modo, a heterossexualidade compulsória opera silenciosamente,

dispensando qualquer necessidade de afirmação. Ela é o pressuposto, o fundo sobre o qual todas as existências se recortam.

O efeito perverso desse mecanismo é que, para os corpos dissidentes, torna-se necessário, em algum momento da vida, interromper o silêncio e afirmar-se como aquilo que a norma não prevê: “sair do armário”, na expressão consagrada, como se a condição natural fosse a clausura e a liberdade exigisse um ato declaratório. É exatamente o que se observa na narrativa com ambas as personagens, embora de modos distintos.

Quando Joaquim, com a curiosidade irrefletida de quem ainda não aprendeu completamente as regras do jogo social, pergunta à avó sobre sua sexualidade, Clarissa vê-se diante da oportunidade (ou da necessidade) de assumir-se para os netos, afirmando-se publicamente como mulher dissidente depois de uma vida inteira de silêncio no ambiente familiar.

Sedgwick (2007), em seu texto *A epistemologia do armário*, desenvolve a tese de que o “armário” não se limita a ser uma metáfora circunscrita à experiência de gays e lésbicas, mas funciona como um dispositivo regulador mais amplo, cujo alcance se estende também aos indivíduos heterossexuais, na medida em que lhes assegura privilégios de visibilidade e a manutenção de sua posição hegemônica.

O armário, nessa perspectiva, não é apenas o lugar onde certas existências são confinadas; é também o mecanismo que produz a própria distinção entre o que pode ser dito e o que deve permanecer silenciado, entre quem pode ocupar o espaço público sem precisar declarar-se e quem, para nele ingressar, precisa romper com a presunção de normalidade que o recobre. Esse ponto revela-se particularmente fecundo quando observamos a dinâmica que envolve a revelação da avó e a percepção de Joana no conto de Polesso.

A narrativa da sexualidade de Clarissa não é entregue de uma só vez; ao contrário, ela emerge rodeada de mistério, descamada parte a parte, como quem desvela lentamente um segredo que sempre esteve ali, mas cuja inteligibilidade dependia de um olhar capaz de decifrá-lo. Joana, durante a infância, testemunhou cenas cujo significado lhe escapava, como a presença constante de Carolina, os rituais diários de encontro, a tristeza que se abateu sobre a avó quando algo se rompeu e, depois, a alegria discreta do reencontro. Todos esses fragmentos permaneciam guardados na memória como peças de um quebra-cabeça cuja imagem final ela desconhecia.

É somente quando sua própria experiência lésbica lhe fornece as chaves de leitura adequadas quando ela própria já habitou, de algum modo, as bordas do armário que Joana

pode, retrospectivamente, organizar as lembranças em uma narrativa coerente e reconhecer que a avó sempre fora lésbica. O dispositivo do armário, assim, opera de modo diferencial sobre as duas gerações. Clarissa aprendeu a viver seu amor por Carolina nos interstícios do silêncio, construindo para si uma existência que, embora invisível aos olhos dos netos, era plena de sentido e afeto.

Joana, por sua vez, cresceu em um contexto que, ao menos nominalmente, oferece mais possibilidades de expressão para a diversidade sexual, mas nem por isso escapa à regulação do armário: sua vergonha diante da pergunta de Joaquim, seu medo de ser delatada, sua paralisia ali onde a avó exhibe serenidade — tudo isso atesta que a ordem heteronormativa continua a produzir efeitos, ainda que sob novas roupagens. O conflito geracional, portanto, não opõe simplesmente uma geração oprimida a uma geração liberta; antes, revela como cada época negocia com o dispositivo do armário de modo distinto, engendrando estratégias específicas de resistência e também formas particulares de sofrimento. A avó precisou aprender a existir no silêncio; a neta precisa aprender a existir apesar do medo. Ambas, porém, compartilham a condição de terem de decifrar, cada uma a seu modo, os mistérios que o armário produz e as possibilidades de rompê-lo.

A tia Carolina trazia, quase sempre, uns olhos de embaraço, agora lembro, os passos incertos, as mãos cheias de anéis que se torciam em si mesmos, os ombros para cima sempre. Parecia que não queria estar ali. Eu me lembro dela porque era muito bonita e porque gostava de imitá-la. Eu achava fascinante como a tia Carolina podia ter o cabelo branco, mas não parecer velha. Minha avó sempre recomendava que não as incomodássemos durante o chá e enchia o nosso quarto de tudo que pudesse nos manter ocupados. Numa tarde dessas, peguei um pouco de talco, joguei na minha cabeça e fui até a cozinha para mostrar meu cabelo branco. Demos um jeito de ficar na cozinha (Polesso, 2015, p. 54-55).

A pergunta, que para Joana soa como ameaça de exposição, para a avó configura-se como a chance de, enfim, ocupar a narrativa de sua própria história. Em contrapartida, ainda que o questionamento não seja dirigido a Joana, a jovem também se sente pressionada, como se a pergunta feita à avó a atravessasse obliquamente, convocando-a a assumir-se ali onde ainda não se sente pronta. Se assumir, para ela, é também uma tarefa inerente à sua condição de mulher lésbica, mas a urgência que sente não encontra eco na serenidade da avó. Enquanto Clarissa acolhe a pergunta como abertura para a narração de si, Joana experimenta o mesmo acontecimento como paralisia. O conflito geracional, assim, revela-se também como conflito entre temporalidades distintas da assunção. A avó, que precisou esconder seu amor por Carolina, pode finalmente narrar-se porque já não

teme o julgamento; a neta, ainda que disponha de uma suposta liberdade, encontra-se aprisionada ao medo de ser arrancada do armário. Uma e outra, porém, confirmam a tese de Rich: a heterossexualidade compulsória exige que os corpos dissidentes, em algum momento, se declarem, seja com a serenidade de quem aprendeu a existir nas margens, seja com a vergonha de quem ainda busca um lugar para existir no centro.

4.3 A diferença geracional na temporalidade dos afetos: vó, a senhora é lésbica?

Ao longo desta análise, evidenciou-se que o conto "Vó, a Senhora é Lésbica?", de Natália Borges Polezzo, opera uma inversão fecunda no tratamento do conflito geracional: não é a avó quem titubeia diante da própria identidade, mas a neta quem se vê paralisada pela vergonha no exato momento em que a palavra "lésbica" atravessa o espaço familiar. O estranhamento provocado pela figura de Clarissa, professora aposentada, cercada de livros e memórias, que acolhe com serenidade a pergunta do neto desestabiliza o imaginário que confina a velhice feminina à assexualidade e ao apagamento de seus afetos. Como observa Barbosa (2022, p. 53), "a construção de uma avó lésbica em Polezzo (2015), a princípio, causa certo estranhamento", sendo exatamente deste que emerge a potência crítica da narrativa: ao revelar que sob o papel socialmente prescrito de avó cuidadosa sempre existiu uma mulher com desejos, história e afetos próprios, Polezzo desloca as expectativas do leitor/leitora e convida a uma releitura das próprias categorias com as quais se apreende a velhice feminina.

A epifania experimentada por Joana que, quinze anos depois dos acontecimentos narrados, finalmente consegue organizar as memórias da infância em uma figura dotada de sentido, constitui o ponto de virada não apenas na compreensão da história da avó, mas também na percepção de si mesma. As visitas constantes de Carolina, os rituais diários de encontro, a tristeza que se abateu sobre Clarissa quando algo se rompeu, e depois a alegria discreta do reencontro: todos esses fragmentos, antes dispersos e incompreensíveis, revelam-se afinal como a tessitura de um amor lésbico vivido às margens da visibilidade, em uma época em que o silêncio era condição de possibilidade para a existência. Joana só pode ver Clarissa porque sua própria trajetória, o relacionamento com Taís, as negociações com o armário e o medo da delação, lhe forneceu as chaves de leitura que antes lhe faltavam.

Como categoria conceitual, a epifania concebida por James Joyce corresponde ao instante de revelação em que um acontecimento aparentemente banal rompe a percepção cotidiana e permite ao sujeito apreender uma verdade profunda acerca de si, do outro ou da realidade. Nos estudos literários, essa categoria analítica passou a designar o momento em que a narrativa desloca o foco da ação externa para a experiência interior das personagens, evidenciando transformações subjetivas nem sempre verbalizadas de maneira explícita. Para Joyce (1963), a epifania consiste em uma manifestação súbita da essência das coisas, surgindo nos gestos, nas palavras ou nas situações mais ordinárias, de modo que o escritor deveria registrar tais instantes com rigor estético. Essa concepção influenciou significativamente a crítica literária contemporânea e encontrou ampla repercussão no Brasil, sobretudo por meio das interpretações desenvolvidas por Olga de Sá e Benedito Nunes, responsáveis por consolidar a epifania como instrumento de análise da ficção moderna e, especialmente, da obra de Clarice Lispector. Como sintetiza Joyce, trata-se de uma "súbita manifestação espiritual (sudden spiritual manifestation)" (Joyce, 1963, p. 211).

No contexto da crítica literária brasileira, Olga de Sá sistematizou a epifania como uma categoria interpretativa capaz de explicar a dinâmica da narrativa clariceana, compreendendo-a como o instante em que a personagem rompe sua percepção habitual do mundo e alcança uma consciência transformadora acerca da própria existência (Sá, 1979). Em diálogo com essa perspectiva, Benedito Nunes observa que a escrita de Clarice Lispector se estrutura a partir desses momentos de revelação interior, nos quais o acontecimento externo funciona apenas como desencadeador de uma intensa experiência de autoconhecimento e de questionamento ontológico (Nunes, 1989). Assim, ambos os críticos foram decisivos para inserir e consolidar, na fortuna crítica brasileira, o conceito joyceano de epifania como categoria analítica dos estudos literários, demonstrando que a força da narrativa moderna reside menos na sucessão dos acontecimentos do que na transformação da consciência das personagens. Nas palavras de Nunes (1989, p. 84), a epifania constitui um "instante privilegiado de revelação", no qual o cotidiano se converte em experiência existencial e estética.

Nesse espectro, a tapeçaria observada pela narradora ultrapassa sua função decorativa e assume uma dimensão simbólica fundamental para a construção narrativa. Composto por fragmentos que se articulam para formar uma imagem maior, ele opera como metáfora da memória e da identidade da avó, cuja trajetória afetiva é reconstruída gradualmente pela neta a partir de lembranças, silêncios e descobertas. Conforme

argumenta Hall (2015), as identidades na contemporaneidade são marcadas pela fragmentação e pelo descentramento, deixando de ser fixas e estáveis para se constituírem como processos provisórios e contraditórios, nos quais o sujeito é composto não de uma única, mas de várias identidades, muitas vezes inconciliáveis entre si.

Nesse sentido, ao projetar-se sobre as formas do mosaico, a narradora estabelece uma aproximação entre sua própria experiência e a da avó, transformando-o em um espaço de encontro entre gerações. Como bem sintetiza Dessa forma, a tapeçaria simboliza tanto a multiplicidade das identidades femininas quanto o processo de tornar visível uma subjetividade historicamente marginalizada: a da mulher lésbica na velhice.

Nesse movimento, o conflito geracional revela sua face mais complexa: não se trata de opor uma geração oprimida a uma geração liberta, mas de compreender como cada época forja estratégias distintas de negociação com a mesma ordem heteronormativa. A avó, forjada sob o regime do silêncio, aprendeu a construir uma fortaleza interior que lhe permite afirmar-se com serenidade; a neta, imersa nas contradições de um presente que promete liberdade, mas ainda pune a diferença, permanece refém do medo ali onde deveria poder existir plenamente.

Essa dinâmica intergeracional encontra respaldo nas reflexões de Mannheim (1982, p. 72), para quem "o problema das gerações é importante porque permite compreender como as diferentes camadas da experiência se estratificam no sujeito, produzindo visões de mundo que, embora partilhem elementos comuns, organizam-se segundo temporalidades distintas". No conto, avó e neta compartilham a identidade lésbica, mas essa identidade é vivida em camadas temporais diversas: Clarissa carrega a memória de um amor que precisou ser silenciado; Joana experimenta a urgência de um afeto que ainda não aprendeu a nomear publicamente. É justamente essa estratificação da experiência que permite à neta, retrospectivamente, acessar a história da avó e, ao fazê-lo, acessar também uma possibilidade de existência que até então lhe escapava. A serenidade de Clarissa, longe de ser um dado natural, revela-se como o resultado de uma longa negociação entre o desejo e os "impedimentos" que marcaram sua geração, conforme a própria Joana intui ao recordar a imagem da avó e tia Carolina se tocando "apesar de todos os impedimentos".

Essa negociação, contudo, inscreve-se no que estudiosas da velhice feminina apontam como uma dupla marginalização. Conforme observam Fonseca *et al* (2025, p. 8), "as representações sociais das mulheres idosas estão ancoradas em dificuldades [...] que denunciam que existem particularidades dentro desta experiência pois causa impactos

de maneira diversa e individual". Clarissa, mulher e idosa, experimenta o ostracismo reservado àquelas que envelhecem, mas também a invisibilidade imposta àquelas que amam fora da norma, sendo precisamente dessa dupla condição que emerge sua sabedoria.

O desfecho do conto, em que Clarissa finalmente toma a palavra e narra sua história aos netos, oferece à Joana (e ao leitor/leitora) uma lição silenciosa mais profunda. A velhice não é apenas declínio biológico, como quer certa tradição que Beauvoir (2018) já denunciava, mas pode converter-se em lugar de enunciação e testemunho. Ao assumir a narrativa de sua própria vida, a avó não apenas rompe o silêncio de décadas, mas também abre uma clareira para que a neta possa, quando se sentir pronta, ocupar seu lugar nessa linhagem de mulheres que amam mulheres.

No final, minha vó dizia vinte anos, faz vinte anos. Até que o Joaquim perguntou por que ela e a tia Carolina não moravam juntas. Essa a minha vó não respondeu, disse que por hoje estava bom de histórias e resumiu dizendo que não moravam juntas porque não queriam (Polesso, 2015, p. 41).

O conflito geracional, assim, não se resolve em uma síntese simples, mas se transforma em herança. A serenidade de Clarissa não é um modelo a ser imitado, mas um testemunho de que é possível existir, ainda que nas margens, ainda que com as marcas do tempo e que essa existência, quando narrada, pode iluminar o caminho daquelas que vêm depois. Joana, ao final, não precisa repetir a trajetória da avó; precisa, antes, aprender com ela que a palavra, quando finalmente encontra seu tempo, tem o poder de reorganizar o passado e abrir possibilidades para o futuro. Entre a vergonha e a serenidade, entre o silêncio imposto e a palavra conquistada, inscreve-se não apenas a diferença entre duas gerações, mas a própria possibilidade de transmissão de uma herança, aquela que a avó, ao ensinar a neta a ler histórias, já anunciava desde a infância.

Ao representar a realidade, seja qual for o aspecto figurativo que utilize, a literatura não se limita a reproduzi-la passivamente, mas a interpreta, ressignifica e problematiza seus aspectos psicossociais. Por meio da construção de personagens, conflitos e narrativas, o texto literário provoca no leitor/leitora um exercício de empatia e reflexão crítica, permitindo-lhe reconhecer, questionar e reinterpretar comportamentos, valores e estruturas sociais. Desse modo, a experiência estética proporcionada pela literatura atua diretamente na formação da consciência individual e coletiva, influenciando percepções, afetos e posicionamentos diante do mundo.

Além disso, ao dar voz a grupos marginalizados e expor tensões históricas, culturais e subjetivas, a literatura contribui não só para o debate social, como também

para a transformação simbólica da realidade. Essa capacidade de revelar o que muitas vezes é silenciado ou naturalizado fortalece seu papel como instrumento de intervenção psicossocial, uma vez que amplia horizontes de compreensão por meio do fomento de mudanças de pensamento e atitude. Em suma, a literatura exerce impacto concreto na maneira como os sujeitos se percebem e se relacionam com a sociedade que os cerca.

O conto em análise, intitulado “Vó, a senhora é lésbica?”, é o terceiro conto do livro *Amora*, lançado em sua primeira edição em 2015 e trazido, como questão do Enem, em 2018. Nesse conto, é possível identificar, como categorias conceituais, a presença dos cinco elementos da narrativa, tais como: narrador, (Joana), personagens principais (Joana e Clarissa), personagens secundários (Taís, tia Carolina e os primos de Joana Beatriz e Joaquim), tempo (cronológico e psicológico), espaço (casa da avó e faculdade de Joana) e o enredo (ações da história).

A inocência e a espontaneidade da pergunta (“Vó, a senhora é lésbica?”) mostra uma criança desarmada dos tabus sociais e do medo adulto, lança uma verdade que todos se esforçavam para manter oculta. Esse é o momento de clímax e de ruptura da tradição do silenciamento dentro do âmbito familiar. A história vai sendo contada através do fluxo de consciência de Joana, que narra em 1ª pessoa do singular, compondo assim um narrador autodiegético. Ela entra em estado de choque com a indagação de Joaquim, pois o primo sabe sobre a sexualidade dela e pode expor isso também à mesa. Sua reação de medo e vergonha, embora ela mesma já viva uma relação homoafetiva (com Taís), se dá pelo fato de sua família não ser conhecedora desse relacionamento.

Eu fiquei muda. Joaquim sabia sobre mim e me entregaria para a vó e, mais tarde, para toda a família. Senti um calor letal subir pelo meu pescoço e me doer atrás das orelhas. Previ a cena: vó, a senhora é lésbica? Porque a Joana é. [...] A vergonha estava na minha cara e me denunciava antes mesmo da delação. Apertei os olhos e contrai o peito, esperando o tiro” (Polesso, 215, p. 39).

O uso das expressões “calor letal”, “esperando o tiro” e “vergonha” ilustra a tensão extrema de Joana. Ela sente a homossexualidade como uma ameaça de morte social dentro do ambiente familiar. Seu medo é de que a pergunta do primo seja apenas o gatilho para a sua própria exposição.

No transcorrer da narrativa, é notória a presença de um conflito geracional no conto, ainda que ele não seja necessariamente dramático ou violento na forma tradicional em que pensamos esse termo, pois não se trata de um embate aberto entre personagens, não há brigas ou rejeição agressiva, mas sim um tipo de choque de perspectivas e sensibilidades entre gerações e esse trecho, especificamente, cristaliza esse conflito

intergeracional, pois Joana vive em um tempo em que ser lésbica é aceitável no mundo externo (colegas, faculdade), mas ainda é um tabu dentro de casa.

Como as relações geracionais ou intergeracionais estão relacionadas às interações, vínculos e trocas que ocorrem entre diferentes gerações, considerando tanto os aspectos sociais quanto culturais, históricos e simbólicos que marcam cada grupo etário é notadamente perceptível a diferença de comportamento da vó e da neta em relação a sua sexualidade.

O relacionamento da avó não encontra lugar no âmbito familiar, haja vista que é por conta do comentário dos pais que Joaquim fica sabendo a respeito; o de Joana é vivenciado às escondidas, pelo menos para a família. Elas possuem uma experiência em comum, embora tenham condições sociais específicas como idade, lugares que frequentam, pessoas com quem convivem, a forma de se posicionarem e como esse posicionamento contribui para a construção de suas identidades e para a forma como interpretam a realidade a partir de seus contextos individuais.

A revelação da avó a confronto com o seu próprio "armário" e com a persistência do medo de se assumir na esfera familiar, mesmo em um contexto social teoricamente mais aberto. Joana se vê na posição de "continuadora da tradição" do silêncio, o que realça a opressão heterossexual que atravessa as gerações. É nesse momento que Clarissa rompe o silêncio afirmando que sim, que é lésbica e se há mais alguma coisa a ser perguntada, então Joana pergunta se a tia Carolina irá para lá àquele dia. Clarissa diz que sim, que ela irá, hoje, amanhã, todos os dias como ela faz há 20 anos.

A partir desse ponto, fica claro para o leitor/leitora o tipo de relação existente entre Carolina e Clarissa e que se trata já de um relacionamento antigo e muito bem-sucedido. Essa revelação vai sendo corroborada pelas memórias de Joana que vão surgindo aos poucos trazendo à tona lembranças da infância em que ela presenciou a avó com a tia Carolina, mas que a pouca idade não lhe permitia compreender que se tratava de um relacionamento amoroso.

Na estrutura narrativa duas histórias são narradas ao mesmo tempo, a de Joana (narradora) com Taís, sua namorada e a da sua avó com tia Carolina. A narrativa se constitui numa espécie de simbiose entre as duas histórias e ambas vão se mesclando a medida em que são narradas. Joana entra em um transe psicológico, como se estivesse tendo devaneios misturando três imagens distintas: imagens dela com Tais, da avó com a tia Carolina e as de uma tapeçaria que figura na parede da sala de jantar, tudo compondo uma espécie de delírio na cabeça da narradora. Ouvir de sua avó a confirmação que ela

era mesmo lésbica levou Joana a muitas reflexões trazendo a presença do fluxo de consciência da narradora em muitos trechos do conto.

Joana compara sua relação pública (mas não familiar) com a de sua avó, sólida e natural no dia a dia, e que, apesar de não ser secreta para a família, não era um assunto em que se falava abertamente. A neta vive uma certa angústia e insegurança em relação à sua própria sexualidade e ao medo de como os outros vão reagir ao descobrirem que ela é lésbica.

Enquanto eu olhava a tapeçaria, a Taís invadiu meus pensamentos. Me lembrei da sua mão quente tocando meu corpo, por baixo do blusão, e pensei nas mãos cheias de anéis da tia Carolina percorrendo o corpo da minha vó. Na tapeçaria, as duas mulheres tocavam as mãos. Respirei pesado e a Taís voltou, enfiei meu rosto em seus cabelos e aspirei-lhe bem fundo a nuca. Mas quando recuei, eram os cabelos brancos da tia Carolina sobre a face da vó Clarissa (Polesso, 2015), p. 40).

Já a avó, Clarissa, apesar de ocupar um lugar social tradicional de autoridade e experiência, experimenta e vive sua relação com a tia Carolina de forma natural e tranquila no seu cotidiano, desconstruindo a ideia de que pessoas mais velhas não possam ou não devam viver afetividades fora da heteronormatividade.

A imagem da avó e Carolina "se tocando, apesar de todos os impedimentos" sugere que o amor mais velho teve que enfrentar maiores proibições sociais e morais da época, mas sobreviveu. Paradoxalmente, a neta, que tem menos impedimentos sociais, sente mais dificuldade em quebrar o silêncio em casa. A naturalidade da avó, que se preparava para os encontros com Tia Carolina (jogo de porcelana, perfume de lavanda), mostra que o amor era vivido com um cuidado algo ritualístico, contrastando com o trauma e a vergonha que Joana sente.

A narradora percebe as diferenças geracionais entre elas. O quanto os tempos são diferentes para ambas, e que hoje, por mais assustador que possa parecer para ela por ter apenas 15 anos e Taís ser seu primeiro relacionamento lésbico, na época de sua avó era ainda mais difícil, era inaceitável. Os papéis relegados à mulher não podiam ser transgredidos e a obediência às normas e convenções sociais prevaleciam.

O próprio título do conto já aponta para um choque de gerações: a pergunta "Vó, a senhora é lésbica?" serve como um golpe direto contra estereótipos sobre velhice, amor e sexualidade. A diferença de atitudes diante da pergunta, entre o constrangimento de Joana, e a resposta serena da avó, evidencia esse contraste geracional, enquanto a neta representa uma geração que ainda carrega inseguranças diante da exposição de sua sexualidade, a avó representa uma existência já consolidada e cotidiana de afetos que

ultrapassa expectativas heteronormativas, revelando que experiências amorosas fora da “norma” não são exclusivas de jovens ou de um único tempo de vida.

Esse embate sutil entre preconceito internalizado, medo de julgamento e naturalização propicia um conflito geracional literário, porque ele revela diferenças no modo de viver, pensar e nomear identidades e afetos em tempos e contextos distintos.

A relação entre a Vó Clarissa e a neta Joana (e, por extensão, a de Clarissa e sua companheira, Carolina) é o principal motor para a discussão das diferenças na vivência da homossexualidade feminina ao longo do tempo. Joana procura, de alguma forma, se colocar no lugar da avó para entender, por exemplo, o porquê de elas não morarem juntas e reflete sobre os inúmeros desafios que ambas devem ter enfrentado para estarem juntas agora, na terceira idade.

Para Joana, a vida é dividida: aberta para o mundo, mas fechada em casa. A liberdade vivenciada pela avó, que se revela sem cerimônia, dá a Joana um precedente familiar e uma genealogia feminina autônoma que pode, finalmente, dar a ela a coragem de romper o seu próprio silêncio e viver sua sexualidade plenamente em todos os seus espaços. Seu maior receio é a não aceitação da família, mas não carrega esse mesmo medo em relação à sociedade, pois nos espaços que não compõem o ambiente familiar, vivencia sua sexualidade de forma mais tranquila, quando por exemplo, se beija com Taís na biblioteca da faculdade. Receio mais que compreensível para idade dela.

Mesmo assim, Joana pensa no quanto é privilegiada em poder viver sua história com Taís de forma mais livre e imagina as possíveis situações que sua avó gostaria de ter vivido com Carolina e que talvez não tenha sido permitido, como dançar, por exemplo. Ela se pergunta se sua avó já pôde dançar com Carolina em algum momento. Joana lembra também que Carolina foi casada com um homem e que isso deve ter sido terrível para elas. Só conseguiram viver de forma plena esse amor na velhice, época também cheia de desafios em se tratando de um casal lésbico de mulheres idosas, pois a sociedade continua, de forma sutil, e às vezes de forma escancarada, impondo regras e proibições morais a essas pessoas.

Há uma crítica sutilmente dirigida ao sistema familiar heteronormativo, mostrando que outras formas de convivência afetiva também podem constituir uma família, que mesmo não se encaixando nos moldes impostos pela sociedade, também podem ser cheias de amor e longevidade. Essa análise mostra que o conto é uma poderosa meditação sobre como o medo da heterossexualidade compulsória afeta tanto a geração

que precisou esconder o amor para sobreviver, quanto a geração que, apesar da abertura social, ainda luta para viver esse amor dentro dos muros de sua própria família.

A avó, Clarissa, ao confirmar diretamente o termo "lésbica", afirma também a permanência e a constância de seu amor por Carolina. O "Vem hoje, vem amanhã, vem todos os dias, como você sabe desde pequena" é a verdadeira resposta de que o relacionamento era parte da rotina familiar, e a família, na verdade, sabia, mas escolheu não nomear. Ao dizer "Tem certeza?", a avó oferece a Joana a oportunidade de romper o silêncio de sua própria vida e de sua geração. A avó, com sua dignidade recém-afirmada, torna-se um espelho e um precedente para a neta, inaugurando uma "genealogia lésbica" familiar.

O trecho aponta para um conflito geracional literário que não se manifesta por meio de confronto direto, mas por tensões simbólicas e discursivas. Esse tipo de embate ocorre quando personagens de gerações distintas lidam de formas diferentes com categorias como identidade, afeto e sexualidade. Enquanto a geração mais velha tende a carregar marcas do preconceito internalizado e do silenciamento histórico, a geração mais jovem se insere em um contexto em que o amor e as identidades dissidentes passam por processos de maior naturalização e nomeação, ainda que não isentos de conflito social.

Do ponto de vista teórico, estudos vinculados à crítica cultural e aos estudos *Queer* destacam que a literatura funciona como espaço de inscrição das transformações sociais, revelando como determinadas subjetividades foram historicamente reprimidas ou invisibilizadas. Autores como Foucault (1998) e Butler (2003) demonstram que as formas de viver e expressar o afeto são atravessadas por regimes discursivos específicos de cada época, o que explica o choque entre gerações: não se trata apenas de diferenças individuais, mas de condições históricas de possibilidade para dizer, viver e reconhecer certos amores.

Nesse sentido, a crítica literária contemporânea aponta que o conflito geracional, em narrativas que abordam sexualidade e identidade, evidencia a coexistência de temporalidades distintas dentro do mesmo espaço narrativo. Conforme discutem estudos publicados em periódicos acadêmicos da área de Letras, esse tipo de conflito revela como personagens mais velhos muitas vezes reproduzem discursos normativos mesmo quando vivenciam afetos dissidentes, enquanto personagens mais jovens tendem a tensionar essas normas ao nomear e legitimar suas experiências afetivas de modo mais aberto.

O conflito geracional literário mencionado no trecho pode ser compreendido como uma manifestação das transformações históricas nas formas de compreender e

expressar identidades e afetos. Em narrativas que abordam sexualidades dissidentes, esse conflito não se apresenta necessariamente como oposição explícita, mas como tensão silenciosa entre personagens que foram socializados em contextos distintos. Conforme argumenta Foucault (1988), os discursos sobre a sexualidade são historicamente construídos e regulados por dispositivos de poder que determinam o que pode ou não ser dito em determinada época, o que contribui para a internalização do preconceito e para o medo do julgamento social em gerações mais antigas.

Além disso, Butler (2003) aponta que as identidades não são essências fixas, mas performatividades reiteradas ao longo do tempo, o que permite compreender por que gerações mais jovens tendem a nomear e viver seus afetos de forma mais aberta. Assim, o embate geracional presente na literatura revela não apenas diferenças individuais entre personagens, mas a coexistência de regimes discursivos distintos, nos quais a naturalização do amor aparece como um gesto político de resistência às normativas herdadas de contextos históricos anteriores.

Em termos, no conto “Vó, a Senhora é Lésbica?”, a diferença geracional não se reduz a um mero hiato cronológico entre avó e neta, mas constitui o próprio eixo estruturante da temporalidade dos afetos. Enquanto a neta, imersa em um vocabulário identitário contemporâneo, busca nomear e categorizar o desejo da avó “lésbica”, a personagem idosa opera em uma temporalidade distinta, forjada em décadas de discrição e em uma gramática afetiva que prescinde da exposição e da rotulação.

Essa tensão entre o imperativo contemporâneo da visibilidade e a ética do silêncio cultivada pela personagem mais velha revela não apenas a transformação histórica das formas de vivenciar a homoafetividade feminina, mas também a persistência de um tempo próprio à velhice, em que o afeto se sedimenta menos pela declaração pública e mais pela permanência dos gestos.

Assim, o conto não opõe gerações de forma maniqueísta, mas evidencia como a passagem do tempo imprime modulações distintas à experiência do amor entre mulheres, sugerindo que a verdadeira herança afetiva entre avó e neta não está na adoção de um mesmo nome para o desejo, mas na possibilidade de cada uma, em seu próprio tempo, habitar sua forma de amar com dignidade e verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As figurações da homoafetividade feminina na velhice tecidas por Natália Borges Polezzo nos contos "Marília Acorda", "As Tias" e "Vó, a Senhora é Lésbica?", reunidos em *Amora* (2015), instauram um território literário ainda pouco explorado no Brasil: o do encontro entre o envelhecimento do corpo feminino e a vivência afetiva nessa fase da vida, entre mulheres. Longe de reduzir a velhice a um tempo de declínio ou de assexualidade compulsória, a autora a transforma em espaço de redescoberta, cumplicidade silenciosa e resistência cotidiana. Ao fazê-lo, Polezzo não apenas amplia o espectro temático da literatura contemporânea de autoria feminina, mas também dialoga com as demandas dos estudos de gênero ao dar voz e profundidade a personagens idosas cujas existências afetivas foram historicamente relegadas à invisibilidade, seja pela dupla marginalização do etarismo e da homoafetividade, seja pela ausência de narrativas que as reconheçam como sujeitos de desejo e memória.

Nesse sentido, *Amora* inscreve-se como obra pioneira em uma categoria temática que, embora ainda incipiente na cena literária brasileira, revela-se urgente tanto do ponto de vista estético quanto político. Pioneirismo não porque inexistam outras narrativas sobre mulheres que amam mulheres. Há, evidentemente, uma tradição que remonta a Safo e que, no Brasil, encontra expressões em autoras como Cassandra Rios e Márcia Denser, mas porque Polezzo ousa situar o afeto homoafetivo no corpo envelhecido, em geral ausente dos cânones literários ou reduzido a estereótipos da "velha solitária" ou da "tia que morou com a amiga". Ao contrário, seus contos subvertem essa tradição excludente ao investir na complexidade subjetiva de mulheres idosas que não pedem permissão para amar, nem precisam justificar o tempo, nem o modo de seus afetos. Dessa junção entre literatura, estudos de gênero, homoafetividade feminina e velhice, emergem não apenas personagens memoráveis, mas também uma ética narrativa que reivindica para as mulheres idosas, sobretudo aquelas cujo amor se constrói à margem das normas heteronormativas, um lugar legítimo de existência plena, memória e desejo.

Em "Marília Acorda", o amor entre as duas protagonistas não se anuncia pelo gesto público ou pela nomeação explícita, mas se inscreve na intimidade silenciosa de uma casa protegida por muros reais e simbólicos. Essas paredes, que poderiam ser lidas apenas como barreiras de isolamento, revelam-se, na tessitura narrativa de Polezzo, a própria condição de possibilidade para a sobrevivência afetiva do casal. É dentro desse espaço resguardado que a narradora e Marília cuidam uma da outra. A demência senil da primeira progressivamente apaga as fronteiras entre passado e presente, memória e esquecimento; é também ali que o amor se reinventa em gestos mínimos: um olhar, o

toque ao acordar, a paciência diante da repetição, coisas que a vizinhança hostil, referida com desconforto pela narradora, jamais alcança ou compreende. Desse modo, o isolamento social imposto pelo preconceito etário e homofóbico não se converte em solidão, mas em território protegido onde o afeto encontra sua própria língua, alheia aos códigos da visibilidade compulsória.

Nem a demência senil de Marília, nem as progressivas limitações físicas da narradora que também envelhece e se desgasta no cuidado cotidiano são capazes de corroer o vínculo que as une. Ao contrário do que sugeririam representações tradicionais do envelhecimento como perda irremediável, Polesso figura a velhice e a doença como tempos de intensificação da entrega afetiva: a narradora não abandona Marília quando esta já não tem uma memória plena de suas ações, e Marília, mesmo em seus lapsos de lucidez, retorna ao amor como a um porto seguro. O conto demonstra, assim, que o preconceito dos vizinhos que as reduzem a "velhas estranhas", bem como o isolamento social delas, decorrente desse distanciamento comunitário, não atingem o núcleo duro da relação, justamente porque esse se construiu em décadas de cumplicidade silenciosa, à margem do olhar alheio. A sobrevivência dessa união, portanto, não depende do reconhecimento externo, mas da força de uma intimidade que se basta, resistindo tanto à ação do tempo quanto à hostilidade do entorno e oferecendo à literatura uma das mais comoventes figuras do amor entre mulheres na velhice.

Já em "As Tias", o amor silenciado por seis décadas entre Leci e Alvina não se constrói sobre a ausência de afeto, mas sedimentado na necessidade de escondê-lo sob a epiderme do cotidiano. Durante esse período, as duas protagonistas compartilham a mesma casa, os mesmos gestos de cuidado, a mesma cama e, ainda assim, para a família e para os vizinhos, permanecem "amigas", "tias solteironas" que um dia resolveram morar juntas. A falsa aceitação familiar revela-se em sua face mais cruel justamente no momento de maior vulnerabilidade. Quando Alvina é hospitalizada, Leci é tratada como uma mera visitante, sem direito a informações médicas, como também a decisões sobre o tratamento ou ao reconhecimento de sua condição de companheira de toda uma vida. O olhar da sobrinha-narradora, gentil, aberto e afetuoso, destoa radicalmente desse entorno hostil. É por meio de seus olhos que o leitor/leitora acessa a intimidade das duas idosas não com o estranhamento ou a curiosidade mórbida que caracteriza a vizinhança, mas com a ternura de quem reconhece, afinal, que aquele amor silencioso foi, por décadas, o mais legítimo dos afetos, ainda que jamais tenha podido ser nomeado como tal.

A hospitalização de Alvina escancara, assim, não apenas a fragilidade da vida diante da finitude, mas também o completo desamparo jurídico de Leci. Impedida de cuidar da companheira, reduzida à condição de "amiga" que não tem voz perante a equipe médica, Leci vivencia na pele o que Maria Berenice Dias (2011) denuncia como a ausência do reconhecimento legal das uniões homoafetivas: a impossibilidade de ser, perante a lei, o que se é na vida. A preocupação com o patrimônio, com a casa que dividem, com os bens que acumularam juntas, com o destino de cada uma após a morte da outra, emerge como uma necessidade prática, não como mercantilização do afeto. É nesse contexto que o casamento se revela uma real precisão: não um ideal romântico, mas uma ferramenta de sobrevivência, o único instrumento capaz de garantir a Leci o direito de herdar, de permanecer na casa que ajudou a construir, de ser reconhecida como herdeira e, sobretudo, de velar Alvina sem ser tratada como uma intrusa, caso ela viesse a falecer. A narrativa de Polesso, ao expor essa engrenagem de exclusão velada, não denuncia apenas o preconceito explícito, mas a violência silenciosa de um ordenamento jurídico que, por muito tempo, condenou casais como "as tias" a viverem o amor às escondidas, bem como a morrerem, quando a morte chega, como estranhas uma para a outra.

Em "Vó, a Senhora é Lésbica?", Polesso opera um inteligente jogo de espelhos geracionais, ao confrontar duas formas de habitar a homoafetividade feminina: a de Clarissa, a avó, e a de Joana, a neta. Quando Joaquim lhe faz a pergunta que dá título ao conto, Clarissa responde com uma serenidade desarmante ("Sou, querido!"), que não carrega nenhum dos traços de conflito, vergonha ou hesitação que o imaginário heteronormativo costuma projetar sobre mulheres idosas que amam mulheres. Sua tranquilidade contrasta radicalmente com o terror inicial de Joana, que, ao ouvir a pergunta do irmão, sente o corpo gelar e o chão faltar sob os pés. Não porque tema a reação da avó, mas porque aquela pergunta, feita em voz alta, a confronta com suas próprias questões não resolvidas. Joana, que já se reconhece como lésbica, ainda não aprendeu a nomear seu desejo sem um resto de angústia, sem o fantasma da rejeição que assombrava a geração de sua avó.

A diferença geracional entre avó e neta não se traduz, porém, em um progresso linear da opressão para a liberdade. Se Joana dispõe de um vocabulário identitário mais sofisticado e de uma cultura de visibilidade que a avó não teve, Clarissa, por sua vez, não padece da necessidade de nomear seu afeto para validá-lo. A não nomeação de suas afetividades (ela nunca disse "sou lésbica") antes da pergunta do neto, e mesmo ao

responder o faz com a simplicidade de quem confirma um fato banal, não configura conflito interno nem vergonha de sua própria identidade. Ao contrário, é a expressão de uma sabedoria conquistada em décadas de existência discreta, mas plena: Clarissa ama uma mulher e nunca precisou de um rótulo para saber disso. O conto subverte, assim, a expectativa de que a velhice seja um tempo de apego a identidades fixas e de resistência à mudança. Mostra que a avó, em sua serenidade, é mais livre do que a neta, ainda prisioneira de um olhar social internalizado. E, ao fazer isso, Polesso sugere que a verdadeira maturidade homoafetiva talvez não esteja na capacidade de declarar publicamente o que se é, mas na conquista de uma paz íntima que dispensa declarações e que a velhice, com seu tempo lento e sua memória profunda, pode ensinar às gerações mais jovens.

Na esfera da análise comparativa entre os contos de *Amora* e o filme *Desejo Proibido* (If These Walls Could Talk 2, 2000), ambas as obras evidenciam notáveis convergências temáticas no que tange à representação da homoafetividade feminina na velhice e à vulnerabilidade jurídica de casais idosos. No livro, Leci é reduzida à condição de “amiga”, não possuindo, assim, proximidade familiar, sem direito a acesso ao quadro médico ou decisões sobre o tratamento. Em ambas as narrativas, o amor silenciado por muito tempo colide com a violência simbólica e material de um ordenamento que recusa reconhecer o vínculo conjugal entre mulheres e o faz com particular crueldade justamente no momento da finitude, quando o cuidado e o luto deveriam ser prerrogativas da companheira.

Já o filme *O Último Azul* (2025), dirigido por Gabriel Mascaro, apresenta uma via distinta de convergência com os contos de *Amora* ao situar a velhice no centro da narrativa, mas deslocando o eixo da vulnerabilidade jurídica para a potência da travessia e da reinvenção. Ambientado em um futuro distópico, a trama acompanha Tereza (Denise Weinberg), uma idosa que, diante da iminência de ser exilada em um asilo na Amazônia, recusa-se a ser realocada passivamente e empreende uma viagem em busca de realizar seu último sonho. Embora o filme não aborde diretamente a homoafetividade, o que o distingue dos contos de Polesso e da primeira parte de *Desejo Proibido*, Tereza vive um relacionamento amoroso com outra mulher passando viver com ela em seu barco. Esse filme traz a figuração da velhice feminina como tempo de agência, desejo e movimento que constitui um ponto de congruência fundamental com a obra literária aqui analisada. Tanto “Marília Acorda”, “As Tias” e “Vó, a Senhora é Lésbica?” quanto “O Último Azul” recusam o imaginário do declínio e da passividade associados ao corpo envelhecido,

oferecendo, ao contrário, protagonistas idosas que, cada qual a seu modo, reivindicam o direito de existir plenamente na velhice. Se, nos contos, essa existência completa se expressa pela via da vivência homoafetiva e da cumplicidade silenciosa, no filme ela se manifesta pela recusa ao deslocamento forçado e pela afirmação de um último gesto de liberdade, sendo uma potente crítica ao etarismo, à segregação de idosos, reforçando a legitimidade da busca pela autonomia na velhice.

A travessia analítica realizada ao longo deste estudo permitiu evidenciar que os contos "Marília Acorda", "As Tias" e "Vó, a Senhora é Lésbica?" não apenas figuram a homoafetividade feminina na velhice como um território afetivo legítimo, mas também subvertem, de maneira consistente, as representações tradicionais que associam o corpo envelhecido à assexualidade, à fragilidade e à irrelevância social.

Em "Marília Acorda", o amor sobrevive aos muros do isolamento e à própria demência senil, reinventando-se nos gestos mínimos de cuidado que a vizinhança hostil jamais alcança. Em "As Tias", a falta de regalo jurídico e a exclusão velada de um amor silenciado por seis décadas expõem as feridas de um ordenamento que recusa reconhecer o vínculo conjugal entre mulheres, ao mesmo tempo em que a ternura do olhar da sobrinha-narradora aponta para uma possibilidade de acolhimento intergeracional. Em "Vó, a Senhora é Lésbica?", o contraponto entre a tranquilidade de Clarissa e o choque de Joana desloca a ideia de progresso linear da opressão para a liberdade, sugerindo que a verdadeira maturidade homoafetiva talvez resida menos na nomeação pública do desejo e mais na conquista de uma paz íntima que a velhice, com seu ritmo e memória próprios, pode ensinar.

Em todos os contos aqui examinados, a descrição não se configura como vergonha ou recusa identitária, mas como estratégia de sobrevivência afetiva e como linguagem possível para um amor que, atravessando os obstáculos do tempo, aprendeu a florescer à margem do olhar alheio.

A importância acadêmica e social deste trabalho reside precisamente em ter reunido, sob o mesmo escopo analítico, as figurações literárias da homoafetividade feminina na velhice com as discussões sobre etarismo, direitos civis e memória afetiva, contribuindo para a consolidação de um campo de estudos ainda embrionário no Brasil. No âmbito específico dos estudos literários voltados para esta temática, a pesquisa avança ao deslocar o foco crítico das tradicionais narrativas de descoberta, conflito familiar ou tragédia amorosa entre jovens para a experiência afetiva de mulheres idosas, um território narrativo sistematicamente negligenciado pela crítica, que raramente investiga as

interseções entre envelhecimento, lesbianidade e agência afetiva. Ao fazê-lo, a dissertação não apenas preenche uma lacuna interpretativa, mas também oferece ferramentas conceituais, como a metáfora do muro real e simbólico, a angústia da memória compartilhada e a urgência de mecanismos legais protetivos, que podem ser mobilizadas na leitura de outras obras literárias que ousem situar o amor entre mulheres no corpo envelhecido.

No que tange especificamente à fortuna crítica de *Amora* (2015), de Natália Borges Polezzo, esta pesquisa oferece uma contribuição original e sistemática ao dedicar uma análise detida aos contos "Marília Acorda", "As Tias" e "Vó, a Senhora é Lésbica?", evidenciando dimensões interpretativas até então pouco ou nada exploradas pela recepção crítica da obra: a relação entre demência senil e resistência afetiva; a dupla camada do muro como proteção e cerceamento de direitos; a diferença geracional na nomeação do desejo; e a urgência de estratégias patrimoniais diante da não aceitação velada no âmbito familiar. Desse modo, a pesquisa não apenas amplia o repertório interpretativo de *Amora*, mas também consolida um modelo analítico que pode ser aplicado a outras narrativas literárias que se debrucem sobre a homoafetividade feminina na velhice.

Ao dar voz e profundidade a personagens idosas cujas existências afetivas foram historicamente relegadas à invisibilidade pela dupla marginalização do preconceito etário e da homoafetividade, o estudo reivindica para as mulheres idosas um lugar legítimo de existência plena, memória e desejo que independe do transcorrer do tempo para existir, confrontando não apenas o cânone literário, mas também as ciências sociais e o direito a reconhecer que a velhice não é o ocaso da vida afetiva, mas um tempo possível de florescimento. Que esta pesquisa possa, assim, inspirar novas investigações sobre as intersecções entre literatura, gênero, envelhecimento e sexualidade, contribuindo, ainda que modestamente, para a construção de uma sociedade mais justa, na qual nenhuma mulher idosa, bem como o amor entre mulheres, precise se esconder atrás de muros, de silêncios ou de nomes que não lhe pertencem.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Número de vítimas de feminicídio cresce em 2025. *Agência Brasil*, Brasília, 2 mar. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-03/numero-de-vitimas-de-feminicidio-supera-em-38-registros-oficiais>. Acesso em: 28 mar. 2026.

ALMEIDA, Gil Derlan Silva; MENDES, Algemira de Macêdo. *Causando fissuras nos armários: a vivência lésbica em Amora, de Natalia Borges Polessso*. Revista Crioula, São Paulo, v. ? n. ? [2022]. DOI: 10.11606/issn.1981-7169.crioula.2022.200967.

AMADO, Vitória Machado. *A evolução dos direitos LGBTQIAPN+ no Brasil*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2024.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; BRAGA, Maria da Graça Reis. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000200002&lng=pt&nrm=iso Acesso em 07 mar. 2026.

ANDRADE, Larissa Teodoro. *Leitura de Amora, de Natália Borges Polessso, como livro-mosaico*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

ARIMA, Ana Carolina; FREITAS, Joanneliese de Lucas. O luto velado: a experiência de viúvas lésbicas em uma perspectiva fenomenológico-existencial. *Temas em Psicologia*, v. 25, n. 4, p. 1467-1482, 2017. Disponível em: [Dissertação Edivania Frutuoso Qualificação.docx](#). Acesso em: 20 Maio 2025.

ARNÉS, Laura. *Ficciones lesbianas: literatura y afectos em la cultura argentina*. Buenos Aires: Madreselva, 2016.

ASSMANN, A. *Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural*. Tradução de: Paulo Soethe Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AVILÉS FABILA, René. *Así se escribe un cuento*. México: Editorial Diana, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 277-326.

BARBOSA, Larissa Dias. “Não há nada de errado contigo”: a revisitação aos estereótipos e a inscrição da existência lésbica em Amora, de Natalia Borges Polessso. 2022. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/c12d256d-840c-4a53-a9cbcd3024f91f60>. Acesso: 20 set. 2025.

BARBOSA, Larissa Dias. “A senhora é lésbica?” — *Literatura, gênero e envelhecimento em contos de Natália Borges Polessso*. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

BARROSO, L. R. (2007). *Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil*. Migalhas. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/40507/diferentes--mas-iguais--o-reconhecimento-juridico-das-relacoes-homoafetivas-no-brasil>. Acesso em : 22 Maio 2025.

- BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Tradução: Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Trad. Maria Helena Franco Martins. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018 [1970].
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira ([1949] 2009).
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Tradução: Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. 1. ed. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1936.
- BERGSON, H. *Matéria e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BORGES, C. DE C; MAGALHÃES, A, S. Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 16, n. 2, p. 171-177, maio de 2011.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- BOYM, Svetlana. *The Future of Nostalgia*. New York: Basic Books, 2001.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277/DF*. Relator: Min. Ayres Britto. Julgamento em 05 maio 2011. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br>. Acesso em: 12 set. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.
- BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Retrato dos Feminicídios no Brasil: 2021-2025*. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/131-das-vitimas-de-feminicidio-possuiam-medida-protetiva-diz-pesquisa/>. Acesso em: 28 mar. 2026.
- BRUCKI, Sonia Maria Dozzi. *Doença de Alzheimer e outras demências*. In: FREITAS, Elizabete Viana de et al. (orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 31-46.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Brasil: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CANDIDO, Antônio. *A personagem do romance*. São Paulo: Perspectiva, 2007. 11a edição.

- CARADEC, V. (2011). "Sexagenários e octogenários diante do envelhecimento do corpo." In M. Goldenberg (Org.), *Corpo, envelhecimento e felicidade* (pp. 21–44). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTAGNINO, Raúl. *Tempo e expressão literária*. Trad. de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- CASTLE, Terry. *The Apparitional Lesbian: Female Homosexuality and Modern Culture*. New York: Columbia University Press, 2005.
- CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: Uma Introdução*. Tradução: Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- CUNHA, Rogério Sanches. *Manual de Direito Pena-Parte Especial-Volume Único*. 17ª Salvador: Ed. Juspodium, 2024.
- CVETKOVICH, Ann. *Lesbian Archives: The Legacy of Radical Care*. Durham: Duke University Press, 2022.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2012.
- DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estud. psicol. (Natal) [online]*. 2000, vol.5, n.2, pp. 347-381. ISSN 1413-294X. Doi: 10.1590/S1413- 294X2000000200004
- DIAS, Maria Berenice. *União homoafetiva: o preconceito e a justiça*. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 302 p. ISBN 9788520341681.
- DIMAS, Antonio. *Espaço e romance*. São Paulo: Ática, 1986.
- DOS SANTOS, Ana Valéria Goulart. *Representatividade lesbiana na obra Amora, De Natalia Borges Polessio*. RELACult: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, 2018. DOI: 10.23899/relacult.v4i0.713.
- FADERMAN, Lillian. *Surpassing the love of men: Romantic friendships and love between women from the Renaissance to the present*. Nova Iorque: William Morrow and Company, 1981.
- FARO, Julio Pinheiro; PESSANHA, Jackelline Fraga. O casamento civil homoafetivo e sua regulamentação no Brasil. *Revista de Bioética y Derecho*, n. 32, p. 72–81, 2014. Disponível e: Dialnet+2revistes.ub.edu+2Academia+2. Acesso em: 21 Maio 2025.
- FISCHER, Luis Augusto. A invenção de distâncias – traços estruturais dos contos de Machado de Assis. In: FISCHER, Luís Augusto. *Machado e Borges e outros ensaios sobre Machado de Assis*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008. P. 129-178.
- FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Tradução: Mario Quintana. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015 [1857].

FONSECA, Luciana Kelly da Silva et al. Velhice feminina entre mulheres idosas brasileiras e espanholas: um estudo psicossocial. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 8, n. 18, p. 01-18, 2025. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1964>. Acesso em: 07 mar. 2026.

FORSTER, E. M. Aspectos do romance. Trad. Sergio Alcides. 4. ed. rev. São Paulo: Globo, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRAGA, Daniela. Igualdade e diferença: reflexões sobre as uniões homoafetivas. *Revista Jurídica da Universidade de 2016*. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 85-100.

FRATEZI, F. R., LIMA-SILVA, T. B., SANTOS, G. D., LIMA, A. J., ACQUATI, F., NEVES, G. S., JORGE, S. R. R., CHUBACI, R. Y. S., GUTIERREZ, B. A. O., & SALMAZO-SILVA, H. (2012). Dia dos avós: Atividades socioeducativas e intergeracionais bem-sucedidas. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15(6), 393–405.

FRYE, Marilyn. “Some reflections on separatism and power”. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michele Aina; HALPERIN, David M. (Eds). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova Iorque: Routledge. 1993, 91-98.

GNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins Lisboa: Vega, s.d. 1980.

GIARDINELLI, Mempo. *Así se escribe un cuento*. Buenos Aires: Beas Ediciones, 1997.

GOLDENBERG, M. *Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira*. Revista Contemporânea, 2011, pp. 75–89.

GOLDENBERG, Mirian. *Corpo, envelhecimento e felicidade: investigar de que maneira homens e mulheres vivenciam, percebem e elaboram as mudanças corporais, culturais, sociais ou psicológicas oriundas da passagem do tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. *Toda mulher é meio Leila Diniz*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. *A bela velhice*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

GULLETTE, Margaret Morganroth. *Aged by Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

- HALL, Radclyffe. *The Well of Loneliness*. London: Jonathan Cape, 1928.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HARAWAY, Donna. “Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialista feminism of the 1980’s”. *Socialist Review*, v.80, 1985, p. 65-108.
- HENNING, C. E. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. *Horizontes Antropológicos*, 23(47), 2017, 283–323.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- IF THESE WALLS COULD TALK. Direção: Jane Anderson, Martha Coolidge, Anne Heche. Produção: HBO Films. Estados Unidos, 2000. 1 DVD (96 min).
- JABLONKA, Ivan. *Homens Justos: do patriarcado às novas masculinidades*. Tradução: Júlia da Roma Simões. - 1ª ed - São Paulo: Todavia, 2021.
- JAMES, Henry. *The Art of Fiction*. Boston: Atlantic Monthly Press, 1884.
- JAMESON, Fredric. *Signatures of the Visible*. New York: Routledge, 1992.
- JEFFREYS, Sheila. *Unpacking Queer Politics: A lesbian feminist perspective*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- JOYCE, James. *Stephen Hero*. New York: New Directions, 1963.
- LANSER, Susan. *The Sexuality of History: Modernity and the Sapphic, 1565-1830*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- LAURETIS, Teresa de. Sexual Indifference and Lesbian Representation. In: *Theatre Journal*, v. 40, n. 2, 1988.
- LAURETIS, Teresa de. *Figures of Resistance: Essays in Feminist Theory*. Urbana: University of Illinois Press, 1999.
- LAURETIS, Teresa de. *Figures of resistance: Essays in feminist theory*. EUA: University of Illinois Press, 2007.
- LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998 [1977]. 1ª edição.
- LORDE, Audre. *The Cancer Journals*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1980.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- LUGONES, María. Heterosexualims and the Colonial / Modern Gender System. *Hypatia*. v. 22, n. 1, p. 186-209. 2007.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MASCARO, Gabriel (dir.). *O Último Azul*. Brasil: Desvia Filmes; Cinevinay; Quijote Films; Viking Film, 2025. 1 filme (86 min.).

MENEZES, Luíz Fernando. *Desenhamos as conquistas LGBTQI no Brasil*. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/desenhamos-as-conquistas-lgbtqi-no-brasil/>>. Acesso em: 28 de Mar, 2026.

MILKOSCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUÑOZ, José Esteban. *Cruising Utopia: The Then and There of Queer Futurity*. New York: NYU Press, 2009.

NAVARRO-SWAIN, T. *O Que é Lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NERI, Anita Liberalesso. *Fragilidade, cognição e envelhecimento*. Campinas: Alínea, 2014.

NEWTON, Esther. *Margaret Mead Made Me Gay: Personal Essays, Public Ideas*. Durham: Duke University Press, 2000.

NUNES, Benedito. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.

OLIVEIRA, A. R. V., VIANNA, L.G., CÁRDENAS, C.J. de. (2010). Avosidade: visões de avós e de seus netos no período da infância. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 13(3), 461-474. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232010000300012> . Acesso em 07 Mar, 2026.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimento LGBT e Políticas Públicas nos Governos; PIGLIA, Ricardo. *Teses sobre o conto. Formas breves*. Companhia das Letras, 1999. Federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2014): trajetória e características. *Estudos de Sociologia*, 23(2), 2017, p. 195–238.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: *Estudos Históricos*. São Paulo: Escuta, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: [Biblioteca Digital da Revista Estudos Históricos \(FGV\)](#). Acesso em: 26 jun. 2026.

POLESSO, Natalia Borges. *Amora*. Porto Alegre: Não Editora, 2015.

POLESSO, Natalia Borges. Sobre literatura lésbica e ocupação de espaços. *estud. lit. bras. contemp.* Brasília, n. 61, e611, 2020.

PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 28 de Mar, 2026.

QUEIROZ, Paulo. (2008). *Os "novos sujeitos de direito" e a nova família*. Disponível em: <https://www.arpensp.org.br/artigo/6474>. Acesso em: 24 maio 2025.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

RIAL, Carmen. *Corpos que (não) envelhecem: sexualidade, gênero e velhice*. Florianópolis: Editora UFSC, 2018.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

REIS, C. W., & FACCI, M. G. D. (2015). Contribuições da psicologia histórico-cultural para a compreensão da velhice. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, 6, 99-116. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23237>. Acesso em 07 de mar, 2026.

RIBAS, Andrei. “*O sabor doce e amargo da estranheza*”: resenha de *Amora*, de Natália Borges Polezzo. *Revista Amalgama*, 2016. Disponível em: <https://www.revistaamalgama.com.br/01/2016/amora-natalia-borges-polezzo-resenha/>. Acesso em: 13 set. 2025.

RICH, Adrienne. "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence". *Signs*, v. 5, n. 4, 1980.

RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. *Bagoas*, 2010, n.6,p .17-44.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Cassandra. *A Volúpia do Pecado*. 9. Ed. São Paulo: Ed. San Remo, 1967 [1948].

RIOS, Cassandra. *Carne em Delírio*. 2. Ed. São Paulo: Ed. San Remo, 1968.

- ROCHA, Cleidson de Jesus. Discutindo identidades: o eu e o outro e a crise da racionalidade contemporânea. *Revista Anthesis*: V. 6, N. 11, (jan--jul.), 2018.
- ROGERS, Morgan. *Honey Girl*. New York: Park Row Books, 2017.
- ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Sales. *A personagem de ficção*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 51-80.
- RUBIN, Gayle. (2006). "Of Catamites and Kings: Reflections on Butch, Gender, and Boundaries". In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (Eds). *The Transgender Studies Reader*. Nova Iorque: Routledge, 2006, 471-481.
- RUGGIERI, M. De Adrienne Rich a Judith Butler – ou do feminismo lésbico à teoria queer. *Revista Letras, Curitiba, ufpr, n. 107, pp. 212-232, jan./jun. 2023*.
- SÁ, Olga de. *A escritura de Clarice Lispector*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.
- SWAIN, Tania Navarro-Swain. *Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão*. Cadernos Pagu, n. 12, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, M. História, Memória, Literatura: O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- TONETTO, F. F. (2014). A proteção internacional dos direitos humanos e a construção dos valores intangíveis da humanidade. *Revista de Direito da Unigranrio*, 2014, p. 17(1), 1–20.
- VIEIRA, Vanessa Ferreira; FIGUEIREDO, Eurídice. *Casais felizes e relações duradouras: a representação da existência lésbica na obra Amora, de Natalia Polesso*. Anuário de Literatura, v. 25, n. 1, p. 67-76, 2020. DOI: 10.5007/2175-7917.2020v25n1p67.
- WITTIG, Monique. *The Straight Mind and Other Essays*. Boston: Beacon Press, 1992.
- WITTIG, Monique. "One is not born a woman". *Canvas*, 2014, p.103-108.
- WOOD, James. *Como funciona a ficção*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- WOODWARD, Kathleen. *At Memory's Edge: Age and the Aesthetics of Queer Trauma*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2020.
- XAVIER, Elódia**. *Que corpo é esse?: o corpo no imaginário feminino*. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Editora Mulheres, 2021. 269 p. [ISBN: 978-85-8048-280-5]